

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 3 de Março de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1055 • Director: Carlos Brito

Encontro
Nacional
CDU
aprova



6 COMPROMISSOS para as «EUROPEIAS»

Págs. 5,
18, 19 e 20



8 de Março As mulheres contra a discriminação

SUPLEMENTO



Chuva de ECUS

• Artigo de
Edgar Correia

Pág. 16



MANIFES em todo o País

Págs. 8 e 9

Aniversário do PCP

Lisboa
4 Março '94
21 horas
Pav. Desportos
com
Carlos Carvalhas

Comícios

Porto
13 Março '94
15 horas
Mercado
Ferreira Borges
com
Álvaro Cunhal



Em entrevista
por Anabela Fino
Centrais



Milhares de pessoas participam, em Lisboa (na foto) e mais onze cidades, na manifestação nacional promovida pela CGTP

RESUMO

23 Quarta-feira

É anunciado que Luís Sá encabeçará a lista de candidatas da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu ■ O PSD recusa na AR a proposta do PCP de realização de um inquérito parlamentar ao «caso» do Ministério da Saúde ■ Os presidentes dos grupos parlamentares e da Associação 25 de Abril debatem, num almoço com Mário Soares, as comemorações dos 20 anos da Revolução ■ Sindicatos de professores acordam acções conjuntas contra a política de Educação do Governo e pela resolução dos problemas dos docentes e do sector ■ Os sindicatos representativos do pessoal de terra da TAP recusam uma proposta da administração que apenas tinha novidades em questões de pormenor ■ Reúne pela primeira vez a comissão encarregada por Cavaco Silva de elaborar um anteprojecto de revisão constitucional ■ Um dia após a RTP mostrar o documentário *Morte de uma Nação*, Max Stahl e dois timorenses revelam em Lisboa novas atrocidades do regime indonésio contra o povo de Timor-Leste ■ Ytzhak Rabin inicia uma visita oficial a Portugal ■ A Duma russa aprova por larga maioria uma amnistia abrangendo cerca de 250 mil pessoas acusadas de envolvimento nos acontecimentos de Agosto de 1991 e Outubro de 1993 ■ A proposta de Ieltsin para realização de uma conferência internacional sobre a ex-Jugoslávia é recebida com reservas pelos EUA, Reino Unido e França, enquanto a Alemanha manifesta «acordo de princípio».

24 Quinta-feira

Os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica levam a cabo uma jornada nacional de luta pelos salários e pela defesa do sector ■ Konis Santana, comandante das Falintil, afirma, em entrevista passada na RTP, que a resistência timorense continua viva e foi reorganizada ■ O INE revela que a produção industrial em Outubro de 1993 foi 8,8 por cento inferior à de um ano antes ■ Associações de comerciantes protestam contra a decisão dos bancos de cobrar uma taxa de um por cento nos pagamentos com cartão Multi-banco ■ Discursando sobre o estado da nação, Boris Ieltsin diz no Parlamento russo que «os deputados não aprenderam com o passado» ■ O PR angolano, José Eduardo dos Santos, inicia uma visita oficial a França.

25 Sexta-feira

Na sede da CGTP começa o 3º Congresso da federação das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) ■ Inicia-se em Tomar o 4º Congresso dos Juizes Portugueses ■ Donativos para Angola, no valor de 25 mil contos, recolhidos por crianças portuguesas, estão retidos em Lisboa por falta de verba para o transporte.

revela a Associação dos Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação - Movimento ZLAN ■ Em 1993, as quantidades de haxixe e heroína apreendidas em Portugal superaram todos os anos anteriores ■ Em Hebron, na Cisjordânia, 52 palestinianos são mortos por um ou vários israelitas.

26 Sábado

Nas cidades de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Tomar e Viseu realizam-se concentrações e manifestações de trabalhadores; no âmbito desta «manifestação nacional» da CGTP-IN tiveram ontem lugar iniciativas também no Funchal e na Guarda ■ «Os Verdes» anunciam que Isabel Castro será a sua primeira candidata nas listas da CDU para o Parlamento Europeu ■ Mantendo dúvidas, o PR promulga a lei das propinas ■ Em Coimbra decorre o 4º Encontro da «Plataforma de Esquerda» ■ Shimon Peres, MNE israelita, afirma que os colonos judeus nos territórios ocupados não serão desarmados, apesar do massacre de Hebron ■ Inicia-se o programa de «Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura».

27 Domingo

A CDU realiza em Lisboa um encontro nacional sobre as eleições para o Parlamento Europeu ■ O governo libanês responsabiliza Israel pelo atentado que matou 9 pessoas e feriu 55, numa igreja de cristãos maronitas a Norte de Beirute, afirmando que o objectivo é o mesmo do massacre de Hebron.

28 Segunda-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, é entrevistado na TVI ■ A CGTP faz um balanço positivo da manifestação nacional de sábado e protesta por declarações recentes do ministro do Emprego sobre uma eventual alteração da legislação laboral ■ A Liga Árabe reclama do Conselho de Segurança da ONU um inquérito internacional à chacina de Hebron.

1 Terça-feira

O PCP apresenta um balanço do trabalho dos seus deputados no Parlamento Europeu durante a legislatura que agora termina ■ Conclui-se a maratona negociada para a adesão da Suécia, Finlândia e Áustria à União Europeia; os contactos deverão prosseguir ainda com a Noruega ■ Em Moscovo, o líder sérvio Radovan Karadzic aceita a reabertura do aeroporto de Tuzla para fins humanitários e com a presença de observadores russos no local ■ No final de um encontro com Nelson Mandela, Buthelezi aceita inscrever provisoriamente o Inkhata para as eleições de Abril na África do Sul.

Festa de Abril nos 73 anos do PCP

É

já na próxima sexta-feira, dia 4, que se iniciam as comemorações do 73º Aniversário do PCP com o comício de Lisboa, que terá a participação de Carlos Carvalhas. As celebrações

terão outro momento alto com o comício do Porto, a 13 de Março, em que intervirá Álvaro Cunhal.

Os dois comícios, como todas as outras iniciativas comemorativas que se realizarão por todo o país, associam às comemorações do aniversário do PCP os 20 anos do 25 de Abril que este ano se celebram.

Desta maneira, os comunistas reúnem na mesma festa duas datas que são particularmente caras ao seu coração e especialmente representativas da sua luta e dos valores que defendem para Portugal.

Fazem-no, aliás, de acordo com a resolução do Comité Central, de 14 de Dezembro, sobre o 20º aniversário da Revolução de Abril, que fixou o propósito do PCP de «promover, durante o ano de 1994, um conjunto diversificado de acções e iniciativas da sua própria responsabilidade», salientando-se desde logo «uma expressiva e significativa inserção das comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril nos comícios de celebração do 73º aniversário da fundação do PCP».

Na mesma altura, foi salientado o empenho do PCP «em contribuir para que o plano das instituições democráticas, os 20 anos da revolução de Abril sejam assinalados com adequado relevo e dignidade», ao mesmo tempo que se manifestava a «disponibilidade para apoiar iniciativas e projectos de carácter unitário e de orientação democrática».

É esta clara orientação que tem pautado e pauta a contribuição do PCP para a definição de um programa oficial das comemorações, bem como o seu apoio às iniciativas unitárias em preparação. Entre estas, é particularmente importante registar a confirmação do desfile da Avenida da Liberdade, tão profundamente ligado às celebrações de Abril ao longo dos últimos 20 anos, que acaba de ser feita pela Comissão Promotora.

As comemorações do aniversário do PCP coincidem, também, com a iniciativa do 8 de Março, a assinalar a passagem do Dia da Mulher, que tem adquirido uma importância crescente no nosso país, não só em relação à causa da emancipação feminina, mas também em relação à participação da mulher na luta geral do nosso povo. Foi tudo isto que o «Avante!» quis pôr em destaque dedicando um suplemento especial à passagem do 8 de Março.

O PCP faz 73 anos num momento particularmente difícil da vida nacional.

Ao mesmo tempo que se apregoam os milhares de milhões de contos de fundos da CEE que hão-de vir com o novo quadro comunitário de apoio, de há dias assinado pelas autoridades portuguesas, o país está realmente mergulhado numa profunda crise económico-social.

De pouco valerem, ou valerem negativamente, pela aplicação que foi feita, os milhões da mesma proveniência que já vieram. Se anunciam que de ora avante receberemos 1,5 milhões de contos por dia, a verdade é que nos garantem que estaremos a receber nos últimos anos um milhão de contos por dia.

De pouco valerem, ou valerem mesmo em muitos casos negativamente, pela aplicação que foi feita, os tais milhões como os resultados

Os comunistas reúnem na mesma festa duas datas que são particularmente caras ao seu coração e especialmente representativas da sua luta e dos valores que defendem para Portugal.

demonstram: com a desindustrialização e a queda a pique da produção industrial, com o afundamento da agricultura, com a ruína das pescas, com a regressão em praticamente todas as actividades económicas.

As consequências sociais são ainda mais expressivas: com o desemprego a atingir os 8 por cento, novos despedimentos em massa anunciados, com os salários em atraso a aumentar, com as zonas de pobreza e exclusão a alastrar.

Particularmente chocante é que o Governo que apregoa os milhões, prega, ao mesmo tempo, a «moderação» salarial, isto é, a redução real dos salários e pensões e consente no aumento generalizado dos preços, provocando o empobrecimento de toda a população laboriosa.

A par disto e por isto, a governação do PSD recorre crescentemente a soluções de natureza autoritária com que procura prevenir-se contra o descontentamento provocado pela sua política, preparando os dispositivos para se «eternizar» no poder.

É, pois, com plena razão e oportunidade que o PCP adopta, para as suas comemorações, o lema: «nova política para uma vida melhor».

Uma nova política é sem dúvida a mais imperiosa exigência do país. Uma nova política que traduza uma estratégia própria de desenvolvimento, com as correspondentes políticas no plano social, no plano cultural, no plano da integração europeia e da política externa.

Uma tal estratégia própria do desenvolvimento só é possível, como a experiência esclarece, no quadro de uma solução política alternativa, onde o PCP tenha forte influência.

O texto da moção de estratégia apresentada pelo Secretário-Geral do PS, António Guterres, com vista à próxima Convenção Nacional deste partido, põe em evidência a grande similitude entre as orientações preconizadas e as que são seguidas pela governação cavaquista, não só na área da integração europeia, mas em muitos aspectos das políticas económica e social.

É caso para dizer que se as semelhanças são tão grandes sendo o PS oposição, o que faria o PS se fosse governo?

A moção de estratégia do PS não só não abre a perspectiva de uma real política alternativa, como fecha a perspectiva de uma alternativa política.

A ideia de uma alternativa credível ao PSD foi significativamente reforçada com o resultado das eleições autárquicas, especialmente pelo bom resultado obtido pelo PCP e os seus aliados da CDU.

Foi a direcção socialista que correu a contrariar o grande dinamismo adquirido pela ideia da alternativa ao insistir na falhada proposta do PS como alternativa sozinho.

No entanto, o adquirido desta última experiência eleitoral é que a perspectiva de alternativa se fortalece quando o PCP cresce.

Tem, pois, plena razão o PCP, quando aponta o seu fortalecimento como o caminho mais consistente para uma alternativa democrática.

Trata-se do fortalecimento em todos os domínios: no domínio da organização, do trabalho colectivo, da ligação às massas, da influência política e eleitoral, da difusão da imprensa. Trata-se do fortalecimento das suas principais características e princípios essenciais, de classe, ideológicos e de funcionamento.

O próprio reforço - um grande objectivo do PCP quando faz 73 anos.

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

A banca tentacular

A aplicação por parte da banca de uma taxa sobre as vendas feitas através do cartão multibanco está a provocar uma indignada repulsa das associações de comerciantes e de consumidores.

A decisão dos bancos de imporem ao comércio, sem qualquer diálogo, o pagamento desta taxa (de um por cento, em ter-

mos médios), chama a atenção para o império tentacular da banca que se reconstrói no nosso país, com todas as consequências negativas que a experiência nacional tão bem conhece.

Tudo indica que os bancos estão a actuar de forma concertada, uma espécie de "cartel", violando a lei da concorrência, para extorquirem em benefício próprio cerca de cinco milhões de contos de receitas originadas no comércio.

Esta nova manifestação de voracidade da banca já foi justamente apelidada de «transferência forçada de riqueza» e de «imposto sobre a circulação monetária», que era um antigo privilégio real.

Ninguém tem dúvida que será sobre os consumidores que acabará por recair a nova taxa, isto é, recairá sobre aqueles que foram aliciados a adoptar um sistema de pagamento, enganosamente apresentado como gratuito, que é sobretudo vantajoso para a banca, que com ele reduz as custos de gestão.

**A banca
floresce.
A economia
nacional estiola**

É assim que a banca floresce enquanto a economia nacional estiola, a produção industrial cai, a agricultura regride, as pescas definham, as condições de vida de grande parte da população degradam-se.

Cerca de 50 por cento dos lucros originados na economia portuguesa foram, o ano passado, apropriados por empresas financeiras.

Os grandes bancos confessam lucros fabulosos e sempre a crescer. Só quatro deles (BTA, BPA, BCP e BESCL) confessaram lucros de 77 milhões de contos, em 1991, de 81 milhões, em 1992, e aproximam-se dos 100 milhões, em 1993. As agências bancá-

as aumentam ao ritmo de várias centenas por ano. Capitaneando grupos capitalistas, controlando e concentrando posições, fomentando a especulação em vez da produção, os bancos imperam crescentemente em toda a vida económica.

Como pode progredir uma economia frágil, como a nossa, assim submetida a um tal processo parasitário?

A especulação bancária apresenta-se, mais uma vez, como um polvo exaurindo as energias nacionais.

Historicamente, a especulação bancária tem sido, com o latifúndio, um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento económico e uma das bases do autoritarismo político, no nosso país. Nos últimos anos da 1ª República e logo a seguir ao 25 de Abril constituiu mesmo o centro da conspiração contra a democracia.

Foram estas razões que tornaram imperativa a nacionalização, em 1975.

Com as privatizações, a banca retoma as tendências tentaculares e volta a antigos vícios. Até quando?

■ Carlos Brito

Assim como quem diz...

A Plataforma de Esquerda, toda, concentrou-se em Coimbra e sentou-se, toda, numa pequena sala da Residencial Avenida.

Soube-se do evento antes, durante e depois da realização do dito. O País - habituado à caudalosa produção de ideias novas e criativas que acompanha cada magno encontro dos plataformistas - parou, expectante. E dividido. Pressentiam os mais optimistas que um dos Mouras, ou o Narciso, ou então o Judas, ou até, sabe-se lá, todos juntos, em coro, haveriam de brindar a Nação com a 12ª solução milagrosa para os graves problemas provocados pela política de direita. Por seu lado, os mais pessimistas não escondiam os receios que os apavoravam: "Eles já começaram a fraccionar-se, o PCP elegeu-os como ódio de estimação... dar-se-à o caso de, não aguentando mais tanta ingratidão, se terem decidido pelo auto-encerramento?". Os optimistas enganaram-se. Os pessimistas também não.

Na verdade, quanto aos problemas do país os plataformistas repetiram (de forma inovadora e cheia de modernidade, como é seu timbre) o que todos os Secretários-gerais do PS, passados e presente, disseram repetidamente em circunstâncias idênticas: "O voto útil" é no PS pois o PS "é a força política que neste momento está em condições de protagonizar a alternância". O que, traduzido livremente, quer dizer que Guterres é o melhor habilitado para, como primeiro-ministro, alternar com Cavaco na execução da política comum aos dois.

Quanto à temida autodissolução: de forma nenhuma, antes pelo contrário! Os reunidos na Residencial Avenida garantiram que não há o perigo de a Plataforma vir a "perder a sua identidade" e de se afirmar como "Plataforma para o PS", ou como "satélite dos socialistas", e muito menos como "grupo de gente que faz fretes ao PS". Nada disso. É certo que, confessaram, sem o PS a Plataforma "já não existiria"; é certo que, confessaram, estão fartos de ser hostilizados e que "se fôssemos socialistas" essa hostilização acabaria. Mas, atenção, a Plataforma é autónoma e independente e tanto assim é que, nas eleições para o P. Europeu, vai fazer "uma campanha própria (...) e com a afirmação de pontos de vista não totalmente coincidentes com os do PS". Mais do que isso: Barros Moura que até aqui se tem exibido como futuro possuidor de lugar cativo no PE pela mão do PS, viria mesmo a declarar (face a insistências no sentido de desvendar o lugar que ocuparia na lista do PS) que, 1ª - essa "não é questão que deva ser posta em praça pública" e 2ª - que tais insistências poderiam "dar a entender que eu estou na fila para algum lugar, o que não é verdade", assim ensinando aos seus pares que 1ª - acordos deste tipo devem ser negociados no secreto segredo de cerrados bastidores e 2ª - que ele, B.M., afinal está na fila mas para lugar nenhum. E tudo terminou em bem: "Voltou a velha P.E., que discute política e não moral". Assim como quem diz: o meu negócio... é a política.

■ José Casanova

Ângela, Obélix e o caldeirão

Fruto da falta de imaginação dos acessórios de imprensa do PS ou mera decorrência do facto de parte substancial das páginas de política nacional do «Público» terem caído em pequeninas no caldeirão da poção mágica do jornalismo oficioso pró-PS, o que é certo é que o diário da Quinta do Lambert lá conseguiu acordar de uma merecida hibernação o

esfarrapado folhetim das fantasiosas convergências ou alianças entre o PSD e o PCP.

O pretexto foi uma visita dos deputados do PSD ao rio Trancão em Loures e ao porto de Sines e o facto dos presidentes de Câmara do PCP desses dois concelhos, a exemplo do que tem feito com outros partidos, terem, por critérios de natureza institucional, correspondido a

solicitação feitas por membros de um órgão de soberania para estarem presentes nessas visitas.

A peça publicada no «Públi-

co» de terça-feira, com a assinatura de Ângela Silva, antes de chegar às deturpações de afirmações de Demétrio Alves e ao obviamente inocente lembrete de que na Câmara de Loures «o PSD chegou a acordo com o PCP» (sem se lembrar de acrescentar que o PS, prisioneiro da sofreguidão das suas exigências, não quis chegar a acordo com o PCP), desvendava logo os seus objectivos com o muito isento título «Os amigos comunistas» convenientemente precedido do antetítulo «Autarcas do PCP aderem à ronda «laranja» do ambiente».

Na própria terça-feira, ainda seria possível que algumas boas almas leitoras do «Público» ficassem à espera do dia em que uma reportagem do «Público» sobre uma visita de deputados do PSD com a presença de autarcas socialistas fosse publi-

cada com o título «Os amigos socialistas» e que outra de vice-versa recebesse o título «Os amigos laranja».

Mas essa ilusão só teve direito a 24 horas de vida. É que, logo no dia a seguir, a reportagem do «Público» sobre a visita dos mesmos deputados do PSD aos concelhos de Espinho e Ovar acompanhada pelos respectivos presidentes de Câmara do PS já não incluía insinuações sobre «amizades» nem sobre «adesões» de autarcas socialistas à «ronda laranja» do ambiente e já levava o asséptico título de «PSD em roteiro «rosa»».

E assim fica demonstrado como são graves e profundos os efeitos do mergulho no caldeirão.

■ Vítor Dias

HEBRON

O atentado terrorista

O atentado terrorista levado a cabo na passada sexta-feira, dia 25 de Fevereiro, por um colono judeu, ligado à organização extremista Kash, implantada nos EUA, veio mostrar ao mundo toda a fragilidade em que assenta o processo de negociações no Médio Oriente, particularmente entre Israel e a OLP.

Baruch Goldstein, do colonato de Kiryat Arba (um dos mais fanáticos), entrou na mesquita de Hebron numa sexta-feira do Ramadão (o dia e o mês santos dos muçulmanos) e começou a disparar sobre os seres humanos que se encontravam a rezar, matando 58 e ferindo centenas de palestinianos.

As mesquitas estão vigiadas pelas tropas israelitas, particularmente às sextas-feiras, o que, desde logo, levanta sérias interrogações quanto à facilidade do fanático judeu ter entrado com uma metralhadora disfarçada e ainda por cima ter tido o tempo suficiente para disparar até matar e ferir às centenas... É igualmente estranho que os serviços secretos israelitas não tenham detectado aquele atentado terrorista...

A situação no terreno era propícia a tais acções. O governo israelita não cumpre o que tinha assinado em 13 de Setembro, apesar de Isaac Rabin ter recebido o Prémio Nobel da Paz... O processo arrasta-se e Yasser Arafat enfrenta crescentes dificuldades internas, pois para além da FDLP, FPLP e sectores da Fatah, o Partido Popular Palestino também tem vindo a criticar as últimas negociações no Cairo e os Acordos ali realizados.

Neste contexto, o atentado torna o campo de manobra da OLP ainda mais limitado, face à justa indignação das massas árabes palestinianas e à eventual incompatibilização com um processo negocial que nada traz de novo aos palestinianos dos territórios ocupados.

As medidas anunciadas pelo governo israelita de libertar 1000 palestinianos (há mais de 10 000 presos) e de iniciar o desarmamento dos colonos, se não forem integradas num processo irreversível de retirada dos territórios ocupados, de acabar com os colonatos, de reconhecimento do Estado palestiniano, serão apenas mais uma tentativa de envernizar a fachada da ocupação e permitirão novos atentados ou actos do mesmo género. A existência de colonatos nos territórios palestinianos, de 120 000 colonos armados, de tropas de ocupação, de repressão brutal e quotidiana, em simultâneo com um processo negocial que não altera a realidade de ocupação no terreno, leva, sem dúvida, ao desespero das massas palestinianas.

A velha política de dividir para reinar é bem conhecida dos experimentados políticos do governo sionista. Eles criaram o Hamas de parceria com os EUA. Foram forçados a negociar com a OLP, mas fizeram-no não para dar força à OLP, mas, se puderem, para lhe tirar força e representatividade. Esse é o problema-chave das negociações. E a força da OLP é a Intifada e o povo. Sem a Intifada, sem o apoio do povo, a OLP e a sua direcção poderão perder a força que conquistaram.

As negociações em Washington propostas por Clinton já só têm o apoio de um sector da Fatah. O Partido Popular (comunista) apelou ao seu adiamento. Será, sem dúvida, difícil o caminho dos palestinianos para a conquista do seu Estado independente. E a chave do seu sucesso é o reforço da sua unidade e não o do caminho da divisão. Os nossos votos são pela unidade na luta. ■

DL



Roubados foi como se sentiram os trabalhadores da empresa Guial de Barcelos, que após terem chegado a acordo com o patrão, Novais e Sousa, para o pagamento de salários em atraso, aquele entra nas instalações da fábrica e leva consigo máquinas, obra já confeccionada, tesouras e calculadoras.

Os cerca de 200 trabalhadores da empresa estiveram sete dias em greve e vigília permanente até que a entidade patronal se comprometeu a liquidar até ao passado dia 25, os salários relativos a Janeiro, e até ao dia 14 de Março, os salários de Fevereiro.

Com a assembleia de credores marcada para 15 de Março que decidirá a falência ou viabilidade da empresa, os trabalhadores foram ludibriados por Novais e Sousa, que terá preferido pagar o mês de Janeiro com o objectivo de interromper a vigília e desta forma entrar na fábrica para «limpar» o que de valor nela restava.

Afronta grave aos trabalhadores é como a Organização do PCP nas empresas de Seguros de Lisboa qualifica a proposta da Associação Portuguesa de Seguros que pretende impor um «miserável» aumento de 3 por cento e retirar vários direitos consignados no contrato colectivo de trabalho antes do 25 de Abril, caso dos complementos de reforma e de doença.

Os comunistas repudiam a atitude da associação patronal, considerando que aquela recorre «a métodos intoleráveis para boicotar a contratação colectiva, impor a redução salarial e comprometer o futuro» dos trabalhadores.

A crise, as alternativas e o papel dos quadros técnicos e científicos vão ser o tema de um Encontro organizado pelo PCP e que decorrerá no próximo dia 12 de Março, no Hotel Continental, em Lisboa.

A iniciativa pertence à Comissão Distrital dos Quadros Técnicos e Científicos da Organização Regional de Lisboa do PCP, que assegurou já a presença de **Edgar Correia**, membro da Comissão Política, que intervirá na sessão de encerramento.

O Encontro abre pelas 10 horas da manhã, prosseguindo depois os trabalhos em três secções dedicadas às questões socio-profissionais e formação contínua, aos problemas do ambiente e desenvolvimento e à temática dos quadros técnicos e a administração local.

O reforço do papel e da influência do Partido na Cidade de Lisboa esteve recentemente em debate num Encontro de Quadros, realizado na Freguesia de Alcântara, que definiu um conjunto de orientações para o trabalho dos comunistas da capital.

O Encontro pronunciou-se pela «elevação do papel, da intervenção e da iniciativa política dos organismos do Partido, acompanhando os problemas das populações e dos trabalhadores, dinamizando a luta pela sua resolução, tomando posições e divulgando o "Avante!"».

Concluindo ser necessário enquadrar «o maior número possível de militantes», os presentes defenderam a definição de um «núcleo activo» nele enquadrando os camaradas eleitos nas autarquias, nas estruturas do movimento popular de massas e nas estruturas de trabalhadores, bem como trabalhar para «o reforço dos organismos dirigentes aos vários níveis».

O Encontro considerou ainda o recrutamento como tarefa prioritária, decidindo aprofundar a ligação às massas juvenis e aos quadros técnicos; afirmar o estilo de trabalho democrático, participativo e orientar a actividade individual e colectiva dos membros do Partido em frentes de trabalho de massas como as autarquias, colectividades e sindicatos.

A Assembleia da Organização Concelhia de Chaves do PCP reuniu no passado sábado para apreciar «a intervenção do Governo PSD e os seus efeitos negativos no concelho e na região», e eleger a nova comissão concelhia.

Os comunistas de Chaves chamam a atenção para o encerramento e falências de empresas como Paixão e Irmãos e Têxtil Flaviense, bem como os despedimentos na Telheira de Chaves. A assembleia concluiu que «a política que tem vindo a ser seguida conduz a que a região do Alto Tâmega se transforme numa das mais atrasadas da Europa».

O desemprego bateu à porta de mais 91 madeirenses, na sequência da falência da Madequipre, afirma a DORAM do PCP, acrescentando que «diariamente se inscrevem novos desempregados no Centro Regional de Emprego. Os comunistas madeirenses denunciam ainda as repetidas tentativas do governo regional, através do secretário regional para a Comunicação e Assuntos Parlamentares, para «a todo o custo obter conciliações que não são favoráveis aos trabalhadores, pois os valores apresentados ficam muito aquém da verdadeira taxa de inflação existente na região e dos aumentos verificados nos bens de primeira necessidade».



Representantes das direcções regionais e sectores participantes na Festa reuniram na passada semana

EP da Festa já está à venda

A Entrada Permanente da Festa do «Avante!»/94 já está à venda pelo preço de 1600 escudos, no âmbito de uma campanha que arranca em simultâneo com as iniciativas comemorativas de aniversário do Partido.

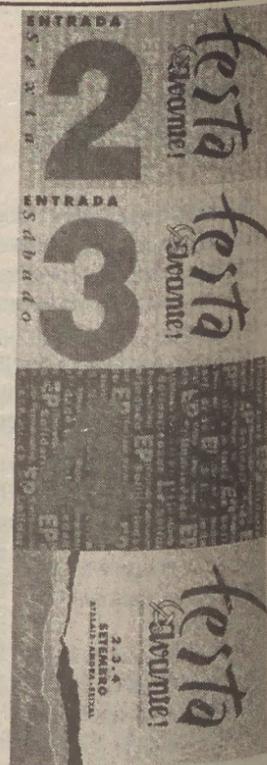
A campanha foi decidida no passado dia 24 de Fevereiro, no decorrer de uma reunião nacional preparatória da 18ª edição da festa do «Avante!», que juntou representantes das direcções das organizações e sectores participantes na Festa. A reunião adiantou as linhas orientadoras do

conteúdo político-cultural, do projecto e programa de construção, do quadro organizativo, financiamento e promoção da Festa.

Os participantes propõem que se discuta em todo o Partido a realização da campanha de venda militante da EP, considerando-a como «suporte

solidário indispensável e seguro de vida da própria Festa».

Foi ainda examinado «o programa de medidas de beneficiação do terreno da Quinta da Atalaia a executar este ano no quadro plurianual existente e que se traduzirá em novas e visíveis melhorias na protecção dos acessos, nas circulações internas, nos espaços verdes e na regularização dos terrenos» e de que oportunamente será dada notícia mais desenvolvida.



QUINTA DA ATALAI
2, 3 e 4
de SETEMBRO 1994
Este Têlo não de copiar na Festa

Quanto ao conteúdo, a organização indica que terá como «forte referência o 20º aniversário do 25 de Abril», adiantando por outro lado que, o programa desportivo conta já, na fase de promoção, com três provas calendarizadas. Assim, foram anunciadas uma prova de vela da classe «optimist» para 10 de Junho; uma prova de canoagem para 20 de Agosto, que decorrerá sob a forma de um rally paper náutico, no Tejo; e, por fim, uma prova de cicloturismo a realizar em 28 de Agosto.

Fundos do IPSD ainda por esclarecer

«Cavaco Silva falou mas não respondeu», considera o PCP numa nota do gabinete de imprensa que comenta a reacção do Primeiro-Ministro às declarações de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, exigindo um cabal esclarecimento da noticiada atribuição ao IPSD de 677 mil contos para acções de formação partidária.

Em resposta a Cavaco Silva, que sustenta que o IPSD não é do PSD e que este instituto estaria para o PSD como as centrais sindicais estariam para outros partidos, o PCP considera necessário salientar:

«A separação que Cavaco Silva procura estabelecer entre o IPSD e o PSD constitui uma toska e embaraçada tentativa de ocultar o que toda a gente sabe: ou seja, que o Instituto Progresso Social e Democracia é um instituto criado pelo PSD, profundamente ligado ao PSD, que articula as suas actividades com as do PSD e que é dirigido por conhecidos dirigentes do PSD.

«É uma completa mistificação equiparar o IPSD às centrais sindicais, seja do ponto de vista da proximidade política ou partidária, seja do ponto de vista da atribuição de fundos comunitários para acções de formação profissional.

«O essencial é que o Primeiro-Ministro não desmentiu até agora que o IPSD tenha recebido 677 mil contos de fundos comunitários, não desmentiu até agora que essas verbas tenham sido utilizadas para formação partidária como foi noticiado por um jornal diário, citando como fonte o Instituto de Emprego e Formação Profissional, sendo entretanto certo que mesmo que os cursos do IPSD fossem porventura sobre informática isso não alteraria os contornos essenciais deste escândalo.

«Neste termos, o secretário-geral do PCP mantém plenamente o desafio que lançou ao Primeiro-Ministro e exige que o seu Governo responda, sem subterfúgios e mistificações, ao requerimento que já lhe foi dirigido pelo Grupo Parlamentar do PCP para que preste uma informação detalhada sobre os financiamentos atribuídos ao IPSD».

RA obriga a rescisões

O clima de repressão psicológica criado pela actual gerência da Rodoviária do Alentejo, recentemente comprada pelo grupo Barraqueiro, Belos e Avic, tem obrigado dezenas de trabalhadores a abdicarem dos seus postos de trabalho, denuncia em comunicado a DOR-POR do PCP.

Os comunistas de Portalegre repudiam a atitude do actual CG daquela empresa, que «além de escandalosa, se reveste de uma autêntica submissão aos interesses da futura administração, desempenhando o papel de carasco em todo o processo».

Também a Comissão Concelhia de Estremoz do PCP protesta contra os despedimentos na RA, lembrando que dos 160 trabalhadores, que no distrito faziam parte da empresa, 40 por cento já foram vítimas das pseudo-rescisões de contrato. Por outro lado, esta estrutura local do PCP protesta contra o programado encerramento de estações, acompanhado do corte de carreiras que terá graves consequências para as populações do distrito.

GAMARADAS FALECIDOS

Mário do Sacramento

Faleceu, no passado dia 16 de Fevereiro, Mário do Sacramento. Nascido em 1910, era natural da freguesia de Alcântara em Lisboa. Membro do partido desde 1976, militou vários anos na ex-2ª Zona do CLL, onde era muito prestigiado. Vivia actualmente no Lar dos Alfaiates, na localidade de Albarraque, no concelho de Sintra.

Domingos Mongates

Faleceu recentemente Domingos dos Santos Mongates, de 81 anos. Militava no PCP desde o 25 de Abril e era tesoureiro da Comissão de Reformados e Idosos de Sarilhos Grandes.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

A cem dias das eleições para o PE

Campanha exige o esforço de todos

A cem dias das eleições para o Parlamento Europeu, a CDU marcou o arranque da campanha com a realização, no domingo, de um Encontro Nacional que reuniu centenas de dirigentes locais e nacionais do PCP, JCP, Intervenção Democrática e Partido Ecologista «Os Verdes».

Os trabalhos foram abertos com uma intervenção de fundo feita por Luís Sá, membro da Comissão Política, e cabeça de lista da CDU ao PE, sendo encerrados por Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Seguiram-se ao longo do dia dezenas de oradores que denunciaram as políticas de integração que conduziram à profunda crise económica e social em Portugal, as principais questões da construção europeia e as linhas de força para uma activa e clarificadora campanha eleitoral da CDU.

Entre muitos outros, passaram pela tribuna João Amaral, Jerónimo de Sousa, Sérgio Ribeiro, Joaquim Miranda, José Barata Moura, Avelãs Nunes, além de Blasco Hugo Fernandes e Isabel Castro, da

ID e PEV, respectivamente, cujas intervenções damos destaque nas páginas 18, 19 e 20 desta edição, onde publicamos igualmente os discursos de Luís Sá e Carlos Carvalhas.

Ainda antes do discurso de abertura, José Casanova, em jeito de ponto prévio, saudou os milhares de trabalhadores que participaram na véspera nas manifestações promovidas pela CGTP-IN nos principais centros do País.

Como salientaria depois Jorge Gouveia Monteiro, a campanha da CDU «precisamente porque quer e deve ser uma campanha de

massas, pode e deve associar-se a este ambiente de descontentamento e protesto social (...) Não vamos pedir aos portugueses, aos trabalhadores para que párem de lutar, vamos dizer-lhes que votem para parar com esta política».

Apesar de oficialmente a campanha só começar a 27 de Maio, o encontro apelou ao empenhamento de todos: «o que está em jogo obriga a que desde já todos nós — autarcas, sindicalistas, militantes em empresas e freguesias, jovens e reformados — pensemos o que vamos fazer e ajudemos a mobilizar todos os amigos da CDU».

Março e Abril foram considerados como meses de «mobilização» e preparação dos materiais e identificação dos problemas regionais mais sentidos, bem como de calendarização das iniciativas e recolha de fundos, sendo apontado para Maio o início de uma Jornada Nacional de Propaganda que cobrirá «todo o País com a mensagem e as cores da CDU»

Reconhecendo que se trata de uma campanha nacional, «no sentido em que o fundamental dos meios, ao contrário das autárquicas deve ser investido centralmente», o Encontro lançou um alerta: «que ninguém descansa nos meios centrais, nos candidatos, nos euroespecialistas e nos quadros a tempo inteiro. Tal como os resultados de uma má política nacional e europeia tocam hoje a todos, assim também esta campanha deve ser tão de todos como o foi a das autárquicas».



Eleições para o Parlamento Europeu

CDU

PCP-PEV

Seis compromissos da CDU

Intitulada «Pelo progresso e soberania de Portugal numa Europa de cooperação», a declaração aprovada por unanimidade no Encontro Nacional define seis compromissos fundamentais que a CDU assume perante os eleitores.

1º O compromisso de lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pela defesa dos interesses, da identidade cultural, da soberania e da independência nacionais e por uma Europa de cooperação estreita entre nações livres, soberanas e iguais.

A CDU assume, agora e para o futuro, a firme recusa de qualquer perspectiva federal de desenvolvimento das instituições comunitárias e a afirmação clara de um projecto baseado na soberania dos Estados, na igualdade de direitos e na rejeição de uma Europa burocrática, centralizadora e dirigida por um directório de grandes potências.

A CDU recusa firmemente a aprovação pelo Parlamento Europeu de uma pseudo-Constituição destinada a substituir os tratados instituintes e a fundar um Estado federal, como aquela que foi apresentada e acaba de ser examinada e que voltará a sê-lo no início da próxima legislatura, com tentativa da sua aprovação.

Impõe-se, em particular, uma decidida oposição aos projectos de impedir a participação de todos os países, em pé de igualdade, na presidência rotativa do Conselho, na propositura dos membros da Comissão, na exclusão, como línguas de trabalho, do português e de outros idiomas.

Ao mesmo tempo, impõe-se assegurar uma intervenção efectiva dos parlamentos nacionais no sentido de garantir a sua participação na definição das políticas comunitárias e não esvaziar o seu papel como órgãos de soberania deliberativos e de fiscalização.

As opções fundamentais de Portugal em matéria de integração devem obrigatoriamente ser examinadas na Assembleia da República e levadas ao conhecimento e debate da opinião pública.

2º O compromisso de lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, por políticas e medidas que favoreçam a urgente criação de empregos estáveis e justamente remunerados, o combate às desigualdades sociais, a elevação dos níveis de protecção social (nomeadamente em relação aos reformados) e da assistência na saúde, a promoção da educação e da cultura, a afirmação dos direitos das mulheres e das aspirações dos jovens.

A CDU combaterá todas as estratégias e políticas apontadas para a subalternização da dimensão social da economia, o reforço da exploração dos trabalhadores através da redução dos salários e da ampliação da precariedade e da flexibilização do mercado de trabalho, no alastramento do desemprego e da exclusão social, a liquidação dos direitos sociais e dos serviços públicos de saúde, segurança social e ensino. Recusará projectos e políticas que visem manter e acentuar o tratamento discriminatório das mulheres e dos jovens e lutar pela defesa dos interesses dos emigrantes.

O trabalho humano tem que ser considerado, não como um «custo» para as economias ou um factor de produção como os outros,

mas como a fonte de criação de toda a riqueza e bem-estar e um elemento-chave da própria identidade social dos cidadãos.

Os direitos sociais têm de ser encarados, não como fardos insuportáveis para as sociedades contemporâneas, mas como uma exigência crucial da dignidade da pessoa humana e um factor essencial do próprio desenvolvimento e da modernidade.

3º O compromisso de lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pelo desenvolvimento do País, contra a concepção de uma economia nacional residual, periférica e subcontratada no quadro comunitário.

A CDU coloca a defesa e valorização do aparelho produtivo português, a sua especificidade e as suas potencialidades no centro das suas preocupações. O que não significa um entendimento autárquico ou temporização com o imobilismo nas políticas económicas. Antes a consideração de que a defesa da agricultura e das pescas, de sectores industriais como o têxtil e o calçado, de outras fileiras industriais ou de serviços, se avalie na perspectiva do seu desenvolvimento e ganhos em tecnologia, em qualidade, em valor acrescentado, em capacidade de penetração nos mercados estrangeiros e satisfação do mercado nacional, compatíveis com a defesa da segurança alimentar, do ambiente e dos equilíbrios naturais, garantindo emprego, rendimentos e qualidade de vida aos portugueses, um País harmonicamente desenvolvido e próspero.

O que exige que os princípios de «coesão económica e social» de cooperação económica e defesa da economia nacional, se sobreponham às políticas de convergência nominal de Maastricht, às teorias liberalizantes e monetaristas desregulamentadoras e privatizadoras de sectores e serviços públicos, impostas por Bruxelas, à guerra económica comandada pelas transnacionais.

O que impõe uma política de aplicação dos fundos comunitários planificada, coerente e eficaz, com a activa participação das diversas instituições e agentes económicos e sociais (autarquias, organizações de trabalhadores, de agricultores, etc.), sujeita a efectivo controlo da Assembleia da República, e não o fomento da corrupção, do desperdício, a sua inteira subordinação à lógica de acumulação dos grupos económicos portugueses e das multinacionais, comandada pela governamentalização, pelos interesses eleitorais e partidários do PSD e pela óptica das associações empresariais do grande patronato.

A CDU defende que a correcção de desigualdades de desenvolvimento regional deve ser um objectivo fundamental da política económica. As regiões devem ter um papel importante na política regional e comunitária, o que reforça a necessidade de instituir as regiões administrativas.

4º O compromisso de lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, por uma política de ambiente que assegure um desenvolvimento sustentável.

A CDU, que defende uma política de ambiente articulada com todas as outras políticas sectoriais, dará particular atenção às zonas em que existem situações críticas, como as regiões que sofrem processos de desertificação e áreas metropolitanas densamente povoadas.

As políticas de ambiente devem respeitar as competências próprias dos Estados, das regiões e das autarquias locais, numa óptica

de descentralização e envolvimento das populações e ser participadas e democraticamente organizadas ao nível das diversas unidades de gestão. Deverão ser preocupações essenciais, a defesa da qualidade do ar e da água, a educação ambiental, a reflorestação, a protecção da fauna e da flora, a defesa da biodiversidade, a segurança nos transportes marítimos de matérias perigosas ou poluentes, o tratamento efectivo de resíduos e a recusa da sua exportação para países em vias de desenvolvimento, o combate à destruição da camada de ozono.

A CDU defende igualmente o desenvolvimento da intensificação da cooperação internacional pela inclusão de um capítulo sobre protecção ambiental em acordos internacionais de carácter comercial, no âmbito do Uruguay Round e do GATT, exigência de estudos de impacte ambiental em todos os grandes projectos financiados pela Comunidade Europeia ou co-financiados pela CE e Banco Mundial. Em todas as políticas devem ser asseguradas a informação e participação dos cidadãos, das associações de ambiente e de consumidores.

5º O compromisso de lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pela paz, amizade e cooperação entre os povos e países de toda a Europa.

A CDU opor-se-á firmemente à militarização da Comunidade Europeia, ao reforço da União da Europa Ocidental (UEO) e à sua transformação do «pilar europeu» da Aliança Atlântica, à Política Externa de Segurança Comum. Defendemos o desarmamento progressivo e controlado, e em primeiro lugar o nuclear, e a instauração na Europa de um sistema de segurança colectivo, preservando e desenvolvendo, de acordo com os grandes princípios e objectivos da Acta Final de Helsínquia, as potencialidades da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE).

A Europa que preconizamos é uma Europa de Estados soberanos, autónoma em relação aos Estados Unidos da América (EUA), promovendo a coexistência pacífica, a resolução política negociada dos conflitos com o abandono das soluções de força e de intervenções militares em terceiros países, a cooperação mutuamente vantajosa e solidária com o Terceiro Mundo, a democratização da Organização das Nações Unidas (ONU) e a instauração de uma ordem mundial mais equitativa e mais justa. É uma Europa respeitadora da rica diversidade de culturas e percursos históricos, aberta ao mundo, solidária, empenhada na solução dos grandes problemas que hoje afectam a humanidade.

6º O compromisso de, em Portugal e no Parlamento Europeu, lutar por mais participação e mais democracia, por uma política de garantia de altos níveis de protecção dos direitos individuais e colectivos dos cidadãos.

A CDU dará particular atenção aos perigos que resultam da cooperação policial, da perspectiva da criação da EUROPOL, da permuta automática de dados pessoais informatizados, da perspectiva de criação de um serviço de informações europeu, da aplicação dos acordos Schengen e de políticas de cunho racista e xenófobo. Impõe-se igualmente pôr termo à prática que exclui que cada Estado possa soberanamente decidir a quem pretende conceder ou não asilo no seu próprio país.

DORAA do PCP analisa Açores em pormenor

A situação política, económica e social da *Região Autónoma dos Açores* foi pormenorizadamente analisada pela DORAA do PCP, que pôs em evidência a «degradação perigosa e acelerada da situação socioeconómica» na Região, denunciou a hipocrisia que se esconde atrás do «Ano Internacional da Família» (definido como «manobra para esconder o súbito agravamento das condições de vida de centenas de famílias açorianas»), alertou para a «urgência de um amplo debate» sobre o Sistema de Saúde e pôs em evidência as manobras que ameaçam a política do transporte aéreo entre a Região e o Continente. José Decq Mota, dirigente do PCP na Região, apresentou à Comunicação Social as conclusões desta análise da DORAA do PCP, que resumimos.

«Há cerca de um mês alertámos a opinião pública regional para o facto de a situação socioeconómica se estar a agravar, com a redução dos rendimentos dos trabalhadores, com o aumento do desemprego com a crescente precarização das relações de trabalho, com o aumento brusco e desajustado de preços de bens e serviços essenciais e com uma crescente apatia no tratamento dos problemas sociais», começa por caracterizar a DORAA do PCP, que acrescenta:

«Infelizmente temos que constatar que o nosso alerta, para além de todo o fundamento, estava inserido numa análise global negativa das orientações governamentais que cada dia se confirma mais». E pormenoriza: «Os despedimentos deixaram, nas últimas semanas, de ser um procedimento que estava a provocar um crescimento tendencial do desemprego, para passarem a ser uma prática que tem associada a extinção de muitos e muitos postos de trabalho».

«O caso, actualmente em desenvolvimento, dos 103 despedimentos de trabalhadores, na maioria do quadro, de empresas do Grupo Nicolau de Sousa Lima, é não só um caso extremamente grave e condenável do ponto de vista social, como resulta de uma orientação económica governativa e do capital profundamente desrespeitadora dos trabalhadores e da sociedade».

«Repáre-se — assinalou Decq Mota — que são extintos, bruscamente, em empresas do mesmo grupo económico, mais de 100 postos de trabalho e que são criados, noutra empresa do mesmo grupo 25 postos de trabalho». E acrescentou:

«Invoca-se a modernização, mas só se faz a modernização depois de ter havido uma concentração sectorial que enfraquece a concorrência; reduz-se os postos de trabalho mas avança-se naqueles que foram criados para relações de trabalho precárias; recorre-se e o Governo concede ou avaliza incentivos para este tipo de modernização sem haver programas de médio e longo prazo de reequilíbrio no número de postos de trabalho; actua-se como se o trabalhador fosse apenas mais uma máquina no circuito da produção».

«A verdade porém — frisou — é que os trabalhadores são mulheres e homens com necessidades, com dignidade e que têm de exigir das orientações dos Governos e do comportamento dos possuidores dos meios de produção regras e comportamentos que sejam configuráveis com o Estado Democrático em que vivemos».

Após considerar que «hoje muita da legislação laboral é desfavorável aos trabalhadores, por força da política de direita que domina e por força da cederia, que, ao longo dos anos certos sectores democráticos, que não nós, foram fazendo», o PCP/Açores «condena veementemente este verdadeiro despedimento colectivo no grupo Sousa Lima, acusa o Governo de ter responsabilidades directas, porquanto incentivou modernizações bruscas que não contaram, nem de perto nem de longe, com a situação dos trabalhadores e reclama a tomada de medidas de contenção deste processo».

O PCP/Açores alerta também «para a perspectiva de outros despedimentos em diversas pequenas e

médias empresas e exige medidas, nomeadamente de redução de custos financeiros, que possam contribuir para a viabilização dessas empresas e manutenção dos postos de trabalho com condições dignas de remuneração».

Despedimentos e mais despedimentos

Acusando «directamente o Secretário Regional da Juventude e dos Recursos Humanos, de esconder a situação real no que respeita às perspectivas de emprego, de avalizar alterações bruscas na actuação das grandes empresas permitindo extinção de postos de trabalho e não pode deixar de referir que esse comportamento lesivo da sociedade está a atingir uma dimensão perigosa e totalmente inaceitável», o PCP/Açores denuncia também a «enorme ilegalidade que está a ser cometida em serviços públicos como por exemplo o Hospital de Ponta Delgada e o Centro de Saúde da Ribeira Grande com a passagem de contratados para a situação de pagamento por recibo verde, quebrando vínculos e permitindo o arbitrário despedimento, como já aconteceu a 70 trabalhadores da Câmara de Ponta Delgada».

Além disso, alerta «uma vez mais, para as intenções reestruturadoras da SATA, que incluem uma perspectiva de despedimento ou de degradação da relação de trabalho em larga escala».

O PCP/Açores alerta ainda que, «a par destes casos gravíssimos, estão a diminuir visivelmente os apoios pontuais governativos e autárquicos a situações desesperadas de habitação precária de dezenas de famílias, hoje a braços com problemas de incapacidade total de encontrar alternativas de habitação quando são acionados mecanismos judiciais motivados por preferências legais ou outras razões».

«Ano Internacional da Família»?!

O Secretariado da DORAA nota que as situações referenciadas acima são bem demonstrativas que «o empenhamento oficial posto na comemoração do Ano Internacional da Família não pode deixar de ser interpretado como uma manobra, demasiado hipócrita, para esconder o súbito agravamento das condições de vida de centenas de famílias açorianas». E explica:

«O PCP/Açores entende que o Ano Internacional da Família tem que ser aproveitado pelas forças sociais activas de carácter laico ou religioso e pelas forças políticas empenhadas no sentido de ser generalizado um debate muito sério sobre a situação social, a pobreza e a marginalização, o emprego, o desenvolvimento socialmente útil, o rendimento das famílias e a justiça social».

«A injustiça social é, obviamente, factor de desagregação da família enquanto célula social e moral de natureza essencial», considera, acrescentando:

«Não se pode consentir em medidas e orientações lesivas do rendi-

mento de quem trabalha e, ao mesmo tempo, afirmar que se quer preservar a família. Não se pode esquecer que a esmagadora maioria das famílias vive dos rendimentos do trabalho».

Neste quadro, «o PCP/Açores disponibiliza-se a participar em todas as iniciativas sérias que visem analisar a relação indispensável entre a justiça social e o papel da família na sociedade de hoje». E acentua:

«O PCP/Açores recusa-se a aceitar e participar em qualquer iniciativa que dê cobertura à injustiça reinante, servindo-se do Ano Internacional da Família como forma de branquear essas acções.»

É urgente o debate sobre sistema de Saúde

O deputado Regional, dr. Paulo Valadão, lançou, em nome do PCP/Açores, na última sessão parlamentar, um desafio ao Governo para que seja feito um debate global dos problemas que afectam o sistema de Saúde.

Essa posição — afirmou Decq Mota —, que hoje confirmamos e corresponde a uma necessidade urgente, é motivada pela forma despuddorada e irresponsável como o Secretário Regional do Sector vem falando da necessidade de acabar com o Estado Providência na Saúde. Com esta frase, o Governo Regional pretende que os cidadãos, para além dos descontos para a segurança social e para além dos impostos, devem pagar os actos concretos que utilizam no Serviço Regional de Saúde».

O problema do financiamento do Serviço Regional de Saúde «é um problema importante mas não pode ser discutido isoladamente de toda a problemática do contributo dos cidadãos para o erário público, nem pode ser discutido sem se analisar todas as questões ligadas nos meios, qualidade, humanização, gestão e aproveitamento dos recursos do próprio Serviço Regional de Saúde», afirma a DORAA do PCP, que alerta contra a política do facto consumado. «Desafiamos o Governo a promover um debate parlamentar amplo sobre a Saúde e deixamos às organizações sociais, aos profissionais de saúde e às forças políticas um repto muito sério no sentido de, democraticamente, intervirem na criação da consciência colectiva de que este é um problema central dos nossos dias», diz a DORAA do PCP.

Política do transporte aéreo

O PCP/Açores «trouxe à opinião pública o facto de haverem pressões diversas no sentido de ser alterado o esquema de ligações aéreas Continente-Açores, pressões essas que visam, desde logo, a extinção a médio, prazo da linha da TAP Lisboa-Horta-Lisboa», acusa a DORAA do PCP, que ao mesmo tempo assinala que «o Delegado da TAP para os Açores veio afirmar publicamente não ter a transportadora aérea nacional essa intenção».

Entretanto, o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria respectiva, «não deu resposta à questão essencial colocada pelo PCP», que é a de saber se o Governo Regional «concorda, ou não, com o actual esquema dessas ligações».

O PCP/Açores, que «sabe, de forma completamente confirmada, que foram feitas as referidas pressões», congratula-se com os desmentidos feitos pela TAP, «porquanto eles significam que tais pressões ficaram mais isoladas». Não é possível «aceitar-se que, nas ligações com o exterior, haja quem queira recuar mais de uma dezena de anos», sublinha-se, alertando que «a existência

das três linhas domésticas da TAP é um factor de desenvolvimento regional, nomeadamente do turismo e é um factor favorável à consolidação da unidade regional».

O PCP/Açores, ao vir a público

com esta questão, «atingiu dois objectivos fundamentais, que foram o de alertar as forças vivas regionais e das ilhas centro-ocidentais e foi o de isolar e dificultar o efeito dessas referidas pressões».

O PCP/Açores não aceita, entretanto, «o silêncio do Governo Regional e reclama uma resposta imediata ao Requerimento da Representação Parlamentar sobre esta matéria» (ver caixa).



A questão do transporte aéreo

A política de transporte aéreo (mal) conduzida pelo Governo PSD da Região Autónoma dos Açores mereceu, da DORAA do PCP, uma atenção especial, produzindo uma nota (que transcrevemos) onde se analisa detalhadamente esta importante questão.

1. O PCP/Açores trouxe recentemente à opinião pública o facto de haverem pressões diversas no sentido de ser alterado o esquema de ligações aéreas Continente-Açores, pressões essas que visam desde logo, a extinção a médio prazo da linha da TAP Lisboa-Horta-Lisboa.

O Delegado da TAP para os Açores veio afirmar publicamente não ter a transportadora aérea nacional essa intenção.

O Presidente do Conselho de Administração da TAP canalizou para alguns meios a informação de que a TAP pretende manter o actual esquema de ligações, sem contudo o fazer em termos públicos.

O Governo Regional dos Açores, através do Secretário respectivo, não deu resposta, ainda, à essencial pergunta posta pelo PCP e que é a de saber se o Governo Regional concorda ou não, com o actual esquema dessas ligações.

O PCP/Açores, que sabe de forma completamente confirmada, que as referidas pressões foram feitas, congratula-se com os desmentidos feitos pela TAP, porquanto eles significam que tais pressões ficaram mais isoladas.

Não é possível aceitar-se que, nas ligações com o exterior, haja quem queira recuar mais de uma dezena de anos.

A existência das três linhas domésticas da TAP é um factor de desenvolvimento regional, nomeadamente do turismo e é um factor favorável à consolidação da unidade regional.

O PCP/Açores ao vir a público com esta questão atingiu dois objectivos fundamentais, que foram o de alterar as forças vivas regionais e das ilhas centro-ocidentais e foi o de isolar e dificultar o efeito dessas referidas pressões.

O PCP/Açores não aceita, entretanto, o silêncio do Governo Regional e reclama uma resposta imediata ao Requerimento da Representação Parlamentar sobre esta matéria.

2. O PCP/Açores, ainda no que respeita a este sector essencial, levantou já em várias ocasiões a questão do Aeroporto das Flores, da ANA, EP., reclamando que seja mantido aquele aeroporto com as mesmas condições de

segurança e operacionalidade que as autoridades francesas exigiam quando nele precisavam de operar.

Reclamamos também que seja mantido um horário de funcionamento compatível com a crescente procura turística da Ilha das Flores, incluindo o seu funcionamento ao fim-de-semana o que obriga à manutenção dos actuais efectivos de pessoal.

Neste sentido, o Deputado Regional, Paulo Valadão, avistou-se, no passado dia 8, com o senhor Ministro da República, que se comprometeu a analisar o assunto.

O PCP/Açores reclama também do Governo Regional um total empenhamento nesta questão e apoia, totalmente, os esforços que estão a ser desenvolvidos pelos trabalhadores e suas organizações no sentido de preservar um bom funcionamento daquele aeroporto.

Retirar segurança, diminuir horários, fazer despedimentos no aeroporto das Flores é, claramente, um problema regional de maior importância. Não se pode isolar mais os que já são, pela Natureza, os mais isolados. Não se pode adoptar padrões menores de segurança do que aqueles que os franceses exigiram. Não se pode estrangular as enormes potencialidades turísticas que aquela ilha tem.

O PCP/Açores, no seu conjunto, o seu deputado eleito pelas Flores, os autarcas da CDU e todos os seus apoiantes continuarão a desenvolver todos os esforços para que a situação quanto ao Aeroporto das Flores, da ANA, EP., seja resolvida em definitivo, com a consolidação da situação que foi criada a partir do Acordo Luso-Francês.

3. O PCP/Açores, considerando haver uma conjuntura favorável a que um maior número de companhias aéreas procurem os aeroportos da Região para efeitos de escalas técnicas, defendeu e defende que seja criada a possibilidade de haver uma oferta adequada à procura, de ser promovido o Aeroporto de Santa Maria como aeroporto apto a esse serviço, mas de ser ao mesmo tempo aproveitada a utilização de outros aeroportos que para isso tenham condições.

Assembleia Geral da CNA e Encontro de Compartes Agricultores voltam às ruas

Uma «Jornada Nacional de Alerta e Reclamação» vai ser promovida pela CNA - Confederação Nacional da Agricultura - no próximo dia 25 e incluirá a deslocação de dirigentes associativos dos agricultores aos Governos Cívicos do país. A iniciativa foi aprovada na Assembleia Geral daquela Confederação e foi incluída no Plano de Actividades da CNA para este ano, discutido na reunião do passado dia 27 de Fevereiro, num hotel de Coimbra.

Num dos documentos aprovados nesta Assembleia Geral, sobre a situação da agricultura e as perspectivas para os agricultores portugueses, referem-se alguns dos principais problemas estruturais e conjunturais vividos pela nossa agricultura e destacam-se as negativas consequências para esta actividade produtiva resultantes da política levada a cabo pelo Governo e pela União Europeia.

As dívidas do Estado à agricultura (subsídios atribuídos por entregar, formação profissional remunerada, indemnizações por gado abatido, etc., etc.) levaram a CNA a falar num «Estado caloteiro» enquanto se avisa que com o recente acordo do GATT «os cereais baixarão de preço em cerca de 35 por cento; a carne bovina 27 por cento e a das aves 17 por cento». E a confederação adianta: «a CEE vai ter de reduzir 800 mil toneladas às suas produções de carnes e vai ter de importar mais cinco por cento. A área produtora de cereais vai ser reduzida em 20 milhões de hec-

tares. Prevê-se a perda de cinco milhões de postos de trabalho no sector».

Triste política

O desaproveitamento dos recursos hídricos existentes

do Ministério da Agricultura e à Política Agrícola Comum da UE.

Os elevados preços dos factores de produção e das taxas de juro do crédito agrícola (só em 1993 a lavoura terá pago 70 milhões de contos de juros de dívidas à banca) são outras da



O IV Encontro Técnico dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o apoio da CNA aprovou um conjunto de acções para a oposição aos aspectos mais negativos da nova lei. A Confederação, entretanto, divulgou o seu plano de actividades onde avulta uma Jornada de Alerta e Reclamação que vai fazer voltar às ruas os protestos dos agricultores

em Portugal, o aumento das importações desnecessárias,

extensa lista (sete páginas densas de texto) de queixas dos agricultores portugueses afectados pela política governamental em sectores tão diversos como o vinho, hortofruticultura, leite, pecuária (matadouros e estado sanitário de animais incluídos), cereais, baldios, floresta, rendeiros e caseiros ou movimento cooperativo.

Depois de já este ano a CNA ter realizado o encontro ibérico «Agricultura Sustentável num Mundo Rural Vivo com Reforço do Associativismo», o Plano de Actividades para 1994 desta estrutura representativa de agri-

A CNA aprovou um Plano de Actividades que começa com o relançamento da luta dos agricultores. Uma jornada marcada já para 25 de Março. Nos baldios, os povos denunciam e combatem no terreno os aspectos mais nocivos da nova lei.

as baixas nos preços à produção, a constante diminuição dos rendimentos e da produção e a má utilização dos fundos comunitários são algumas das críticas da CNA ao traba-

cultores inclui a 30 de Maio, no Porto, o «Encontro sobre Sanidade Animal» a realizar juntamente com a Ordem dos Médicos Veterinários e o Sindicato dos Médicos Veterinários e a 2, 3 e 4 de Dezembro um simpósio europeu intitulado «Agricultura e Meio Ambiente para um Mundo Rural Vivo na Europa das Regiões» que integrará no dia 4 o próprio «Congresso da Agricultura Portuguesa e da CNA».

Discussão de problemas

Em meados de Outubro, nova Assembleia Geral da CNA preparará o Congresso de Dezembro, fazendo a proposta de nomes para os corpos sociais para o triénio 94/97 e apresentará a do programa a apresentar à apreciação dos congressistas.

Também este ano a CNA prevê a participação em ini-

ciativas realizadas por suas associadas. É o caso do «III Conferência Sobre os Baldios» (15 de Maio, no Porto), de um colóquio sobre «Vinhos Verdes» (Abril, em Braga), do seminário europeu «Reforma da OCM Hortofrutícola e Repercussões sobre a Produção Tradicional» (Santarém), do colóquio ibérico «Alargamento da UE e Repercussões sobre o Sector Agro-Florestal» (em Vila Real) e do seminário transfronteiriço «Meio Ambiente e Recursos Hídricos, revitalização do Mundo Rural» (em Beja).

Compartes organizam Conferência de Baldios

Duzentos compartes representantes de 40 Conselhos Directivos de Baldios estive-

ram presentes no IV Encontro Técnico dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro onde foi aprovada por unanimidade uma proclamação intitulada «Com o aproveitamento integrado dos recursos dos baldios, defender o mundo rural». Nela, face ao novo quadro jurídico imposto pela Lei n.º 68/93 (resultante de um entendimento PSD/PS) defende-se a denúncia e o combate aos aspectos mais nocivos da Lei.

Neste Encontro foi ainda decidido realizar a III Conferência dos Povos dos Baldios, a efectuar no primeiro semestre deste ano, «no sentido de aprofundar a discussão sobre o aproveitamento dos recursos dos terrenos baldios nas suas mais diversas aptidões e potencialidades, na perspectiva de desenvolvimento múltiplo e aproveitamento integral da floresta e da economia de montanha», lê-se na proclamação.

Centro Europeu da FDIMulheres Reunião em Lisboa aprova acções europeias

Um apelo às mulheres da Comunidade Europeia com o objectivo de reivindicar e alertar para a necessidade de criar efectivamente condições de participação das mulheres na vida económica, social e política dos países foi um dos resultados da reunião do Centro Europeu da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM) que discutiu a situação do movimento feminino na Europa. O encontro entre representantes de organizações de mulheres oriundas de Chipre, França, Roménia, Grécia, Espanha e Portugal, ocorreu no passado fim-de-semana na sede em Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres (MDM).

Esta reunião ocorre quando se iniciou o Ano Internacional da Família e se realizará no Verão do próximo ano, na China, a Conferência Mundial da ONU de Mulheres, iniciativas que foram também temas de discussão e tomadas de resolução. A questão do trabalho feminino foi, a esse pro-

pósito, levantada tendo a reunião decidido levar este problema à conferência da ONU bem como ao Congresso da FDIM que se realiza em 9 e 10 de Abril em Paris. Uma decisão que teve por base a constatação de números preocupantes como os fornecidos pela Comunidade Europeia sobre

o desemprego feminino e pelas situações vividas em países como Portugal, Bélgica (17 por cento das mulheres activas estão no desemprego), Espanha (33 por cento das mulheres em idade de trabalho apenas o exercem temporariamente) ou, caso mais gritante, Roménia (a delegada presente nesta iniciativa disse que 64 por cento das mulheres com formação universitária no país estão desempregadas). A este problema junta-se ainda o da persistente discriminação salarial em vários sectores de actividade quase todos os países europeus.

Ano Internacional da Família

Em relação ao Ano Internacional da Família, aprovou-se a

realização em todos os países da Europa de uma acção simbólica para o dia 15 de Março com reivindicações «que vão no sentido de exigir o reconhecimento das diferentes formas de família já existentes e livremente assumidas, bem como a defesa do estatuto individual dos seus membros», lê-se num documento distribuído à imprensa após os dois dias de trabalhos.

Tema alto da reunião foi a preparação do congresso da FDIM tendo decidido as representantes das organizações de mulheres reunidas no passado fim-de-semana unirse no trabalho preparatório e no próprio congresso em relação a temas como a solidariedade entre as mulheres do planeta, a paz, o desenvolvimen-

to e a participação em igualdade.

A falta de estrutura de apoio, educação e guarda das crianças, em qualidade e quantidade, (com o exemplo português a demonstrá-lo: só seis por cento das crianças em idade pré-escolar frequentam equipamentos públicos) e a necessidade de combater a pobreza das mulheres e suas consequências (que mesmo em países ricos atinge índices assustadores) são outras chamadas de atenção dos documentos aprovados na reunião do Centro Europeu do FDIM.

Solidariedade e paz

As mulheres reunidas em Lisboa elaboraram uma mensagem

de paz e amizade sobre a situação das mulheres na ex-Jugoslávia e manifestaram-se ainda solidárias com as mulheres da Palestina, Angola, Moçambique, Timor e Cuba.

Em relação à participação das mulheres na vida política, o encontro sublinhou a fraca presença de mulheres nos órgãos de decisão e as dificuldades cada vez mais sentidas para se fazerem ouvir.

As mulheres participantes considerariam entretanto ser especialmente significativa a reunião realizada em Lisboa, dado tal significar uma nova dinamização do movimento de mulheres na Europa, após um descréscimo de actividade nos últimos anos.

Saúde, Segurança Social, Educação, Poder Local... Trabalhadores do Estado contestam «modernidade» laranja

Os trabalhadores da administração pública realizaram na semana passada uma acção pública, na baixa lisboeta, em que acusaram o Governo do PSD de «destruir a atracção do emprego público» porque entende que o Estado «só deve intervir naquelas actividades que, de todo, a economia de mercado não tome para si».

Nesta iniciativa - em que o principal objectivo era mostrar que, com os salários que quer impor em 1994, Cavaco Silva quer pôr os trabalhadores a pão e água - foi chamada a atenção da opinião pública para as consequências que as medidas do Governo acarretam também para os utentes dos serviços públicos.

Numa exposição e em documentos distribuídos no local, dirigentes e activistas das organizações que integram a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa trouxeram para a rua as razões que já estiveram na base de

cidadãos trabalhadores», como se refere num folheto que apela à «solidariedade e compreensão» dos utentes dos serviços.

Sublinhando que os trabalhadores da função pública lutam «por viver com dignidade», o folheto da Plataforma Reivindicativa lembra que «a administração pública portuguesa sofreu, com o 25 de Abril, um impulso decisivo, com o rasgar das suas fronteiras eminentemente repressoras para um novo horizonte de administração prestadora». «Pese embora a sobrevivência de muitos aspectos deficientes, começou a aparecer o novo rosto dado pelas funções

E «é no âmbito dessa estratégia de ataque aos direitos sociais dos cidadãos que a estabilidade de emprego dos trabalhadores da administração pública, a dignidade retributiva, o direito à carreira e muitos outros estão a ser postos em causa de uma forma radical», afirma a CNS, para quem «as medidas tomadas pelo Governo não visam a modernização, enquanto factor de progresso social e desenvolvimento harmonioso da relação entre o Estado e a sociedade». O que o executivo laranja pretende «é um outro modelo de modernidade, que radica na ideia de que o Estado só deve intervir naquelas actividades que, de todo, a economia de mercado não teme para si e, mesmo nestas, só o deve fazer na medida exacta da protecção aos interesses económicos implantados», acusam os sindicatos.

Para a CNS «é por isto, e só por isto, que hoje estão a ser desmantelados organismos, privatizados institutos públicos e entregues serviços a privados; que é dada a ordem geral da criação de disponíveis em todos os ministérios; que a redução de verbas às autarquias é cada vez maior; que a Educação é só para alguns, porque cada vez é mais cara; que é imposta a redução dos salários reais; que é congelada a progressão profissional; enfim, que é destruída a atracção do emprego público».

que será apresentada em reuniões de docentes nas próximas semanas, um texto que será distribuído aos pais e alunos e à população, e um outro que será apresentado ao Presidente da Assembleia da República (a quem vai ser solicitada uma audiência).

Os documentos chamam a atenção para a degradação da qualidade do ensino e da situação profissional dos professores. Aquelas organizações sindicais decidiram voltar a reunir-se a 12 de Abril para debater os estatutos da carreira docente nos vários graus de ensino.

Matadouros

O Sindicato da Função Pública do Norte (STFPN) entregou na semana passada uma moção ao Delegado Regional do IROMA, no Porto, com as reivindicações dos trabalhadores do Matadouro de Matosinhos, encerrado a 18 de Fevereiro.

A audiência com aquele responsável ocorreu durante uma vigília, dia 23 de manhã, junto à sede regional do IROMA, na qual participou cerca de uma dezena de trabalhadores do Matadouro de Matosinhos. A moção reivindica a reconversão profissional através de

acções de formação que permitam integrar os trabalhadores dos matadouros noutros organismos da administração pública ou a possibilidade de aposentação-voluntária, bonificada a 20 por cento. Maria Assunta, dirigente do STFPN, disse à agência Lusa que o delegado regional do IROMA vai encaminhar o documento para os ministérios das Finanças e da Agricultura.

Maria Assunta anunciou, entretanto, que ontem se ia realizar uma concentração nacional dos trabalhadores do IROMA, junto ao Ministério das Finanças, em Lisboa.



Os activistas sindicais da administração pública estiveram na baixa lisboeta para alertar os utentes dos serviços do Estado e ganhar a sua solidariedade

duas greves este ano, entre outras manifestações de protesto dos trabalhadores do sector. Mas, a par dos baixos salários, da instabilidade de emprego e dos demais problemas que justamente indignam quem hoje trabalha para o Estado, foi realçado que estão em causa também «os nossos direitos mais gerais enquanto

públicas que a revolução lhe acrescentou em áreas como a Saúde, a Segurança Social, a Educação ou o Poder Local democrático», afirma a comissão negociadora sindical, realçando que «são precisamente as novas funções sociais do Estado, enquanto direitos universais dos cidadãos, que estão hoje a ser feridas de morte».

Professores

A Fenprof, a FNE, o Sndep e o Snesup reuniram-se na semana passada em Lisboa para discutir a situação dos professores e do ensino. Do encontro, realizado na sede da Federação Nacional dos Professores, resultou uma moção,

FACES da LUTA

Vieram mais... 120!



Maria Georgina Macedo

Trabalha há 5 anos no complexo Grundig/Blaupunkt em Braga e fomos encontrá-la no congresso da federação das Indústrias Eléctricas. Antes do almoço e da manifestação de sábado à tarde, lá metemos conversa com ela. E ficámos a saber que, desde Novembro, passaram pela mão de Georgina Macedo 120 novas inscrições no STIEN, sobretudo de jovens operárias.

«Ah! É para o «Avante!»! Ainda bem. Ponha aí que eu sou comunista de gema.» E fez questão de dizer que o espírito lutador e o sangue bem vermelho que lhe corre na guelra animaram já o pai e o tio, Manuel Macedo. Este veterano comunista foi um dos principais organizadores da primeira greve na Grundig, em 1972, uma paralisação que durou três dias e acabou depois de serem concedidos aumentos salariais de 75 por cento.

Georgina é operária de soldar na Auto-Rádios Portuguesa. Como muitas das operárias do complexo Grundig/Blaupunkt, esteve vários anos com contratos a prazo e só no último verão passou a efectiva. Foi nessa altura que se envolveu na acti-

vidade sindical na empresa. «Com três filhos, não podia arriscar-me a que, por causa das minhas ideias, não me renovassem o contrato», explica. Apesar das suas funções serem de outro nível profissional, Georgina Macedo continua classificada na categoria 10-A, como trabalhadora indiferenciada ou não-especializada, uma situação escandalosa que afecta milhares de mulheres em todo o sector da fabricação de material eléctrico e electrónico. Aos 30 anos, consegue ganhar um ordenado de 76 contos «porque trabalho no turno da noite» e este, «apesar de mal pago, é melhor que o de dia».

Em Agosto foi eleita delegada sindical e também para a comissão de traba-

lhadores. «Entrou muita gente nova, fez-se um esforço sério e eu achei que devia dar o meu contributo também.» A reacção patronal não se fez esperar, com pressões sobre as activistas tentando refreá-las... Chegaram mesmo a transferir 10 trabalhadoras, entre as quais uma que fazia parte da CT, para outra fábrica do complexo, alegando que a linha onde estavam diminuía a produção. «Mas puse-ram lá contratadas, e viu-se logo que não havia diminuição nenhuma», conta Maria Georgina. «Insistimos para que elas regressassem, a administração recusou; ameaçámos fazer greve, e disseram-nos que isso não ia dar nada... Quando, em Novembro, foi convocada uma greve no sector, até convidaram visitas especiais.» Mas o que as visitas viram nesse dia foi um complexo parado, só contratados a prazo pegaram ao trabalho. «Até chorei, emocionada com a resposta do pessoal ao nosso apelo para a luta», recorda.

Depois da greve, três das trabalhadoras transferidas regressaram ao seu local de trabalho (as restantes abandonaram a fábrica), mas mesmo assim foram-lhes levantados processos disciplinares e estiveram «oito dias sentadas numa cadeira, não lhes davam nada que fazer». Face a isto, «chamámos a inspecção de trabalho, denunciámos o caso aos jornais, e tiveram que lhes dar trabalho outra vez».

Daqui veio o maior apoio ao sindicato e à CT. Com as estruturas de trabalhadores reforçadas e actuantes na denúncia dos problemas, foram refreados os ardores repressivos da administração.

É fácil sindicalizar assim, em três meses, tanta gente? «Claro que não. Há muito receio das consequências, especialmente entre os que não têm o emprego seguro. Mas vou ter com eles e, com persistência, consegue-se.» Está visto que sim.

TLP CONTRA FUSÃO

Na passada quinta-feira os trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto manifestaram-se em Lisboa, desfilando até ao Ministério dos Transportes, Obras Públicas e Comunicações, para protestarem contra a fusão das empresas do sector, anunciada dia 17 de Fevereiro pelo Governo. Promovida de forma quase espontânea, depois de um plenário nas instalações na Rua Andrade Corvo, a manifestação teve uma forte participação dos trabalhadores, constituindo uma firme demonstração da oposição destes à fusão dos TLP com a Telecom, a TDP e a Marconi. Numa nota de imprensa da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, acusa-se o Governo de, com esta medida, pretender «preparar as condições para ser dado início ao processo de privatização das empresas de telecomunicações e colocar este sector sob o controlo do capital privado, nacional e estrangeiro», bem como «provocar uma redução substancial dos postos de trabalho e retirar direitos e regalias, visando, como é afirmado pelo governo no seu comunicado, obter "uma dimensão mínima em termos de recursos humanos e financeiros"».

SITAVA DENUNCIA HIPOCRISIA NA TAP

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos acusou segunda-feira a administração da TAP e o Governo de se escusarem ao diálogo e contribuírem para a agudização do conflito social na empresa, ao manterem uma postura «hipócrita» em relação à concertação social e ao processo de negociações para o desbloqueamento do conflito entre a empresa e o pessoal de terra. Em declarações à agência Lusa, Luísa Ramos, dirigente do Sitava, frisou que o pessoal de terra tem sido alvo de discriminação em relação ao pessoal de voo por parte do Conselho de Administração, uma vez que o sindicato, depois de ter marcado uma greve para 7 de Março, recebeu uma convocatória para discussão dos serviços mínimos e não uma resposta a uma proposta (enviada simultaneamente com o pré-aviso de greve) para desbloqueamento das negociações. Em contrapartida, o CA apressou-se a estabelecer acordos com os sindicatos representativos do pessoal navegante (Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil e Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil que têm cerca de quatro mil associados e, juntos, representam menos de um quinto dos trabalhadores da TAP).

CONGRESSO DA FSTIEP DEFENDE DIREITO À GREVE

A luta é o caminho para a resolução dos graves problemas que vivem hoje os trabalhadores das indústrias eléctricas, sector onde a ofensiva do Governo e do patronato tem conduzido à destruição de parte do aparelho produtivo e à extinção de milhares de postos de trabalho, ao crescimento da precariedade do emprego, à degradação do poder de compra e ao aumento da exploração dos trabalhadores - aponta-se nos principais documentos aprovados no 3º Congresso da FSTIEP, que decorreu na semana passada em Lisboa, na sede da CGTP. Mas, a par da dinamização das lutas e do reforço da organização sindical, é necessário denunciar as limitações ao exercício do direito à greve levantadas pelo regime dos serviços mínimos e pela forma como ele é aplicado - afirmou, no encerramento, José Machado, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, referindo-se particularmente à situação na EDP, onde as posições da administração e do Governo na revisão do Acordo de Empresa poderão levar em breve à marcação de uma paralisação. No Congresso, em que participou uma centena de delegados de todo o País, foram aprovados o Programa de Acção para o período até 1997, uma resolução sobre a acção sindical imediata, alterações profundas aos estatutos da FSTIEP e diversas moções, e foi eleita a direcção nacional da federação para este triénio. No encerramento, interveio o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, que iniciou neste sector a sua actividade sindical e ainda hoje preside à Assembleia Geral de um dos quatro sindicatos da FSTIEP.



Trabalhadores da Torralta voltaram a protestar publicamente por ainda não terem recebido os salários de Dezembro e Janeiro, numa altura em que não tinham ainda garantido o pagamento do mês de Fevereiro. Na passada quinta-feira, concentraram-se junto do Ministério do Comércio e Turismo; dirigentes sindicais almoçaram ali mesmo, na rua, para chamar a atenção para o problema e exigir a viabilização da empresa

Milhares de pessoas saíram à rua em todo o País

Pelo emprego, os salários e os direitos, A luta prossegue nas empresas e nos sectores, e a CGTP prepara um grande 1.º de Maio.

Muitos milhares de pessoas saíram à rua no passado sábado, para participar nas acções promovidas pela CGTP-IN em doze cidades.

Esta manifestação nacional teve por objectivo «dar expressão pública ao protesto e à luta que temos vindo a desenvolver nas empresas e sectores em defesa das nossas reivindicações», «protestar contra uma política que conduz à destruição do aparelho produtivo, contra uma política que aos trabalhadores exige sacrifícios e ao capital dá mais e mais benefícios, contra uma política que agrava os problemas sociais e laborais, produzindo crescentes desigualdades e exclusões sociais» e «contra as práticas de um patronato que teima em resolver os problemas das empresas à custa do aumento da exploração e da repressão, que descapitaliza as empresas para retirar benefícios em proveito próprio, que recorre a expedientes e, muitas vezes, mesmo a ilegalidades para aumentar os seus lucros» - como referiu Carvalho da Silva na intervenção que fez nos Restauradores, perante uma multidão de guarda-chuvas e cabeças molhadas pelo aguaceiro que presenteou a manifestação dos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal.

«Mas estamos aqui, também, para assumirmos colectivamente o compromisso de continuarmos a lutar, com redobrada determinação, pela melhoria efectiva dos nossos salários, pela defesa do emprego e contra os despedimentos, pela melhoria da protecção social, pelos direitos individuais e colectivos, e para exigirmos uma nova política», sublinhou o coordenador da CGTP-



-IN, adiantando que esta nova política deverá assentar «numa ampla base social» e pôr termo «ao descalabro em que o País se encontra», de modo a encaminhar Portugal «para o desenvolvimento, o progresso e o bem-estar social». «O vigor e a amplitude das lutas que os trabalhadores têm vindo a desenvolver» são, para Carvalho da Silva, «a melhor prova do nosso firme propósito de continuarmos a lutar».

Salientando que «todas as lutas são importantes, porque traduzem anseios e aspirações socioprofissionais e porque procuram soluções para os problemas dos trabalhadores», o coordenador da Intersindical Nacional apontou perspectivas para o desenvolvimento da acção a breve prazo, além da luta reivindicativa nas empresas e nos sectores: «Vamos dar um valioso contributo às comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril e expressar a nossa profunda identificação com os ideais que estiveram na sua origem, afirmando a necessidade de confirmar

e renovar os seus valores e objectivos. A CGTP-IN vai fazer, por todo o País, um grande 1º de Maio, mobilizando os trabalhadores em torno

dos profundos sentimentos de solidariedade e unidade que caracterizam historicamente o movimento sindical e a luta dos trabalhadores».



Metalúrgicos pararam dia 24

A jornada nacional de luta dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica, que teve lugar na passada quinta-feira, provocou a paralisação da produção em empresas como a Sorefame, Mague, MEC, Mevil, Sermague, Metalsines, Lisnave. Uma nota da federação sindical do sector (FSMMMP) distribuída ao princípio da tarde de 24 de Fevereiro referia ainda elevados índices de adesão à greve convocada para aquele dia noutras empresas: Eurofer (adesão de 75 por cento), Emoço (90 por cento), Rodrigues Matias Magalhães (90 por cento), CPC (85 por cento), Trefilaria (80 por cento), Rost Janus (100 por cento), GM (90 por cento).

A federação dos Metalúrgicos registava igualmente a realização de acções de rua pelos trabalhadores em greve da SMM (com concentração junto à administração, em Lisboa), de várias empre-

sas de Setúbal (Setenave/Solisnor, Renault, Carfete, Transvel e outras, em concentração junto ao Governo Civil do distrito) e da Lisnave (com acção de denúncia pública, no Rossio, dos objectivos do plano Mello e do Governo).

O sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, numa informação posterior, acrescentava mais alguns exemplos da «grande adesão» dos trabalhadores à greve convocada no distrito (Impormol, Ford, grupo Previdente, Vecofabril, C. Santos, MLI, JB Cardoso, Construções Mecânicas, Baptista Russo, Soquadro, Viçoso Moratalla, Casa Hipólito), interpretando os resultados da jornada de luta como uma demonstração de que os trabalhadores rejeitam a actuação do patronato e a política do Governo, e anunciando que «a luta vai prosseguir em Março com novas formas».

Caso Ministério da Saúde Inquérito não passa mas Cavaco não é esquecido

As responsabilidades políticas do Primeiro-Ministro em todo o processo de ilegalidades e irregularidades que envolveu o caso do Ministério da Saúde constituíram, pode dizer-se, a questão de maior interesse que relevou do debate suscitado pelo pedido do PCP de reabertura do inquérito parlamentar aos actos administrativos na área daquele Ministério então tutelado por Leonor Beleza.

Depois de esta ter apresentado a sua renúncia, o alvo das atenções não pode, naturalmente, deixar de ser o próprio Primeiro-Ministro, na medida em que a actuação do Ministério (muito particularmente o Hospital S. Francisco Xavier - HSFX) foi a "menina dos olhos do primeiro Governo de Cavaco Silva", como observou o deputado comunista João Amaral, que a este respeito lembrou que foi "nessa actuação que o Primeiro-Ministro pôs todo o seu empenho" e todo o apoio "em todas as circunstâncias".

"Nas eleições de 87, o HSFX era o tema forte do PSD para a Área Metropolitana de Lisboa. O Primeiro-Ministro esteve sempre presente: até na inauguração simbólica, com doentes emprestados, e com muita pompa e circunstância", insistiu em recordar João Amaral, antes de se interrogar

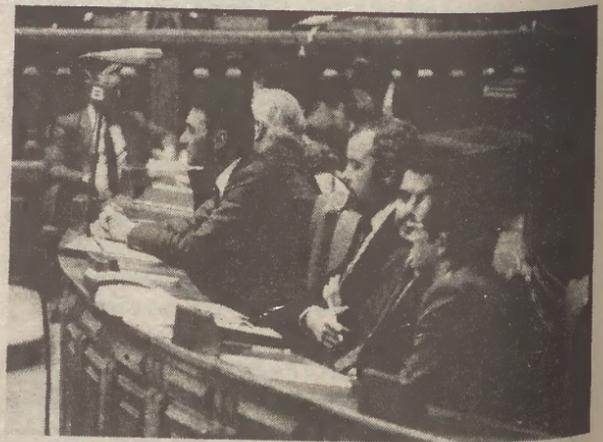
sobre como pode ele ser alheio se foi o "principal beneficiário da situação e o primeiro interessado na urgência com que todo o processo correu?".

"Onde começa a responsabilidade política, se não em quem criou aquele clima de «vale tudo?»", inquiriu o deputado do PCP, não sem antes, a propósito das sistemáticas ilegalidades e irregularidades detectadas ao longo de todo este processo, ter igualmente perguntado: "Quem deu ordens e deixou que tudo fosse feito irregularmente e em violação da lei e sem qualquer controlo? Quem deu ordens e deixou que tudo isso fosse feito assim, para que tudo fosse feito com a máxima urgência e a partir de certa altura com o horizonte da data das eleições?"

Pela voz de João Rui Almeida,

o PS afirmou também não se justificar que o Primeiro-Ministro "faça considerações laterais sobre actos políticos de responsáveis do seu partido e se demita de informar o País sobre irregularidades e crimes cometidos por elementos dum governo a que presidiu".

Mas se a inviabilidade agora imposta pelo PSD, com os votos do CDS, à reabertura do inquérito parlamentar proposta pelo PCP não permite para já o apuramento de muitos factos que ficaram à margem da anterior comissão de inquérito, não é de admitir que o assunto tenha chegado ao seu epílogo, esperando-se novos desenvolvimentos a todo o momento, quem sabe se não já esta semana com o depoimento de Costa Freire na Comissão de Saúde da Assembleia da República, para a qual foi convocado.



Fundo Social Europeu Mais de 600 mil contos para o PSD

Encerramento de mais de 200 empresas (só no sector têxtil), mais de dez mil trabalhadores com salários em atraso, manutenção e agravamento do trabalho infantil, tais são, em síntese, alguns dos elementos que compõem o quadro de crise que actualmente se vive no distrito de Braga.

Dele se falou há dias, na Assembleia da República, no decorrer de uma intervenção proferida pelo deputado comunista Lino de Carvalho, tendo como principais destinatários o Governo e a sua maioria, sobre quem recaíram severas críticas por aplicar zelosamente as "políticas de desemprego e exclusão social ditadas por Maastricht".

Matérias que já haviam sido objecto de profunda reflexão por parte dos deputados do PCP no decorrer das suas Jornadas Parlamentares, recentemente realizadas em Braga, de onde saiu uma viva chamada de atenção para o carácter "insuportável" e para o irremediável fracasso a que está condenada qualquer tese que defenda que a "resolução dos problemas do crescimento económico pode ser feita por via de uma competitividade a todo o preço e à custa de sacrifícios sociais".

Daí que Lino de Carvalho não tenha deixado de verberar o PSD, por este assumir em Portugal as receitas da União Europeia inscritas no «Livro Branco sobre o Emprego», críticas que tornou extensíveis ao PS por considerar que, nesta questão estratégica, também ele "reproduz, infelizmente, idênticas teorias no âmbito do Relatório Laersson".

"O quadro actual é intolerável num país, como Portugal, em que o Governo PSD teve à sua disposição, durante o Primeiro Quadro Comunitário de Apoio, mais de mil milhões de contos por dia, consumidos sem que se tivessem registado as alterações estruturais que conduzissem a melhores e mais sólidas condições de vida", sublinhou Lino de Carvalho, depois de momentos antes ter recordado os 320 mil novos desempregados incritos nos Centros de Emprego no último ano.

"Formação partidária"

Mas a questão que maior animação provocou no debate, suscitando reacções cruzadas dos vários quadrantes, foi, sem dúvida, a referente aos 667 mil contos atribuídos ao Instituto Progresso e Social Democracia (IPSD) para formação partidária dos quadros do PSD. Lino de Carvalho disse tratar-se de um exemplo do modo "como têm sido desbaratados os fundos comunitários" e considerou que o destino dado a estes fundos "fere os objectivos do Fundo Social Europeu".

Classificando a "situação de escandalosa", Lobo Xavier (CDS) levantou a questão do inquérito parlamentar, sugerindo a sua realização, posição que em princípio não encontra resistências por parte do PS (embora tal não tenha sido explicitado) que, no entanto, pela voz de António Campos, não deixou de exigir do PSD um cabal esclarecimento sobre a matéria. Disponibilidade para aceitar o inquérito revelou também Nuno Delerue (PSD), afirmando estar o seu partido disposto a "viabilizar um inquérito dirigido a fundações similares de carácter político que se tenham candidatado a subsídios". Em resposta, irónico, Lino de Carvalho sugeriu que o PSD estará já a pensar "provavelmente que as conclusões desse inquérito serão as mesmas do outro inquérito ao Fundo Social Europeu..."; esclarecendo, por outro lado, que o PCP aguarda a resposta ao requerimento dirigido ao Governo, disso dependendo eventuais diligências futuras.

Petições à Assembleia da República

Lei da Caça não serve

A necessidade de revogar a Lei da Caça - uma reclamação de milhares de cidadãos praticantes desta actividade de natureza económica e lúdica com raízes ancestrais - voltou a fazer-se ouvir no Parlamento. Na origem desta posição, consubstanciada em petição subscrita por cerca de milhar e meio de portugueses, a consideração de que o actual regime jurídico é desequilibrado, gerador de conflitos, permissivo a atitudes pouco transparentes da Administração Pública, e discriminatório relativamente a milhares de caçadores que não têm meios para aderirem às zonas de caça especiais.

Esta é, também, a opinião do PCP, expressa pelo seu deputado Lino de Carvalho, no debate que sobre a matéria teve lugar na Assembleia da República, ocasião por si aproveitada para apelar ao bom senso do Governo e da maioria no sentido de viabilizarem a aprovação de uma política e de um novo quadro legal que "dê resposta equilibrada às várias vertentes do problema".

É que, foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo, o actual regime carece de virtualidades, como testemunha o facto de mais de 90 por cento dos caçadores não terem aderido às zonas de caça especiais, e, bem assim, não ter havido qualquer aumento significativo dos postos de trabalho ou aumento da riqueza para as regiões.

Isto apesar de a área coberta pelas 1600 reservas de caça existentes se elevar já a 2,1 milhões de hectares, sendo que há distritos (casos de Évora e Lisboa) e concelhos (casos de Mourão, Montemor, Mora, Reguengos, Vila Viçosa, Mértola, Moura ou Monforte) onde a área coberta pelo regime cinegético especial ultrapassa muito mais de metade da área disponível de caça.

Trabalhadores do ensino alvo de injustiças

Injustiçados e alvo de medidas que atentam ao direito de igualdade de oportunidades sentem-se, por seu turno, os trabalhadores do Ministério da Educação ligados ao ensino básico e secundário, circunstância que os levou a subscreverem igualmente uma petição à Assembleia da República.

O problema reside no facto de os trabalhadores contratados não verem o seu tempo de serviço integralmente contado para efeitos de promoção e progressão da carreira.

Pese embora as diligências feitas no sentido da resolução do problema, a verdade é que as reclamações dos trabalhadores nunca tiveram eco junto do Governo, a quem acusam de assumir uma postura não dialogante.

Pronunciando-se sobre a questão, em nome da bancada comunista, o deputado Paulo Trindade lamentou a persistência da injustiça criada, apontando-a como um flagrante exemplo de como a "estreita visão orçamentista do Governo se sobrepõe à necessidade de uma política de gestão de recursos humanos, que é efectivamente inexistente".

"O problema resolve-se através de um diploma legislativo que consagre que todo o tempo de serviço prestado, independentemente do título vinculativo pelos funcionários e agentes do Ministério da Educação, conte para todos os efeitos legais, procedendo-se, em conformidade, aos devidos reposicionamentos na escala indicária", sustentou Paulo Trindade, antes de concluir, que, ao corrigir situações como estas, o Governo e o PSD "não estarão a gastar nem muito nem pouco, estarão a corrigir, como é seu dever, uma injustiça e a respeitar o direito à igualdade de oportunidades".

Governo desrespeita carreiras dos trabalhadores da Segurança Social

Uma situação de injustiça afecta também os trabalhadores do Centro Regional de Segurança Social do Porto, provocada a partir da publicação de uma Portaria (64/87) que, em sua opinião, gerou uma inadequação do quadro de pessoal às necessidades de serviço.

Para os peticionantes, conforme lembrou o deputado comunista Paulo Trindade, a solução seria a sua integração "num quadro de pessoal que permitisse mais e melhor serviços e que, pelo menos, lhes garantissem o respeito pelo direito à carreira".

Assim não tem sucedido, porém, razão pela qual Paulo Trindade acusou o Governo de não respeitar o direito à carreira destes trabalhadores, ao mesmo tempo que pretende desacreditar a Segurança Social enquanto função social do Estado.

Para a bancada comunista, assiste-se simultaneamente a uma governamentalização dos Centros Regionais de Segurança Social (reduzidos de 18 para 5), sendo este

comportamento do Governo também interpretado como a passagem de "um atestado de subalternidade aos conselhos directivos dos Centros Regionais".

Governo faz chantagem sobre os trabalhadores da TAP

Um atentado aos seus direitos, noutra plano, é também o entendimento dos trabalhadores da TAP relativamente à postura do conselho de administração da empresa. Em causa, de acordo com a petição que recolheu mais de quatro mil assinaturas, está a efectivação do direito fundamental à negociação e a intenção dos administradores de fazerem «recair sobre os trabalhadores os custos de um "plano estratégico"».

A questão, do ponto de vista do deputado Paulo Trindade, prende-se no fundamental com a incapacidade da administração e do Governo em perspectivar um futuro que "assegure o espaço da empresa no mercado internacional e rentabilize as suas enormes potencialidades".

Tal ainda não foi conseguido, lembrou, limitando-se aquelas entidades em obter um "aumento da produtividade à custa do desgaste físico e psíquico dos trabalhadores, à custa da perda do poder de compra e da retirada de direitos".

"À custa da aplicação do regime sucedâneo, com o consequente congelamento salarial e com a supressão de postos de trabalho, o conselho de administração conseguiu poupar em 1993 cerca de quatro milhões de contos", observou ainda Paulo Trindade, antes de alertar para a prevista redução de mais 2581 trabalhadores até 1997.

Depois de classificar de "intolerável chantagem" a proposta de manter congelados os salários e de, por outro lado, reclamar do Governo uma clarificação urgente relativamente à proposta da Comissão Europeia sobre liberalização dos «serviços de assistência em escala» (handling), o deputado comunista deteve-se a tecer algumas considerações sobre os direitos dos trabalhadores no quadro de uma possível segmentação da empresa.

A este respeito, recordou o projecto de lei da sua bancada que visa a manutenção dos direitos adquiridos nas convenções colectivas de trabalho em caso de cessação total ou parcial de empresas, lançando o repto ao PSD para que tenha a "abertura suficiente" no sentido do seu agendamento.

Uso obrigatório do BI

Uma nova violação dos direitos dos cidadãos

A Assembleia da República deverá votar hoje a proposta de lei governamental que estabelece a obrigatoriedade do porte do Bilhete de Identidade. Apreciada em plenário há exactamente uma semana, esta questão voltou a colocar em campos diametralmente distintos o Governo e os partidos da oposição, estes, por verem nela uma violação dos direitos e garantias dos cidadãos, aquele, por considerar que se trata apenas de "tornar operacional a Lei de Segurança Interna", como na ocasião explicou a secretária de Estado da Justiça, Eduarda Azevedo.

Palavras que foram interpretadas como pretendendo iludir o que de verdadeiramente grave está em jogo e que, é nem mais nem menos - essa é pelo menos a convicção da deputada comunista Odete Santos -, o edificar pelo Governo de "mais uma peça no edifício de um Estado policial e autoritário".

Daí que a parlamentar do PCP não tenha hesitado em inserir esta proposta no quadro de uma ofensiva mais vasta contra os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que adjetivou de "brutal", encarando-a simultaneamente como um "remate, em nó górdio, de um laço com que se pretende restringir a liberdade e a segurança dos cidadãos".

O que está em causa, recorde-se, é a possibilidade de qualquer agente das forças ou serviços de segurança poder - invocando razões de segurança interna - obrigar qualquer pacato cidadão a identificar-se no espaço público.

"Pode tratar-se de um jovem dirigente estudantil, por hipótese, de um dirigente sindical que distribua propaganda de uma greve por melhores salários, de um desempregado que desabafe em via pública o desânimo da sua vida difícil", comentou Odete Santos, ironizando que qualquer destas pessoas transporta para o Governo o "carimbo da suspeição".

"Se estiver na praia prestes a

entrar para o banho, serei obrigado a mostrar o Bilhete de Identidade; e ainda nem tinha pensado nas praias de nudismo", afirmou, sarcástico, Narana Coissoró (CDS/PP), enquanto Alberto Costa (PS) lembrava que a "retenção de cidadãos não suspeitos em posto policial até seis horas configura uma situação de privação da liberdade que não tem base em nenhuma das hipóteses previstas na Constituição".

Inconstitucionalidade para a qual também Odete Santos chamou veementemente a atenção, referindo a propósito que as medidas contidas na proposta de lei colidem com o artigo 27º da Lei Fundamental, pondo de facto em causa o "direito à liberdade e à segurança" dos cidadãos.



Avaliação do ensino superior

PCP aposta na promoção da qualidade



A criação de um sistema de avaliação da qualidade científica e pedagógica do ensino superior, que se constitua num instrumento positivo, não apenas para a gestão corrente, como também para a gestão estratégica do sistema do ensino superior e para a elevação da sua qualidade, foi defendida na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Nos seus objectivos gerais, como referiu no debate o deputado Paulo Rodrigues, as soluções preconizadas no projecto de lei do PCP - resultado também de um amplo apuramento de opiniões envolvendo variadíssimas sensibilidades - obedecem à ideia de promover a qualidade daquele grau de ensino, ajustando-o simultaneamente "às necessidades de desenvolvimento do País".

Trata-se ainda, adiantou, de garantir que o sistema de avaliação assente numa "concepção integrada do ensino superior", universal, que reúna condições

capazes de garantir a objectividade, o rigor e a isenção das suas apreciações, devendo igualmente os "métodos e indicadores a utilizar no processo de avaliação ser prévia e explicitamente definidos".

Explicitando outros méritos da iniciativa da sua bancada, que foi analisada juntamente com uma proposta de lei do Governo sobre a mesma matéria, Paulo Rodrigues referiu-se também à necessidade de a estrutura responsável pela avaliação e acompanhamento funcionar em "diálogo permanente com as instituições a avaliar" e de ser "funcionalmente independente das entidades financiadoras do ensino superior".

"O sistema de avaliação não é, não pode ser, um corpo estranho e um elemento de perturbação na vida das instituições, antes deverá constituir um elemento de reconhecida utilidade, que as ajude a elevar a qualidade da actividade que desenvolvem", sublinhou o deputado comunista.

Defendida pela bancada comunista é, por outro lado, dada a importância da matéria, a realização de um conjunto de audições que incluam, para além de instituições, personalidades de reconhecida importância.

Diferentemente do projecto comunista, segundo Paulo Rodrigues, a proposta do Governo constitui "um documento pobre que não tem em conta a realidade" do ensino superior - dele estão ausentes as soluções por si defendidas para o sistema -, sendo, por isso, um "trabalho incompleto e insuficiente".

Por iniciativa do PCP

Estágio de advocacia em debate

A eventual criação de um Instituto com a responsabilidade de assegurar o estágio de advocacia, constituiu um dos temas fortes do Encontro promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP na passada segunda-feira, na Assembleia da República.

Subordinado ao tema "Estágio de Advocacia! Que Sistema?", no Encontro foram ainda objecto de vivo debate a forma como deve ser assegurada a assistência judiciária, os objectivos, modalidades e duração do estágio, bem com as condições de acesso à profissão de advogado.

Entre as diversas personalidades e entidades que aceitaram o convite, representativas dos estudantes das Faculdades de Direito, advogados estagiários e advogados, contam-se, o Bastonário da Ordem dos Advogados (Dr. Castro Caldas), o Presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados (Dr. Laureano Santos), a Associação Nacional dos Advogados Estagiários, a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, a Associação de Estudantes da Universidade Lusíada de Lisboa e a Associação de Estudantes da Universidade Internacional.



Campanha de assinaturas do «Avante!»

O interesse que se tem colocado na promoção de assinaturas do «Avante!» tornou-se agora uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

O «Avante!» como publicação periódica beneficiava de uma taxa de porte especial.

Este estatuto foi-lhe retirado com a alegação de que é um jornal partidário, o que triplica o custo do seu envio pelo correio e inviabiliza o presente sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma outra modalidade de expedição suportável (só para o Continente e Regiões Autónomas), mas que exige um *mínimo de mil assinaturas*.

Este número torna-se assim o objectivo de uma campanha de promoção de assinaturas do «Avante!» que deve estar concluída o mais rapidamente possível.

É para o sucesso desta campanha que vimos apelar, seguros do seu importante alcance político e partidário.

Tabela de Assinaturas

Portugal	50 números: 6750\$00
	25 números: 3487\$50

Ficha de assinatura do «Avante!»

A preencher pelo assinante:

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o banco/Estação de correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90-7º A, 1100 Lisboa, no valor de _____ \$

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

A hipocrisia da política timorense de Cavaco Silva

■ Miguel Urbano Rodrigues

A transmissão pela RTP da reportagem sobre a sequência criminosa do massacre de Santa Cruz avivou na consciência do povo português o martírio do povo de Timor-Leste. Duas evidências, complementares e antagónicas, ganharam transparência:

a) o Governo português não faz o que está ao seu alcance na busca de uma solução;

b) o povo português acredita que se pode e deve levar mais longe a solidariedade.

Na noite da exibição do filme relativo aos crimes cometidos no hospital de Dili em 12 de Dezembro de 1991, o Primeiro-Ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros emitiram opiniões comprometedoras para a imagem do Governo. Ambos revelaram que tinham conhecimento prévio dos factos principais trazidos a público por Max Stahl. Tal declaração coloca o Executivo em postura indefensável. Cabe perguntar por que não informaram imediatamente o povo português e o mundo da chacinha do hospital quando dela tomaram conhecimento. Qual a razão do sigilo que envolveu um acontecimento de tanta gravidade que iria ter (teve) repercussão internacional desfavorável à ditadura indonésia?

Interrogado sobre as eventuais consequências políticas da matança dos feridos e moribundos, ora divulgada pelo jornalista Max Stahl, Cavaco Silva admitiu a sua importância como contribuição para o reforço da pressão da comunidade internacional em defesa dos direitos humanos. Não pronunciou, porém, sequer a palavra autodeterminação. A luta desigual e trágica travada pelo povo maubere não o levou a expressar o óbvio, ou seja, o reconhecimento de que uma comunidade nacional capaz de se bater há quase duas décadas com tenacidade e heroísmo contra um ocupante está a combater historicamente pelo seu direito à autodeterminação e independência.

Este reavivar do debate em torno de Timor-Leste não deve, entretanto, levar à subestimação das enormes dificuldades que têm impedido um consenso susceptível de conduzir a uma solução justa que respeite o direito à autodeterminação do povo maubere, reconhecido por Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU. O maior obstáculo a uma mudança da posição de Jacarta tem sido o apoio recebido dos EUA.

As Nações Unidas, dia a dia mais instrumentalizadas, não têm cumprido o seu papel. A posição de Butros Ghali é muito ambígua e o seu representante, sr. Vendrell, em recente visita a Lisboa, deixou claríssimo que, na perspectiva do secretário-geral, a única frente aberta a iniciativas úteis é a da defesa dos direitos humanos.

Consideramos essa atitude simplista e capituladora.

Não se deve subestimar a hipótese de o secretário-geral dar por finda a sua tarefa no processo timorense e decidir remeter o caso à Assembleia Geral, onde uma votação neste momento dificilmente seria favorável à causa do povo maubere.

É um facto também que Portugal suporta pressões fortíssimas dos parceiros comunitários. Estamos isolados em Bruxelas. O Conselho de Ministros e a Comissão mostram-se cada vez menos dispostos a aceitar restrições de qualquer tipo no seu relacionamento com a Indonésia, país que emerge como gigante na Região da Ásia Oriental e do Pacífico.

Essa atitude da União Europeia contribuiu para neutralizar em grande parte, politicamente, os efeitos do choque emocional que na Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, provocou a reportagem de Max Stahl.

Pode, porventura, inferir-se daí que nada há a fazer por Timor-Leste, a nível do Governo, fora da área dos direitos humanos? Não.

Adriano Moreira tem razão ao repetir que a questão de Timor é um problema da Comunidade Internacional. Mas é igualmente óbvio que, se não for Portugal a tomar a iniciativa, a Comunidade Internacional nada fará para evitar que o debate ultrapasse o terreno dos direitos humanos. Os grandes estão impacientes para que o dossier seja arquivado.

Que fazer então?

Ir até à fronteira do possível, fazer tudo o que está ao nosso alcance em múltiplas frentes. Em cada situação que se apresente, sem romantismos,

mas sem mentalidade de autocensura, sem temores de ferir a sensibilidade de Jacarta (recordo João de Deus Pinheiro a sugerir em São Bento a supressão de palavras num voto da Assembleia da República proposto por todos os partidos e redigido pelo presidente Barbosa de Melo). Acontece que o Governo Cavaco se tem situado sempre aquém dessa fronteira do possível.

Não se trata de pôr termo ao diálogo com a Indonésia. Cortar essa ponte seria negativo para a defesa dos direitos humanos no território. Mas a recusa da estratégia do medo exige o fim da política das cumplicidades e dos silêncios.

Cito mais dois exemplos:

- o Governo permaneceu mudo quando em Paris elementos da polícia política indonésia agrediram portugueses e timorenses que se manifestavam durante a visita de Suharto a França;

- o Governo não explorou a declaração de Suharto na Cimeira dos Não Alinhados, quando o ditador indonésio defendeu o direito sem restrições à autodeterminação de povos invadidos e agredidos por vizinhos poderosos (referia-se à Palestina e à Bósnia).

O temor de Cavaco e Durão de desagradarem aos EUA (a intervenção dos diplomatas portugueses ligados ao dossier

Timor-Leste, essa tem sido de modo geral impecável) assume aspectos absurdos. Sempre que Washington recorda que identifica um facto consumado na anexação pela Indonésia de Timor-Leste, o Governo Cavaco emudece e estremece. Isso foi particularmente chocante em 1992 quando o sr. Quinn, ao tempo secretário adjunto de Bush para os

Assuntos da Ásia Oriental e do Pacífico, fez perante o Senado a apologia de Suharto e da administração indonésia em Timor-Leste, temperando o seu insolente discurso com insultos ao 25 de Abril. Não houve protesto oficial. A nota verbal portuguesa (não divulgada) foi um modelo de covardia.

O Governo Cavaco não somente é omissivo em situações que exigiriam uma tomada de posição firme como contraria iniciativas que poderiam produzir efeitos positivos. É oportuno recordar que o Grupo Parlamentar do PCP, após o massacre de Santa Cruz, apresentou na Assembleia da República um projecto de Resolução que previa a realização em Lisboa de uma Conferência Internacional cujo objectivo era trazer ao nosso país parlamentares de todo o mundo — especialmente da Europa — para debaterem o problema de Timor-Leste. A iniciativa não foi adiante porque o PSD a sabotou; o projecto não chegou a ser agendado...

Naturalmente, tudo o que se faça para que a ditadura indonésia respeite os direitos do Homem é importante e indispensável. Mas não suficiente. Não se pode esquecer a luta do povo maubere pelo seu direito à autodeterminação. A entrevista de Konys Santana a Stahl é, aliás, um documento revelador do significado da Resistência no quadro do combate do povo timorense.

O *Washington Post*, que ao tema tem dedicado excelentes editoriais, deu indirectamente uma lição a Cavaco e Durão Barroso, ao definir como modesto passo em frente as palavras do presidente Clinton alusivas a violações de direitos humanos em Timor. «É preciso — salientou então o influente diário — responsabilizar o governo da Indonésia pelo roubo da independência de Timor-Leste.»



Violência contra palestinianos suspende conversações de paz

Dois atentados em templos, um na sexta-feira em Hebron logo seguido de um outro, no domingo, nos arredores de Beirute, voltaram a abalar o frágil processo de paz entre árabes e israelitas.

Tudo indica que os dois actos terroristas estão relacionados e que o objectivo foi desestabilizar as comunidades árabes. Segundo Rafic Hariri, primeiro-ministro do Líbano, o atentado em Beirute, que causou nove mortos e 55 feridos numa igreja de cristãos maronitas, constituiu «uma tentativa para ocultar a chacina de Hebron», disse, acrescentando: «Estamos em presença de um plano externo e convidado os libaneses, sejam cristãos ou muçulmanos, a continuar unidos e fazê-la falhar».

Michel Samaha, ministro da Informação daquele país, não hesitou em acusar: o objectivo é o mesmo, o autor é o mesmo, é Israel que é responsável pelo

atentado cometido por agentes libaneses a soldo», disse. Entretanto, numa tentativa de melhorar o ambiente geral que se vive no Médio Oriente, o Governo de Israel decidiu, no domingo, anunciar a libertação de 800 a mil presos palestinianos e uma série de medidas contra os seus colonos em territórios ocupados, desarmando-os e procedendo a detenções sem julgamento.

Estas decisões foram, no entanto, consideradas insuficientes pela OLP que as qualificou com «medidas cosméticas destinadas a conter à crise e não a dar uma verdadeira solução à tensão existente».

Reagindo à chacina na Mesquita de Abraão, em Hebron,

que vitimou 53 palestinianos, a Liga Árabe apelou para o Conselho de Segurança da ONU no sentido de enviar uma comissão de inquérito e reclamou protecção internacional para os palestinianos dos territórios ocupados.

Pretendendo que Israel assumia a responsabilidade do acto terrorista perpetrado por «pelo menos um judeu terrorista», a Liga Árabe exigiu o desarmamento imediato dos colonos israelitas e pediu à ONU que envie uma força internacional encarregada de proteger os palestinianos.

Negociações suspensas

Face à decisão dos palestinianos, jordanos, sírios e libaneses de suspender o diálogo com Israel, o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, veio a público na segunda-feira implorar o reinício das negociações «apesar do sangue e das lágrimas».

A violência entretanto continua. Nesse mesmo dia dois palestinianos foram mortos em Hebron por tiros de soldados israelitas, enquanto prosseguiram violentos confrontos nos territórios ocupados, pelo quarto dia



consecutivo. Na Faixa de Gaza, onde se mantém o recolher obrigatório, dez palestinianos foram feridos, ocorrendo igualmente confrontos na cidade de Yata, Ramallah e em Jerusalém-Leste.

Em resposta ao apelo de Yitzhak Rabin, a OLP, através do seu porta-voz Yasser Abed-Rabbo, especificou as suas exigências para que o recomeço das conversações seja possível: uma presença internacional nos territórios ocupados, de modo a convencer os palestinianos de que a segurança está garantida; o desarmamento de todos os colonos judeus; o desmantelamento de alguns colonatos na Cisjordá-

nia e Faixa de Gaza, especialmente Kiryat Arba, onde vivia o colono Barusch Goldstein, que executou o massacre na Mesquita de Hebron.

O porta-voz da OLP aproveitou ainda para deixar uma

advertência: «Queremos salvar as vidas de israelitas e palestinianos mas, se os colonos continuarem a usar armas para cometer atrocidades, também pediremos ao nosso povo para usar armas e se proteger».

Nato intervém na Bósnia

Os combates voltaram a generalizar-se na Bósnia-Herzegovina, no início desta semana, após o abate de quatro aviões, alegadamente sérvios, pela aviação norte-americana ao serviço da NATO. Aplaudida pelos muçulmanos e lamentada pelos sérvios, a intervenção da Aliança Atlântica assinala uma escalada da intervenção militar ocidental no conflito com a conivência da generalidade dos seus membros.

Na madrugada de segunda-feira, dois caças F-16 norte-americanos abateram quatro de seis aviões alegadamente pilotados por sérvios bósnios que violaram a proibição de sobrevoar a Bósnia-Herzegovina decretada pelas Nações Unidas. Para o comandante das forças da NATO, Michel Boorda, a acção constitui um aviso de que «não será tolerada qualquer violação do espaço aéreo bósnio», mas as suas declarações estão longe de confirmar a autoria dessa violação. O responsável militar limitou-se a dizer que os quatro aviões, «provavelmente sérvios bósnios», foram atingidos a sudeste de Banja Luka por seis mísseis ar-ar AIM-19, depois de uma operação de bombardeamento de uma fábrica de munições controladas pelas forças muçulmanas.

Apesar dos responsáveis sérvios afirmarem que os seus aviões «não voam desde o início da operação Deny Flight (Proibido Voar), decretada pela ONU», a generalidade dos países membros da NATO não hesita em lhe atribuir a autoria dos voos. E de aplaudir a intervenção da NATO.

Em Washington, Bill Clinton afirmou que «a aviação dos EUA, que está sob a autoridade da NATO (...), aviso dos aviões sérvios bósnios que deviam aterrar e, por não o terem feito, foram abatidos». Também o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Klaus Kinkel, considerou o derrube dos aviões uma «consequência amarga, mas necessária», do comportamento dos pilotos sérvios. De outras capitais europeias os comentários são idênticos. Ou seja, como de costume, acusa-se primeiro e investiga-se depois.

O mais grave da situação, no entanto, é a satisfação que a intervenção militar da NATO provocou nos diversos países, a confirmar que na óptica dos dirigentes ocidentais o caminho escolhido é o de acrescentar guerra à guerra. No imediato, as consequências foram o reacender dos combates. No futuro próximo - e enquanto os que afirmam querer fazer a paz continuam a alimentar com armas, equipamentos e os mais diversos meios todos os que no terreno fazem a guerra -, as consequências podem ser ainda mais terríveis.

Eduardo dos Santos visitou França

O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, efectuou, na passada semana, uma visita de três dias à França, que teve como principais objectivos encurtar o «distanciamento» bilateral e encontrar soluções para a negociação da dívida angolana para com Paris.

Em declarações à imprensa, o Presidente angolano desmentiu que tivesse ido a Paris procurar ajuda militar, antes pretendendo que a França se empenhe abertamente no processo negocial que decorre em Lusaka e que utilize o seu peso para fazer pressão junto do Zaire no sentido de este país deixar de ser a porta de entrada das armas, munições e de combustíveis para a UNITA.

Nesta deslocação, por outro lado, a delegação angolana informou-se sobre a privatização da Elf-Aquitaine, para estudar a possibilidade de participação o monopólio petrolífero angolano Sonangol no futuro capital da companhia petrolífera francesa.

Além da Elf, José Eduardo dos Santos manteve encontros com a empresa petrolífera Total, as companhias de telecomunicações e electrónica Thomson e Alcatel e a construtora Dumez.

Angola tem presentemente uma dívida externa de 9.900 milhões de dólares, dos quais 1.200 milhões em relação à França, resultado de transacções comerciais e de créditos no campo dos petróleos, segundo fonte da secretaria de estado da cooperação, citada pela agência Lusa.

Japão Mais desemprego e trabalho precário

Os ataques aos direitos dos trabalhadores constituem neste momento prática generalizada, como forma de o capital dar a sua resposta à crise do sistema. Na Alemanha aposta-se no congelamento de salários e no corte de subsídios. No Japão - país onde os trabalhadores já são vítimas de uma desproporcionada carga laboral - o Toyota Motor, o maior grupo industrial do país, decidiu anular de facto os contratos de trabalho permanentes, para os substituir por contratos de duração limitada e salários calculados segundo o «mérito».

O Japão vive hoje a mais grave recessão desde 1945. E assim, nos meios de negócios afirma-se que as empresas já não se podem dar ao «luxo» de pagar a «centenas de milhares de assalariados não produtivos».

O governo deu o exemplo, anunciando importantes reduções salariais e de postos de trabalho no sector público da saúde, onde já 20% do pessoal está sujeito a contratos de trabalho anual, enquanto se calcula que o seu funcionamento normal exigiria mais 50 000 enfermeiras.

Entretanto os números do desemprego continuam a subir. Oficialmente havia cerca de 1,9 milhões de desempregados o ano passado, o que corresponde a um aumento de 21% em relação ao ano anterior.

Os grandes grupos económicos japoneses afirmam não dispor de reservas financeiras. Mas a verdade é que a especulação financeira continua a aumentar. Só nos últimos quatro anos foram «engolidos» pela Bolsa de Tóquio o equivalente a 465 mil milhões de escudos.

4 e 5 de Março Colóquio Internacional em Lisboa

O PCP promove nos próximos dias 4 e 5 de Março, em Lisboa, um Colóquio Internacional sobre «A situação económica, social e política na Europa Comunitária — a resposta dos trabalhadores por uma alternativa de progresso social».

A realização do colóquio decorre da contestação de que a situação económica, social e política nos países da Europa Comunitária apresenta numerosas características comuns, seja no respeitante às políticas governamentais, seja no que respeita ao crescente desenvolvimento da resistência e da luta dos trabalhadores, da juventude e de outras camadas da população. No centro do debate e troca de opiniões estarão também os perigos de retrocesso social e democrático inerentes a uma tal situação e as perspectivas de alternativas de esquerda, progressistas, à política do grande capital.

Participarão neste Colóquio Internacional representantes do Partido do Socialismo Democrático (PSD) — da Argentina —, do Partido Comunista de Espanha (PCE), do Partido Comunista Francês (PCF), do Partido Comunista da Grécia (PCG), do Partido da Refundação Comunista — Itália —, e do Partido Comunista Português.

O mundo por onde andou trouxe-o sempre de volta ao Alentejo, lá onde aprendeu a magia das palavras, a revolta dos explorados, o valor da solidariedade.

Escreve como quem respira, com amor, com raiva, com desencanto, quase sempre com paixão. Jornalista, escritor várias vezes premiado, professor universitário, combatente antifascista convicto e comunista assumido, Urbano Tavares Rodrigues é uma referência obrigatória da literatura portuguesa moderna.

Como confessa ao "Avante!", não acredita que a luta por um mundo melhor dê frutos a curto prazo, mas considera que não há alternativa a essa *utopia*, como muitos dizem, e que vale a pena dedicar-lhe a vida.

Dos alentejanos se diz que tratam dos seus assuntos directamente com Deus. Isso é verdade para ti?

Eu não sou religioso, mas sou mais ou menos introvertido. Por isso trato directamente comigo.

O facto de seres alentejano influenciou de algum modo a tua escrita?

Muito. Para mim, a paisagem fundamental é a alentejana. Já corri quase o mundo, mas é aquele espaço com azinheiras, sobreiros, searas, que continua a ser fundamental. Despertei desde muito pequeno para a justiça social devido à miséria do povo alentejano; isso orientou a minha escrita para uma literatura de protesto, para um testemunho sobre aquela realidade no tempo do fascismo.

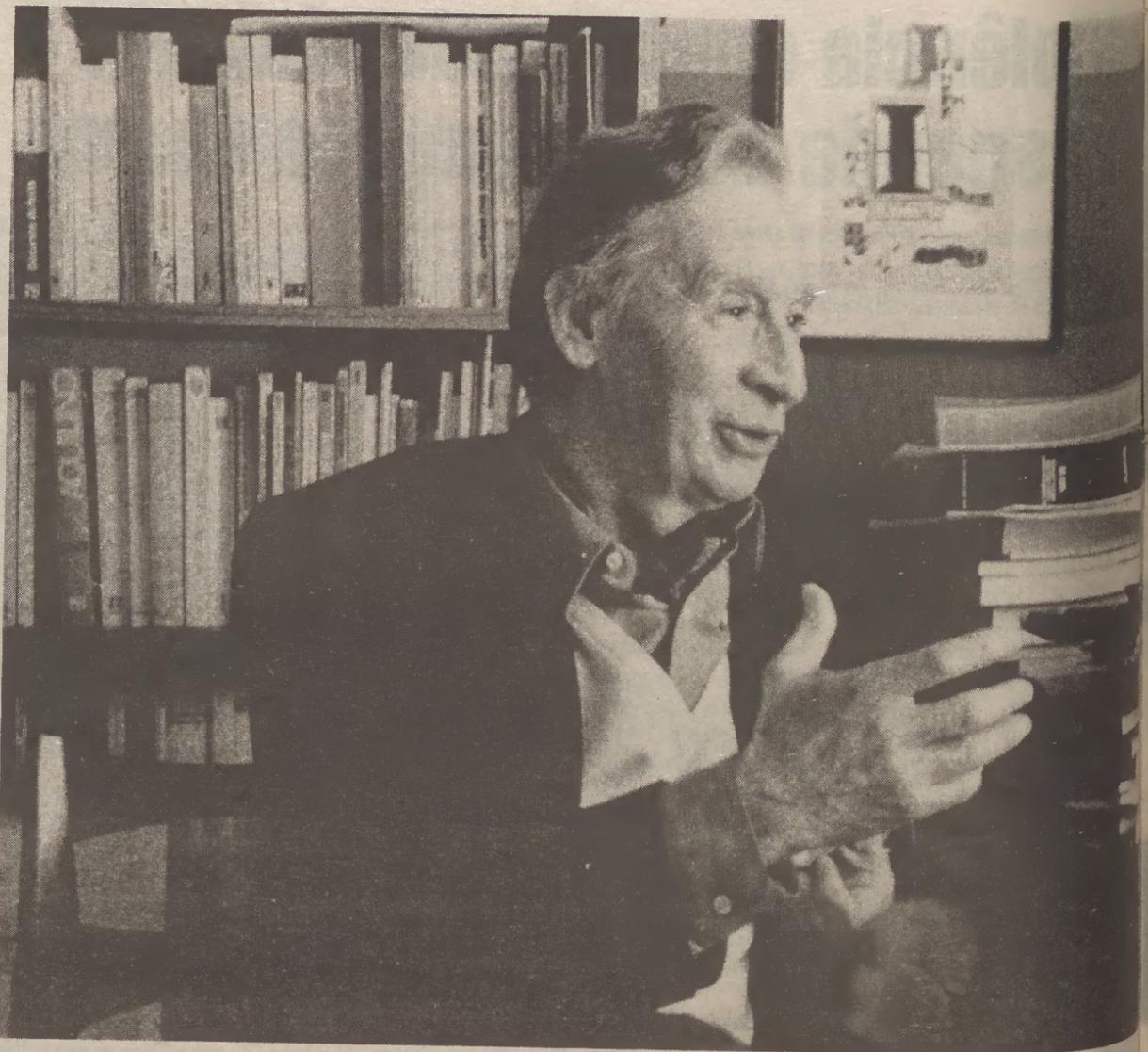
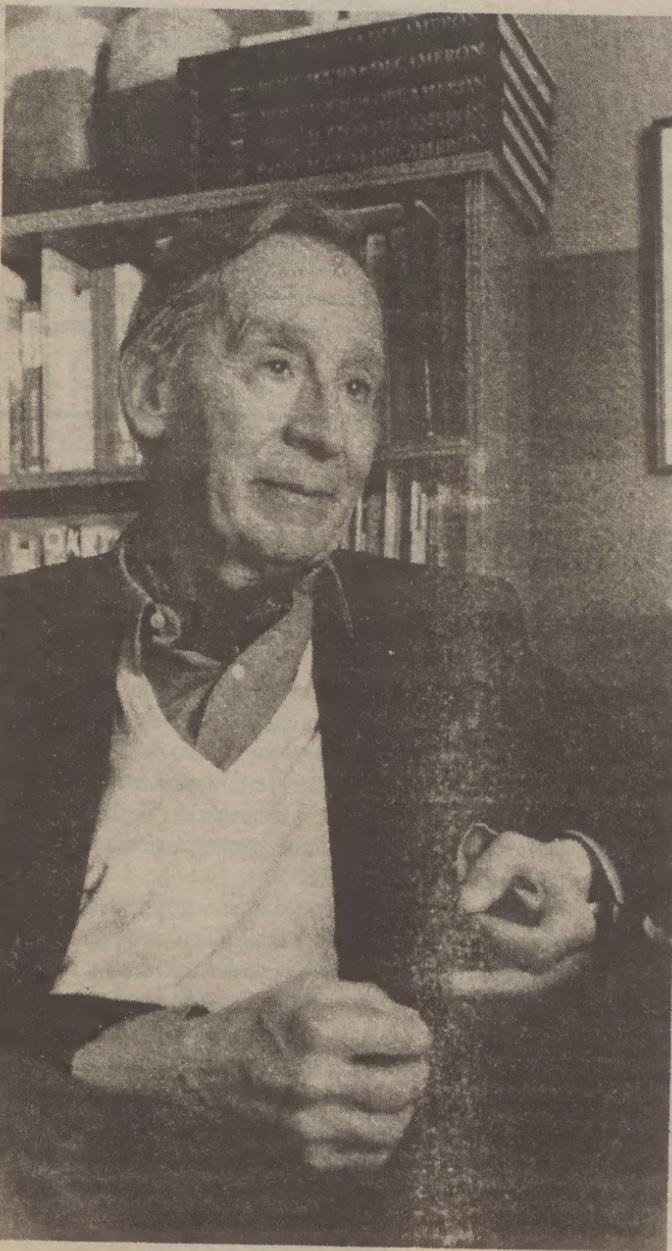
Temas como a solidão, o amor, a solidariedade são constantes na tua obra. Achas que as pessoas, hoje, são mais solitárias e menos solidárias?

Sem dúvida. Estamos a viver numa sociedade onde o valor supremo é o dinheiro, onde há uma competição feroz, onde se calca o próximo para atingir um resultado. Há muito menos solidariedade e muito mais competição.

O mundo feroz é dominado pelo audiovisual. Qual é o papel da escrita?

Apesar de um certo declínio na literatura face ao audiovisual, até na medida em que a televisão não concede um espaço de revelação ou de

Já corri quase o mundo, mas é o Alentejo, aquele espaço com azinheiras, sobreiros, searas, que continua a ser fundamental



apoio à literatura escrita, parece-me em todo o caso insubstituível o tipo de relação que se estabelece entre o leitor e o livro. É uma relação que nada de fora vem perturbar.

Mas primeiro é preciso estabelecer essa relação. Ora acontece que os jovens lêem cada vez menos. Isto será um fenómeno circunstancial ou o livro está condenado a desaparecer?

Embora em Portugal a situação seja uma situação extrema, devido ao baixo nível de vida dos trabalhadores, o que torna de facto a compra do livro mais difícil, a crise do livro é quase universal. No entanto, continua a existir quer a apetência para a escrita quer a necessidade de leitura. Enquanto se verificarem essas duas condições, a literatura subsiste.

Como professor universitário, contactas com jovens. Como é que te relacionas com eles?

Relaciono-me com eles sobretudo nas aulas, e verifico que lêem, essencialmente, *ad-hoc*, isto é, aquilo que o curso lhes exige. Se fazem literatura francesa, lêem literatura francesa e conhecem mal a literatura portuguesa. Alguns, embora uma minoria, têm uma grande ânsia de leitura, e satisfazem essa necessidade lendo traduções de escritores americanos, ingleses, russos, espanhóis, e conhecem a literatura portuguesa. São uma minoria, mas existem. Existiam ontem, existem hoje e continuarão a existir amanhã.

Que diferença fundamental encontras entre os jovens de hoje e a juventude que conhecestes antes do 25 de Abril? Lembra-me de te encontrar em Vila Franca, na Cooperativa Alves Redol, com jovens que gostavam de ler e se juntavam para te ouvir. O que é que distingue os jovens de hoje desses outros jovens?

Acentuou-se a necessidade de conseguirem saídas profissionais; é cada vez mais aflitiva a situação da juventude face ao emprego. Isso diminui o tempo de ócio, retira disposição para a leitura, ensombrece o horizonte dos jovens. Dantes os pais pensavam que os filhos viriam a ter um futuro melhor, hoje pensam que virão a ter um futuro pior. No momento em que vivemos na Europa, onde há milhões de desempregados e o primeiro emprego se torna cada vez mais difícil de obter, os horizontes são maus. No entanto, encontro na Faculdade de Letras jovens com a mesma necessidade de leitura e de escrita, tal como quando eu era estudante e quando fui reintegrado no ensino após o 25 de Abril. Muitos não virão a ser escritores, mas experimentam a necessidade de escrever, o que é uma motivação muito forte para a leitura.

Diz-se que hoje os jovens escrevem muito mal, culpa-se as telenovelas...

Não sei se será assim tanto. A influência das telenovelas brasileiras verifica-se mais a nível lexical; entraram muitas palavras novas na língua portuguesa e não me parece que isso seja um defeito ou um inconveniente. Quanto à sintaxe, só em camadas marginais é que ela é perturbada. Na Faculdade, aparecem-me erros, frases mal escritas, mas não a sintaxe brasileira. Aí é que seria mais grave, a nível sintático, mas não me parece que haja nesse domínio corrupção da língua. Se existe, são epifenómenos, casos marginais.

São os tais que não chegam à Universidade...

Pois não.

Viveste o fascismo, estiveste preso, viveste o 25 de Abril, assististe à derrocada dos países de Leste... Como é que tudo isto interfere na tua visão do mundo?

Vivi os momentos mais felizes da minha vida no 25 de Abril. Depois, com a derrocada dos países de Leste, vivi um período de grandes interrogações, de melancolia, de confusão, como de resto muitos outros homens de esquerda. Hoje, ao fazer o ponto da situação, verifico que não houve de facto socialismo autêntico, houve uma corrupção do socialismo nos países de Leste. De qualquer modo, aquilo que lhe sucedeu é ainda pior. O que está a acontecer na ex-URSS, o renascer do racismo, o banditismo, a miséria, a droga, a introdução do capitalismo selvagem, não são soluções entusiasmantes. Pelo contrário. E o que conheço dos países que foram as democracias populares da Europa de Leste leva-me a crer que também aí a situação não é brilhante.

Continua a fazer sentido seres comunista?

Continua absolutamente a fazer sentido.

Por quê?

Porque o marxismo, embora devendo adequar-se às realidades presentes, é ainda uma forma de interpretação da realidade, de leitura da História, que permite enfrentar o futuro e atingir uma sociedade democrática onde se realize a justiça social, onde haja progresso cultural, onde haja solidariedade.

Olhando para o mundo em que vivemos, parece cada vez mais uma utopia. Achas que vale a pena dedicar a vida a lutar por isso?

Acho que sim. Tudo vale a pena se a alma não é pequena, como dizia Fernando Pessoa. Não vejo que a nossa luta dê frutos a curto prazo, mas penso que é impossível manter o tipo de situação em que a Europa e o Mundo vivem neste momento: onde se queimam excedentes alimentares quando morre gente de fome noutros continentes; onde existe um relativo bem-estar para certas camadas da sociedade, mas assente na miséria e na destruição de milhões de pessoas.

É uma sociedade cheia de contradições...

Sem dúvida. Creio que a esquerda deve repensar as soluções para os problemas, quer a nível económico quer social.

No entanto, apesar de todos os problemas, as pessoas são atraídas pelo consumo, pela sociedade capitalista...

Isso foi evidente na destruição do muro de Berlim. Mas o grande sonho da felicidade integral, da realização através do consumismo, falhou. Essas pessoas vivem hoje com alguma melancolia, com uma certa raiva, com grande desencanto. Penso que é impossível travar no homem a ânsia de consumo, visto que não vive isolado. Há modelos de vida que são imitados, importados, e sem a experiência dos quais - dos seus bens e dos seus males - não é possível os homens encontrarem o seu caminho.

Mas ao mesmo tempo, assistimos ao recrudescimento dos fundamentalismos, à reacção contra essa sociedade...

Penso que os fundamentalismos não tornam o homem mais feliz e são movimentos que acabarão por ser historicamente banidos. Por outro lado, nas sociedades industriais desenvolvidas, há também uma aspiração a uma maior generosidade, a um maior equilíbrio, a uma maior harmonia de vida. Isso traduz-se na ânsia de muitos jovens que participam em movimentos ambientais, em movimentos de esquerda, que não deixarão de ter influência na evolução da sociedade. Creio que ver morrer o irmão, o nosso semelhante, não é uma forma saudável de vida para ninguém, não contribui para a felicidade de ninguém. É preciso encontrar soluções para o desemprego, para a miséria, e essas soluções só podem vir da esquerda. É a esquerda quem quer de facto encontrar soluções humanas.

Intervir e lutar

O conhecimento dos direitos consagrados na lei e a consciência do valor que eles têm na vida dos cidadãos constituem factores indispensáveis para a sua defesa e sua aplicação.

Em Portugal, o princípio da igualdade tem 20 anos e foi conquistado com a Revolução de Abril. É lei mas não é vida no seu todo. Depoimentos feitos a este suplemento do «Avante!» denunciam várias áreas da discriminação da mulher. É preciso conhecer, denunciar e intervir para que a lei seja aplicada. 20 anos de liberdade e de democracia exigem mais respeito pelo papel da mulher na sociedade.

O contacto com a realidade leva-nos a considerar que é forçoso insistir mais na informação dos direitos em torno da igualdade homem/mulher. Importa vulgarizar o conhecimento dos direitos dos cidadãos e especifica-



As mulheres contra a discriminação

mente os direitos das mulheres. Os comunistas farão mais para contribuir nesse sentido.

É importante saber

A mulher informada terá maior consciência do que significa e daquilo que pode ser a sua situação pessoal assim como a de outras mulheres. Terá mais consciência das causas da discriminação e da necessidade de lutar contra ela.

É importante saber que no âmbito da protecção à maternidade/paternidade estão consagrados direitos para todos os pais e mães e que nenhum deles pode ser discriminado por exercê-los.

É importante saber que a lei proíbe a injustiça de salário inferior para a mulher quando realiza o mesmo trabalho que o homem.

É importante saber que há uma lei que estabelece condições do

direito à interrupção voluntária da gravidez (aborto) e que ela não é cumprida.

É importante saber que há lei de protecção a mulheres vítimas de violência, que há dois anos aguarda regulamentação.

Além de conhecer os direitos, saber o que sobre eles se anda a discutir reforça a luta para que não sejam retirados. O Governo PSD, a par de medidas de agravamento da situação económica e social, tomou decisões que constituíram um retrocesso em aspectos da legislação da mulher: denunciou a Convenção da O.I.T. que tinha subscrito proibindo o trabalho nocturno às mulheres na indús-

tria e prolongou a idade da reforma dos 62 para os 65 anos.

Importa dar a conhecer, ou recordar, que as instâncias da comunidade Europeia prevêem voltar a discutir, em 1996, o valor do subsídio da licença de parto. Em Portugal este valor corresponde a 100% do salário, o que não se passa em alguns dos outros países. As mulheres portuguesas terão que ser alertadas e intervir para que não sejam alvo de diminuição deste subsídio seja qual for a decisão a nível da comunidade.

A consagração da igualdade de direitos na lei resulta da reflexão e da luta de mulheres e homens, que através dos anos intervieram sob várias formas, mas será justo dizer que é sobretudo resultado da consciência e da organização das mulheres contra a discriminação, sobretudo da consciência das mais profundas causas e, hoje mais do que no passado, da análise e do esclarecimento quanto à subtilidade de algumas das formas como se apresenta.

A luta emancipadora

A luta emancipadora da mulher mantém-se como uma necessidade na actualidade. Ela tem sido através dos anos uma luta consciente, muitas vezes com paixão, mas também um factor de controvérsia e incómoda para alguns (mas). Contudo, não podemos deixar de afirmar que ela é parte integrante da luta pela democracia, pelo progresso, pela melhoria das condições de vida, contra as injustiças sociais, contra as desigualdades.

O PCP empenha-se nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, por considerar que ele deve constituir um ponto alto na informação dos direitos, na denúncia das discriminações e na valorização e respeito pelo papel das mulheres na sociedade em igualdade com os homens.

Há quem ponha em dúvida a existência deste dia, já que todos devem ser dias da mulher. Estamos de acordo, também, todos devem ser dias da saúde, do ambiente, da criança, etc. Mas a realidade mostra-nos que há problemas específicos que necessitam de reflexão e luta específica.

O PCP, ao longo da sua história tem intervindo na acção pela igualdade e contra a discriminação. Assim, como no Programa do Partido aprovado no 1.º Congresso realizado em 1923 incluía nos princípios da causa da emancipação humana o «da igualdade dos salários para os dois sexos na mesma espécie de trabalho», o actual Programa do PCP considera que «o direito das mulheres à igualdade... é condição para a democratização e humanização da sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades criativas e produtivas das mulheres».

Não é suficiente figurar em programas políticos os princípios. É preciso desenvolvê-los e executá-los na prática. O PCP, no Dia 8 de Março ou em qualquer outro dia, apresenta-se com a dignidade da acção dos comunistas em prol dos direitos das mulheres portuguesas.

O que valorizamos

Valorizamos a acção dos vários organismos e organizações do Partido que desenvolvendo o Programa e as Resoluções Políticas do PCP tornam-no no partido político português que mais tem intervindo em torno da problemática feminina.

Valorizamos a intervenção das mulheres comunistas em organizações femininas e o contributo que, pela sua experiência, têm dado para o aprofundamento da análise, das propostas e da intervenção do Partido em torno da problemática feminina.

Valorizamos a intervenção dos comunistas que no movimento sindical e nas comissões de trabalhadores lutam pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres no trabalho e no emprego.

Valorizamos a acção do Grupo Parlamentar do PCP, que tem traduzido em iniciativas legislativas princípios do Partido e importantes reivindicações das mulheres, nomeadamente na área do trabalho, na protecção da maternidade/paternidade, no reforço dos direitos das associações de mulheres (designadamente a consagração do estatuto de parceiro social e do direito de antena), na protecção a mulheres vítimas de violência.

Valorizamos a acção dos eleitos comunistas nas Autarquias Locais que, em benefício das populações, procuram corresponder aos anseios femininos e valorizam a participação da mulher na comunidade local.

Valorizamos a acção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, nomeadamente na protecção da dignidade da mulher e do homem no trabalho, na elaboração de um relatório sobre a criação de emprego a favor das mulheres e no debate sobre a presença das mulheres nos órgãos de tomada de decisão.

Sublinhamos de novo que cabe sobretudo às mulheres intervir e lutar pela sua emancipação. As mulheres têm que confiar na sua força e na necessidade da sua intervenção.

A discriminação é resultado de uma política contra os interesses dos trabalhadores e das diversas camadas sociais. Lutar contra a política do Governo PSD é lutar por uma alternativa que corresponda também aos anseios específicos das mulheres.

É preciso mudar. É preciso que as mulheres confiem no PCP, para uma nova política, para uma vida melhor para as mulheres. ➔



LUÍSA ARAÚJO
Membro do Secretariado
do CC do PCP

Pela igualdade social entre os sexos

uma luta essencial e constante

A campanha para acrescer a participação das mulheres nos órgãos de decisão não é indiferente à aproximação das eleições para o PE. Saúda-se a oportunidade que traz a debate um problema real, resultado de uma real discriminação, ao mesmo tempo que não se abre processo de intenções que levaria a descobrir fumos de oportunismo. Feita a localização temporal, sublinham-se dois aspectos que se desenvolverão tão brevemente quanto possível.

1. Igualdade social não quer dizer igualdade biológica, e a discriminação com base no sexo é cada vez mais social.

A relação a dois, básica como relação natural/social, tem raiz na atracção sexual, mas foi deixando de ser aceite, socialmente, como o apelo animal procriador. O amor tem vindo a substituir, pela via da descoberta do outro e da consciência da necessidade do outro (Marx), o sexo sem dimensão humana.

Na relação, a mulher ainda não se libertou da exploração «doméstica» de que é objecto, e o homem ainda não foi libertado do papel de sujeito explorador. O que, muitas vezes, é decisivo para a morte do amor ou para impedir a sua maturação.

A forma doméstica de exploração nasce na divisão natural do trabalho, que antecedeu a divisão social do trabalho. Enquanto a divisão natural resiste dentro das quatro paredes da vida familiar – sobretudo quando esta se torna monoparental

–, no exterior, a organização social assente sobre a necessidade intrínseca da exploração da força do trabalho aproveita a existência de um «exército de reserva» de força de trabalho feminina. Mobilizável em tempo de conjuntura favorável e de procura de reforços de «mão-de-obra», a devolver à situação de «reserva» (nos «lars» ou nos «armazéns» da força de trabalho desempregada) nos períodos de conjuntura recessiva ou de crise.

Assim tem sido suportada socialmente, talvez pela raiz natural, uma discriminação socialmente injustificada. Que reflecte, acumula e agrava a natureza anti-social da sociedade, discriminatória porque dividindo a humanidade antes de dividir os homens e as mulheres. E grave seria se, por mais justa e urgente que seja a luta contra a discriminação sexista, essa luta se fixasse numa batalha contra a «dominação masculina», numa objectiva potenciação das divisões entre os humanos.

2. Não quer isto dizer que a luta contra a discriminação baseada no sexo não tenha sentido e se deveriam concentrar todos os esforços na luta contra a natureza anti-social da sociedade, evitando diversões. Bem pelo contrário. A luta pela igualdade social entre os sexos é uma luta essencial e constante.

Essencial porque ser a discriminação sexista aproveitamento social de uma desigualdade biológica só a torna mais desumana. Invertendo valores que são/deveriam ser universais, como o ilustra o exemplo da acrescida discriminação dirigida às trabalhadoras em período de gravidez e pós-parto, por não ser «produtiva» quem está a produzir vida dentro de si!

Constante porque a luta pela igualdade social entre os sexos é também contra a organização social desumana e discriminatória. Uma luta justa em si mesma, mobilizadora e consciencializadora.

Assim sempre o entenderam os comunistas. E permito-me dar testemunho pessoal. Participo desde os anos 60 nesta frente. Do tempo da guerra colonial, nos idos 8 de Março, pelas várias terras do país onde mães temiam pelos filhos na guerra ou «no salto», para hoje, para o PE, onde integro a Comissão dos Direitos da Mulher, que discute opções e directivas em que a discriminação sexista está presente, como a luta contra ela.

Nesta frente, são anos de constante reflexão e luta, cometendo erros – como nas outras, como em todas... –, nem sempre acertando, sempre procurando acertar. Agora, com uma referência tão impressiva que não me deixa terminar sem aqui a trazer.

É incontroversa a maior longevidade das mulheres. E esta faz, das idosas, as viúvas que, em Portugal, viram os filhos partir «de salto», nos anos 60, os companheiros morrer há poucos – tantos! – anos, e que esperam. Sós, sem infra-estruturas sociais mínimas. Algumas, com dinheiro estranho/estrangeiro a chegar – de desobriga ou boa consciência filial – mas irremediavelmente pobres. Discriminadas. Porque mulheres, porque velhas, porque rurais, porque doentes de abandonos e ausências, porque sozinhas, sem filhos, sem netos, sem companheiro, sem Estado, quase sem vizinhos. Com terras por amarrar, com casas por habitar. Vazias. Como o seu próprio vazio. De quem chega, femininamente, ao fim de vidas vazias. Ou que se foram esvaziando com a nossa convivência.



Sérgio Ribeiro
Deputado do PCP
no Parlamento
Europeu

As primeiras a sofrer

Nos seis Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, o número de mulheres é significativo, sendo a Manutenção Militar, Laboratório Militar e Oficinas de Fardamento e Equipamento, os Estabelecimentos com maior número de mulheres; grande parte da produção destes Estabelecimentos é executada pelas mesmas. No entanto, os lugares de Chefia, as prioridades vão para os homens, sendo poucas as mulheres que ocupam esses lugares.



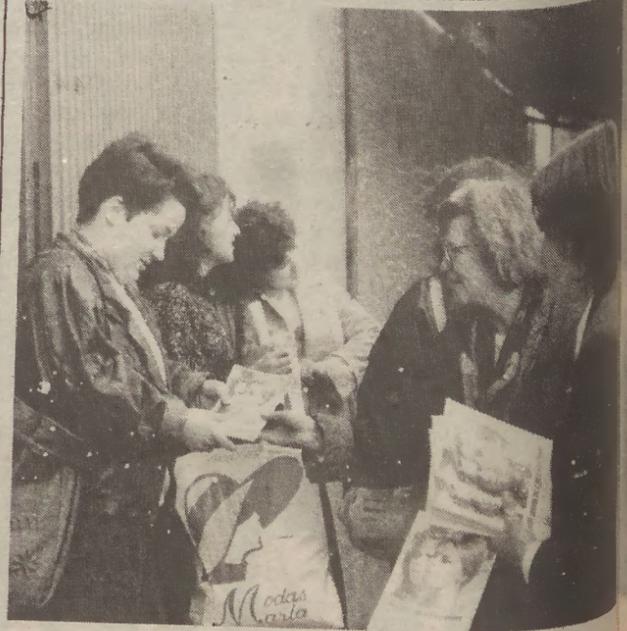
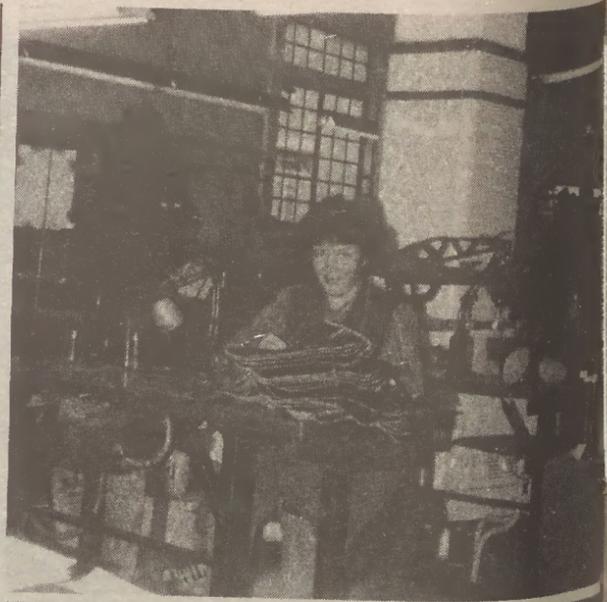
Celeste Soeiro
Trabalhadora das OGFE,
membro do CC do PCP

Nas OGFE, as mulheres são designadas por Pessoal Operário Especializado, os homens, Pessoal Qualificado. A caracterização das funções é a mesma, no entanto a remuneração das mulheres é inferior.

No usufruir das regalias e direitos são abrangidos de igual modo, no entanto estão sempre sobre a vigilância das chefias exercendo sobre as mulheres uma grande pressão porque são elas que mais necessitam desses mesmos direitos por serem na sua grande maioria mães, e terem de se ausentar do local de trabalho com mais frequência que os homens, a fim de prestar assistência aos filhos e restantes familiares.

Nas OGFE, os contratos a termo certo são uma autêntica vigarice, pois estão a ser contratadas mulheres para as fábricas de confecções e calçado com a categoria de serventes oficiais estando elas a desempenhar as mesmas funções das costureiras.

Quanto aos outros três Estabelecimentos que são as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, Arsenal do Alfeite e Oficinas Gerais de Material de Engenharia, os postos de trabalho ocupados por mulheres são na área administrativa e de apoio; neste momento, temo que as mulheres sejam as primeiras a sofrer com a reestruturação em curso, uma vez que os estudos elaborados a mando do Governo (ministro da Defesa) apontam para o encerramento de alguns sectores de apoio.



O Grupo A e o Grupo B

Nas tabelas salariais do sector do calçado existem dois grupos de trabalhadores: o grupo A, dos homens, e o grupo B, das mulheres.

Tirando a categoria de gaspeadeiras, todas as outras categorias são indistintamente ocupadas por homens e mulheres. Contudo, se forem mulheres, ganham pela tabela salarial do grupo B.

Pela categoria e pela igualdade das funções que exercemos com o homem, o nosso salário não é compatível com o do homem mas sim discriminado numa inferioridade muito elevada, não correspondendo ao nosso sacrifício quando até executamos igualmente as mesmas tarefas. Eu pergunto; porque razão o nosso contrato colectivo de trabalho não é digno de propor uma igualdade à

mulher na tabela salarial, a sugar a todas nós o nosso suor e a nossa fadiga.

Existem exemplos concretos de discriminação salarial, por exemplo – o encarregado, se for homem ganha 71 400\$00, se for mulher menos 7400\$00, quando a função é exactamente a mesma.

– o operador de máquina é uma categoria só do grupo A, os homens, porque pelo princípio, faltar que a mulher não tem aptidões para trabalhar com uma máquina, contudo, há exemplos de muitas mulheres a trabalharem em máquinas, mas ganham pela tabela salarial do grupo B.

Por outro lado, é muito difícil para as mulheres que são da categoria B, subirem à categoria de primeira.



Rosa Abelha Santos
Delegada sindical



Situações graves

Na empresa Indelma a maioria são mulheres e trabalham a prazo. Há situações graves de falta de respeito pelas trabalhadoras. Uma funcionária da Secção de Pessoal informou uma trabalhadora que devia rescindir o contrato de trabalho, pois ela tinha casado pela 2.ª vez e, como provavelmente iria ficar grávida e necessitar dos 3 meses de parto, a empresa não aceitava. A trabalhadora não aceitou a rescisão.



Suzete Rolo
Delegada sindical da Indelma

Os ritmos de trabalho são fortíssimos, chegam trabalhadoras a desmaiar. Há algum tempo, uma trabalhadora que estava grávida, teve que ir para o hospital onde abortou por causa do chefe, que lhe impôs que continuasse a trabalhar de pé, quando ela lhe pediu para se sentar que se estava a sentir muito mal.

A fábrica não tem condições. No Verão o calor é terrível, já que o telhado é de zinco. Uma vez, num desses dias, desmaiaram oito mulheres, que não aguentaram. A justificação da empresa é que isto aconteceu, porque elas andam mal alimentadas.

Comecemos por nós

A questão da discriminação sexual e da igualdade da mulher sempre despertou em mim indignação, interesse e a consciência da necessidade de fazer alguma coisa. Mas nunca tinha posto ao mesmo nível esta questão no que se refere às jovens; talvez porque nunca me tenha sentido discriminada por ser rapariga, quer na vida familiar, quer na Faculdade, quer enquanto dirigente associativa e política.

No entanto, há mais de um ano, no âmbito de preparação do IV Congresso da JCP, participei num Encontro da Organização de Setúbal e após ter ouvido algumas intervenções de uma camarada operária, que tinha sido despedida da fábrica onde trabalhava, fiquei completamente surpreendida com as condições degradantes de trabalho daquelas jovens, que faziam lembrar o século XIX e depois com a forma como mulheres grávidas ou que tinham que faltar para dar assistência aos filhos eram tratadas, e quando acabavam os seus contratos eram despedidas. Esta questão, ao mesmo tempo que me chocou, despertou-me para a necessidade de na JCP se discutir, no âmbito do Congresso, a problemática da discriminação sexual das raparigas.



Amélia Pardal
Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP

Mais indignada fiquei quando descobri que, com raparigas ainda mais jovens do que eu, com quem tenho trabalhado na JCP, a discriminação é real e não só nas empresas.

Há, também, cerca de um ano que algumas destas camaradas tiveram, tal como eu, o primeiro filho. E depois disso, pelas situações que fui observando, constatei as dificuldades reais que têm tido em continuar o seu trabalho, em continuar a assumir tarefas de responsabilidade, em continuar como dirigentes da JCP, tal como os seus companheiros continuam.

É claro que a situação da geração de mulheres jovens que têm entre 20 e 30 anos é significativamente diferente da das nossas mães e avós. No entanto, não confundamos uma parte destas jovens com a sua grande maioria.

Para que a igualdade plena de oportunidades se realize é necessária a conjugação de três factores fundamentais:

— A consagração, já existente, na lei de aspectos fundamentais que não permitam a discriminação sexual e que promovam a igualdade de oportunidades.

— Alterações profundas da situação económica, social e política que se traduzem em melhores condições de vida do seu humano — mulher e homem.

— Uma alteração profunda das mentalidades, que se traduza numa concepção da vida e das organizações económicas, sociais e políticas onde o papel da mulher não possa ser (como é hoje) condicionado pelas próprias limitações que o papel que tem na família lhe impõe.

A sociedade tem sido concebida, nas suas várias componentes, com base na discriminação social, ou neste caso sexual. É preciso transformar esta concepção. Nós comunistas, e nós jovens, temos que ter um papel fundamental nesta transformação. Comecemos por nós!



A mulher na Ciência

Em Portugal, são mulheres cerca de 40% do pessoal que trabalha em Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, incluindo laboratórios de Estado e universidades. Este valor é francamente superior à média da União Europeia que não ultrapassará 15 a 20%, mas está ainda abaixo da percentagem de

mulheres entre os estudantes que entram para a Universidade e concluem cursos superiores. Esta percentagem tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos passando de 53% em 1986/89 para 64% em 1990/91, não apenas nas áreas «tradicionalmente femininas» como as Ciências da Educação ou as Ciências Humanas mas também nas Ciências Exactas e Naturais (67,4%) e na Matemática e Informática (68%). Com excepção da Engenharia (29%) e da Arquitectura (35,5%), em 1990/91 a percentagem de mulheres foi igual ou superior à sua percentagem na população portuguesa que é de cerca de 52%. Nos níveis superiores das carreiras de Investigação e docente universitária, no entanto, o número de mulheres diminuiu sensivelmente, denunciando a existência de barreiras que impedem a sua progressão. O número de mulheres com funções de decisão e coordenação é também muito baixo. As dificuldades que as mulheres ainda encontram entre nós, de conciliação da vida familiar com uma carreira particularmente exigente, sobretudo nas fases iniciais que coincidem com o período em que a mulher tem filhos pequenos, contribuem certamente para esta situação. Mas existe também aquilo a que alguns chamam «tecto de vidro», isto é, factores de discriminação pouco visíveis que levam a que as mulheres sejam preteridas para funções e cargos de maior responsabilidade ou poder. Não se pode considerar satisfatória uma situação em que não existe igualdade de acesso e oportunidades.



Zilda de Carvalho
Investigadora
Membro do CC do PCP

Protestar contra a injustiça

Vinte anos após a Revolução de Abril a mulher corticeira sente, mais do que nunca, que é necessário acabar com a discriminação salarial que existe no sector.

No Contrato Colectivo de Trabalho tem a mulher corticeira uma diferença salarial de 17 000\$00 em relação ao homem, em muitos casos desempenhando a mesma tarefa. A mulher corticeira tem vindo a protestar contra essa injustiça de que é alvo.

Durante anos, o Sindicato, pela voz dos seus dirigentes, têm feito todos os esforços para acabar com tal injustiça, não o tendo conseguido até hoje nas negociações efectuadas com o patronato.

A exploração da mulher tem sido tal que, em muitos casos, se têm levado as empresas a tribunal, nomeadamente a ESENSE e a INFAL, por terem mulheres em máquinas

desempenhando trabalho que corresponde a salário superior ao efectivamente auferido.

Quando nesta situação são confrontados com a resistência das trabalhadoras e dos dirigentes sindicais, certo patronato argumenta que, se tivesse de pagar o mesmo salário à mulher que paga ao homem, nem uma mulher teria a trabalhar.



Teresa de Jesus
Dirigente do Sind. da Ind. Corticeira

A cumplicidade governamental

No nosso sector, a sobrevalorização do factor económico em detrimento do social, a par da ineficácia dos organismos fiscalizadores e da cumplicidade governamental, não só tem impedido a efectivação da igualdade de direitos e oportunidades como tem determinado a existência de múltiplas discriminações.

Sobretudo nas Indústrias de Alimentação, onde o peso das mulheres com salário mínimo é 2 vezes superior ao dos homens e a discriminação no acesso a carreiras pro-

fissionais e a discriminação salarial se traduzem em diferenças nos salários da ordem dos 14 500\$00 para trabalho de valor igual.



Graciete Cruz
Dirigente da Federação do Sind. Ind. Alimentares

Entretanto, os esforços sindicais para corrigir estas situações têm esbarado com a sistemática inflexibilidade patronal e com a cobertura do Governo.

Neste 8 de Março, há que prosseguir a denúncia e a identificação dos responsáveis, com a convicção de que este Governo e esta política não servem às mulheres, aos trabalhadores e ao Portugal democrático que Abril prometeu e a Constituição consagrou.

Iniciativas

Convívio no Porto com Carlos Carvalhas

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP promove, no próximo dia 8 de



Março, um convívio que contará com a participação do secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas. O 8 de Março, 20 anos depois de Abril, é o lema sob o qual decorre a iniciativa, que terá lugar às 19,30 horas no 1º piso do Teatro Rivoli.

MDM e Sindicatos em Coimbra

O Dia Internacional da Mulher é comemorado em Coimbra por iniciativa do Movimento Democrático de Mulheres e da União dos Sindicatos de Coimbra. A comemoração tem lugar no Hotel Almedina, entre as 14 e as 17,30 horas. Tomam a palavra Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da CGTP/Intersindical Nacional, a dra. Maria de Lurdes Amaral, Técnica Superior Principal do Serviço Social do Hospital Pediátrico de Coimbra, e a dra. Isabel Cristina Pires, médica psiquiátrica, co-responsável pela consulta de sexologia na Maternidade Bissaya Barreto.

Mulheres bancárias

O Grupo de Acção de Mulheres — GRAM — comemora o Dia Internacional da Mulher com várias iniciativas que se realizam no Hotel Altis, em Lisboa, nos dias 5, 6 e 7 de Março.

No primeiro dia, tem lugar a Conferência de Mulheres da Banca dos Países do Sul da Europa, na Sala Europa do referido hotel. A Conferência tem início às 10 horas, com um 1º Painel — «As alterações estruturais do emprego — consequências para as mulheres no mercado de trabalho»; o 2º painel começa às 15 horas — «A contratação colectiva como instrumento para a igualdade de oportunidades». A sessão de encerramento é às 18 horas.

No mesmo dia, às 18,30 horas, inaugura-se a exposição, a Sala Petrópolis, dos trabalhos artesanais realizados nos concursos promovidos pelo GRAM, que estará patente nos dois dias seguintes — no dia 6, das 15,30 às 18,30, e no dia 7, das 12 às 14 horas.

No dia 5, na Sala Girassol, há um jantar, que começa às 20 horas. Com baile e surpresas várias.

CGTP

O Departamento de Mulheres da CGTP, cujo Plano de Actividades para 1994 decorre sob o lema «Os Direitos e a Igualdade das Mulheres, 20 Anos depois de Abril», comemora o 8 de Março ao longo de todo o mês, com acções ligadas aos direitos constitucionais e legais, iniciativas nos locais de trabalho, regiões e sectores.

Destaque para o Tribunal de Opinião Pública, a realizar em Lisboa, no dia 25, na Sala Veneza do Hotel Roma. O tema: Os Direitos e a Igualdade das Mulheres, 20 Anos depois de Abril.



A igualdade de oportunidades em Educação

Se as crianças hoje entram cada vez mais cedo, saem cada vez mais tarde do sistema de ensino e passam grande parte do dia na Escola, parece óbvio que à instituição escolar deverá caber um desempenho fundamental na socialização de crianças e jovens, podendo, conforme a sua actuação, legitimar ou contrariar as várias formas de desigualdade e exclusão social, incluindo as que se baseiam em discriminações em função da classe, da etnia ou do sexo.

Estará, porém, a Escola portuguesa a assumir positivamente esse papel formativo?

É actualmente dado adquirido que a igualdade de oportunidades em educação não se pode reduzir ao acesso e «sucesso» escolares, traduzidos no aumento do número de crianças e jovens a frequentar a escolaridade básica e pós-obrigatória e no aumento do número de diplomas mais ou menos valorizados pela sociedade. Ela tem de medir-se fundamentalmente pela melhor qualidade de educação, ou seja, pela maior eficácia, não apenas dos diplomas, mas do acesso ao conhecimento e à formação global do ser humano.

É possível hoje já enunciar os resultados da política educativa do Governo PSD, que apontam para um insucesso socialmente selectivo, com fortes assimetrias regionais e abaixamento da qualidade educativa.

No ensino básico suprime-se a repetência por processos administrativos, mas não se modificam e valorizam as práticas pedagógicas e as condições de trabalho nas escolas. Interessa, ao sistema, a existência de batalhões de mão-de-obra barata, desqualificada, desvalorizada e submissa. O ensino secundário, por sua vez, é transformado num funil selectivo, tendente a acentuar a actual sobre-representação dos alunos de origem social elevada.

Desta forma, a escola pública contribui de facto para a exclusão social de muitas crianças e jovens, servindo, na prática, a reprodução social e ideológica do poder instituído.

Mas a igualdade de oportunidades em educação, direito conquistado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa (art.º 13.º, 73.º e 74.º), não se limita à promoção da igualdade social no acesso e sucesso escolares, vai mais longe, incentivando práticas educativas que combatam desigualdades em função de ascendência, raça, etnia ou sexo. Nesta medida, a educação, no espírito da Lei, tem não só objectivos especificamente cognitivos mas também objectivos de natureza social e ética.

Poderá a Escola contribuir para combater desigualdades em função do género?

As desigualdades, em função do género, situam-se a nível de currículo oculto e concretizam-se através dos processos interactivos estabelecidos a nível da comunidade escolar, através do tipo de linguagem que utiliza (por exemplo, o uso de formas masculinas para designar universos sexualmente diversificados, ou predominantemente femininos), através dos estereótipos sexuais veiculados ainda por alguns materiais didácticos, através de uma orientação vocacional mal direccionada em relação às futuras profissões ditas femininas ou masculinas.

A legislação portuguesa, embora de uma forma pouco objectiva, contempla princípios e indica caminhos de combate a estereótipos sexistas. A própria Lei de Bases do Sistema Educativo aponta, como linhas de intervenção fundamentais, o prosseguimento da co-educação, a promoção de uma orientação escolar e profissional, que possibilite diversificação vocacional e uma actuação formativa junto daqueles que participam directa, ou indirectamente, no processo educativo. A verdade, porém, é que é bem patente o baixo nível de consciencialização da problemática da igualdade, em função do género, nas comunidades educativas.

Por esse facto, só uma formação de professores/as (a todos os níveis) sensibilizadora desta temática, que mostre a existência de problemas, neste campo, como inibidores de formação humana integral de rapazes e raparigas, que os habilite para a análise de programas e materiais pedagógicos em função dos papéis sexuais que transmitem, que desenvolva e aprofunde a investigação pedagógica nesta área, poderá contribuir significativamente para a promoção de uma autêntica igualdade de oportunidades em educação.



Manuela A. da Silva
Professora
Membro do CC do PCP



Ilda Figueiredo
Economista
Membro do CC do PCP

Dupla discriminação

Num estudo recente realizado no distrito do Porto a mulheres jovens com menos de quarenta anos, verificou-se que entre 1989 e 1992 o número de mulheres trabalhadoras por conta de outrem aumentou em cerca de 11 mil, enquanto o dos homens diminuiu cerca de 4 mil. Mas, quando se verifica o que se passa com as condições de trabalho, o tipo de emprego e os salários praticados conclui-se que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhado de alterações positivas nestas áreas. Pelo contrário, em muitos casos houve mesmo retrocessos. É o que se passa nos salários. Há zonas onde o salário médio de base das mulheres é menos de metade da média nacional, como em Baião. Noutros concelhos do Vale do Sousa e do Vale do Ave a remuneração média de base das mulheres ultrapassa metade da remuneração média nacional, como se pode ver através de um estudo aos quadros de pessoal público

dos pelo Ministério do Emprego e Segurança Social.

Um outro registo significativo é o que se refere às diferenças entre o salário de base e o salário efectivo. É que, em geral, a diferença aumenta mais uns pontos, sobretudo pela dupla discriminação que atinge as mulheres trabalhadoras que são mães, e a quem, em muitos casos, deixam de ser atribuídos

prémios, por assumirem as responsabilidades com o crescimento e a saúde das crianças.

Por outro lado, quando se averiguou o sentimento das trabalhadoras relativamente ao trabalho que fazem, ao seu grau de realização e às expectativas em relação a possíveis mudanças verificou-se o seguinte: 50% das trabalhadoras consideraram o seu trabalho muito cansativo; 52% monótono, sempre igual; apenas 11% o consideraram criativo. Foi interessante constatar que 47% destas trabalhadoras, se pudessem, mudavam de emprego. No entanto, é importante registar que, apesar do trabalho duro, monótono, rotineiro e mal pago da maioria das trabalhadoras, a generalidade (com excepção de duas), afirmou que não optaria por regressar a casa e abandonar o emprego.

Mas já o mesmo não se passa com a participação das mulheres trabalhadoras na vida social. Com excepção de organizações sindicais em que muitas estão inscritas, mesmo que não tenham qualquer actividade, e das associações de carácter religioso em que afirmaram participar 23% das trabalhadoras, a participação em organizações sociais e políticas é muito baixa, destacando-se a participação de 9% em organizações partidárias, 5% em organizações desportivas, 3% em associações culturais/recreativas ou de mulheres, e 2% em organizações de solidariedade social.

Nas causas mais apontadas para tão baixa participação estão a falta de tempo e a sobrecarga com as tarefas familiares, embora haja, também, alguma indiferença, e dificuldades criadas pela família.

Estas tendências contraditórias que se verificam na sociedade, no «mercado de emprego» e nas estruturas familiares demonstram que homogeneização não significa igualdade, mantendo-se as desigualdades em matéria de salários, de promoção, de precariedade do emprego de participação nas diversas esferas da vida social e política.

Com a derrocada dos países de Leste, vivi um período de grandes interrogações, de melancolia, de confusão, como de resto muitos outros homens de esquerda

Texto
Anabela Fino
Fotos
Sérgio Morais

Vivi os momentos mais felizes da minha vida no 25 de Abril

Faz sentido ser comunista

— entrevista com **Urbano Tavares Rodrigues**

Todas estas questões passam na tua escrita, embora ache que há na tua obra uma certa dimensão fantástica. É uma melhor forma de reflectir a realidade ou, pelo contrário, de lhe escapar de vez em quando?

Em muitos casos a literatura fantástica é isso mesmo, mas no meu caso penso que não. Pode ter sido isso em Portugal, nos anos 80, quando declinava o grande

do das mãos de um amigo, como é para mim o Presidente Mário Soares. As diferenças políticas não interferem com as tuas amizades? Não és sectário?

Não, não sou sectário. E quanto a Mário Soares, nós combatemos lado a lado durante a longa noite fascista, como se costuma dizer. Tenho por ele muita estima, independentemente dos nossos pensamentos não convergirem em muitos aspectos.

És conhecido por apoiares novos escritores. Fazes isso por convicção ou para evitar situações pouco agradáveis?

Acho que é pela minha maneira de ser.

E nunca tiveste dissabores por causa disso?

Já, como toda a gente tem, com pessoas que não correspondem ao que se faz por elas, mas isso são os desencantos da vida.

Hoje escrevo mais lentamente e com mais apreensão do que antes; tenho receio de me repetir. Já escrevi tanto! Acho que só vale a pena publicar aquilo que trazer ainda qualquer coisa de novo; novo nos temas, na estrutura ou até na própria escrita, embora o escritor permaneça mais ou menos fiel ao seu estilo.

Estou a fazer um romance, e como me encontro em convalescença de uma operação à vista, fiz a experiência de 'escrever' partes do romance para o gravador...

Nunca tinhas feito isso antes?

Só uma vez, com uma novela, por ter fracturado a mão direita.

Sempre forçado pelas circunstâncias...

É verdade. Fiz isso com a novela chamada *As jangadas da liberdade*, que figura no livro *Contos da Solidão*. Tem um estilo diferente, de

É preciso encontrar soluções para o desemprego, para a miséria, e essas só podem vir da esquerda. É a quem quer de encontrar soluções humanas

sonho de transformação da sociedade a partir da revolução de Abril, mas no meu caso a apetência para o fantástico vem de muito longe. Vem de contos como *Trânsito*, no livro *Imitação da felicidade*, *Uma noite e nunca*, *As máscaras finais*, inclusivamente da própria *Porta dos limites* quando começo a apresentar o mundo mágico da infância alentejana, cheia de monstros, maravilhas, histórias ligadas à literatura popular arcaica do Alentejo...

Sempre me interessou profundamente revelar as zonas mais escuras do ser humano. O mundo dos sonhos completa a vida que vivemos de olhos abertos. Isso foi uma aspiração minha desde sempre. Só que, antes do 25 de Abril, tinha uma necessidade muito grande de dar testemunho da realidade que me cercava; o jornalismo de investigação não podia ser praticado devido à censura, quase não havia ensaio sociológico pela mesma razão, e a literatura invadia esses terrenos. Escritores de grande talento e também com uma vocação do fantástico, como o Carlos de Oliveira, em *Uma abelha na chuva*, e muitos outros, escreveram obras que eram testemunho dessa realidade.

Depois do 25 de Abril, embora a sociedade portuguesa não tenha atingido o que desejo para ela, houve de qualquer modo uma liberdade relativa que tornou as realidades menos atrozés e a luta menos premente. Foi a partir daí que escrevi as minhas obras mais voltadas para o fantástico, como a *Fuga imóvel*, *Vaga de calor*, *Filipa nesse dia*...

O que é que resta hoje do neo-realismo? Sei que não te consideras neo-realista, mas sofreste a sua influência...

Muitas influências. Era impossível não as sofrer, até porque havia uma frente cultural antifascista, com muitos contactos e muitas relações entre todos os escritores. Hoje a estética é outra; aquela estética que o Mário Sacramento estudou tão bem nos seus livros já não pode ser praticada, rolaram muitos anos desde então. Há um movimento cíclico na literatura: uma geração desfaz o que outra geração fez, depois há um regresso como nas ondas do mar... Actualmente temos uma nova geração realista, em que aparece João de Melo, Lobo Antunes, Lídia Jorge, com um realismo 'contaminado' pelo surrealismo, antes um adversário do neo-realismo. Nesses escritores não há tal conflito.

Foste recentemente condecorado pelo Presidente da República, recebeste o Prémio Fernando Namora... Sentes-te privilegiado?

O Prémio Fernando Namora teve um grande significado, porque Namora era um grande amigo; não foi um prémio qualquer, mas um prémio muito especial e que tem sido dado, até hoje - eu sou o terceiro a recebê-lo -, a pessoas de esquerda, com uma certa afinidade com o espírito de Fernando Namora e do neo-realismo. Quanto à condecoração, e embora não tenha a paixão das condecorações, tem importância por a ter recebido

Urbano Tavares Rodrigues na cerimónia de atribuição do Prémio Fernando Namora (foto de arquivo)



Há um movimento cíclico na literatura: uma geração desfaz o que outra geração fez, depois há um regresso como nas ondas do mar

Falas muito em desencantos. A tua vida é desencantada?

Não, não é, mas como todas as existências tem a sua margem considerável de desencantos.

Tens uma obra vasta. Que balanço fazes dela?

Que tenho livros melhores e outros menos bons. Há livros que escrevi apaixonadamente e menos criticamente do que outros e que poderia não voltar a publicar.

Não se escreve sempre por paixão?

Escreve-se quase sempre por paixão.

Que projectos tens para o futuro?

facto; como se tenta acompanhar o ritmo do gravador, mesmo estabelecendo pausas, esse ritmo é muito mais rápido. Essa novela tem muito menos metáforas do que tem habitualmente a minha escrita, é um bocadinho mais seca, tem mais diálogo... é diferente.

A oralidade a influenciar a escrita?

Sem dúvida. Eu escrevo sempre primeiro à mão, antes de dactilografar, de forma que se estabeleça uma relação entre as circunvalações do lado esquerdo do cérebro e a mão direita. Há um à-vontade na escrita à mão maior do que aquele que tenho na escrita à máquina e muito maior do que ao gravar. Neste caso, há um personagem que interfere - o gravador - criando uma espécie de poder na escrita. Certas palavras - cruas, violentas - que passam facilmente da mão para o papel, passam menos facilmente da boca para o gravador.

Afinal, a escrita serve para quê?

É uma forma de comunicação. A comunicação é muito directa quando se trata de um relato, de um discurso, de uma reportagem. Quando se trata de ficção, por vezes muito perto da poesia como no meu caso, é uma comunicação muito íntima entre mim e o leitor. Um leitor de que não tenho um rosto preciso, que não sei quem é, mas que tem de ter comigo determinadas afinidades para que possa receber plenamente a mensagem que lhe envio.



A verdadeira "chuva de Ecus" que o Primeiro-Ministro procurou protagonizar na passada segunda-feira, em Lisboa, durante a assinatura oficial do 2º Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e que vinha sendo antecedida por uma vasta e programada campanha de propaganda promovida pelo Governo, constitui sem dúvida matéria que justifica a atenção, a reflexão e o aprofundado esclarecimento do país.

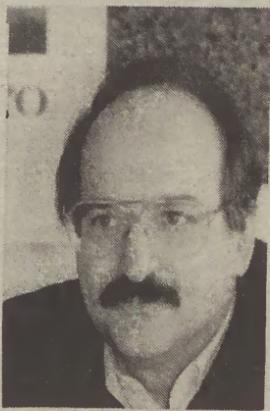
Défice democrático

Desde logo porque o Governo avançou para Bruxelas com um Plano de Desenvolvimento Regional, que serviu de base ao QCA agora formalizado, sem prévia consulta e debate nacionais, em que as forças sociais, políticas, os agentes económicos e culturais, a opinião pública em geral pudessem participar e que sustentasse, para além das visões e dos interesses clientelares

do PSD, uma definição coerente dos objectivos e prioridades a inscrever num instrumento financeiro de tal dimensão e importância.

Depois porque também não foi feita uma avaliação prévia, minimamente fiável, do 1º Quadro Comunitário de Apoio (1989-93), quer quanto às prioridades eleitas e à sua execução, quer quanto aos efeitos sociais, regionais e nacionais alcançados. Avaliação que mostraria, certamente, para além dos casos de evidente má utilização dos recursos e de corrupção, que uma parte significativa dos fundos comunitários serviu prioritariamente para beneficiar as clientelas do Governo, ao invés do que acontece com os custos da integração, que estão distribuídos e pesam sobre a generalidade dos portugueses.

E, por último, porque mais de sete anos decorridos desde a adesão de Portugal à CEE não foi realizado - nem o Governo evidencia qualquer propósito nesse sentido -, um balanço sério e objectivo dos resultados da integração europeia. Balanço que não deixando de registar, na coluna do "haver", indiscutíveis realizações tornadas possíveis pela aplicação dos fundos comunitários, também não escamoteie na coluna do "deve" as consequências económicas e sociais, cada dia que passa mais pesadas, que estão a atingir a maioria do povo português.



■ EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

baixo poder de compra dos trabalhadores; a "deterioração da posição da indústria"; a situação da agricultura "pouco competitiva, desestimulante de novos investimentos, de acções de modernização e de fixação de jovens agricultores"; o papel do investimento estrangeiro na "aquisição do controlo sobre segmentos mais interessantes da economia portuguesa (...)" o que significa

maiores dificuldades para Portugal desenvolver funções económicas mais evoluídas"; o "baixo nível de instrução e de qualificação profissional da mão-de-obra"; os atrasos ao nível das infra-estruturas - de transportes, comunicações, energia, das cidades, da educação; as graves assimetrias regionais.

E é elucidativa a previsão feita de que "ainda que se mantenham os diferenciais de crescimento registados no triénio anterior a 1990 (período em que o crescimento económico do nosso país acelerou significati-

vamente) serão precisos 40 anos para que Portugal atinja um PIB per capita de 90 por cento da média da Comunidade".

Perdas assim as primeiras ilusões, por parte dos menos avisados, quanto à possibilidade da integração europeia possibilitar uma aproximação automática aos níveis de desenvolvimento dos países comunitários mais desenvolvidos - para mais com os critérios de

Mais de sete anos decorridos, não foi realizado um balanço sério dos resultados da integração europeia.

convergência nominal de Maastricht a que o PSD e o PS pretendam amarrar Portugal; sofridos com perplexidade os primeiros embates com uma concorrência sem quartel que está a provocar a desindustrialização e a quebra a pique da produção agrícola e pesqueira nacionais; constatado o facto das (já de si tão baixas) remunerações dos trabalhadores portugueses terem tido, entre 1985 e 1993, a segunda maior quebra dos Doze e do desemprego ter igualmente disparado entre nós; - a questão de uma nova política que assegure o desenvolvimento económico e social do país no actual contexto e a sua real aproximação ao nível dos países mais desenvolvidos, está assim colocada cada vez mais na ordem do dia.

Questões em aberto

A análise mais aprofundada das prioridades de financiamento estabelecidas no 2º Quadro Comunitário de Apoio divulgado esta semana e o acompanhamento crítico das opções que o Governo venha a concretizar nas várias áreas constitui uma importante tarefa política.

Desde já se adiantam, porém, duas observações.

A primeira é para chamar a atenção para o facto da educação, da ciência e tecnologia, e da formação profissional, constituírem áreas definidas como prioritárias no 2º Quadro Comunitário de Apoio, mas em que contraditoriamente foi reduzida de forma significativa a percentagem dos seus financiamentos em comparação com o 1º QCA (educação: 9.35% para 4.86%; C&T: 1.81% para 1.60%; e formação profissional: 11.29% para 5.65%).

Será assim surpreendente, por exemplo, que no PRODEP II a educação pré-escolar tenha sido completamente esquecida, apesar da sua enorme importância social e da taxa real de frequência se situar em Portugal nos 35%, a largas milhas dos 80% da média comunitária? E surpreenderá também que, no que no respeito ao problema chave da expansão da capacidade do ensino superior público, os objectivos apontados até ao final do século vão manter Portugal muito aquém das metas europeias?

Quanto à execução do 2º QCA multiplicam-se igualmente as preocupações.

Por um lado, são os atrasos previstos - chegando alguns sectores a prever que o 2º QCA só vai de facto começar a efectivar-se em 1995 - porque o Governo necessita primeiramente de absorver os "buracos" herdados e a gestão atribiliária do 1º QCA.

Outro aspecto que importa denunciar e chamar para ele a atenção do país diz respeito ao facto das unidades de gestão do 2º QCA irem passar a estar directamente dependentes dos Assesores dos Ministros e dos Secretários de Estado, lugares de provimento político, com a completa marginalização do exercício dessas funções de técnicos da Administração Pública devidamente apetrechados e de carreira.

Dessa forma, passa a ser completa, directa e incontável a governamentalização da gestão de milhares de milhões de contos, com todas as consequências que não se torna difícil adivinhar.

Começa mal, para o País, o 2º Quadro Comunitário de Apoio. ■

A recente polémica em torno da AACCS justifica que se tentem clarificar algumas questões que estão a ser propositadamente confundidas quanto ao modo como a sua composição foi definida e quanto às atribuições que lhe foram cometidas, isto é, sobre a sua natureza e os limites da sua efectiva intervenção. É também oportuno adiantar, mesmo sumariamente, os traços gerais caracterizadores do que deveria ser uma nova entidade reguladora da comunicação social.

AACCS

■ José Garibaldi

Membro da Alta Autoridade para a Comunicação Social, eleito pela Assembleia da República por proposta do PCP

O pecado original

A AACCS foi criada pelo acordo de revisão constitucional celebrado entre o PS e o PSD, em 1989, o qual, neste capítulo, obedece a uma lógica simples que congregou facilmente essas duas vontades políticas: o partido vencedor das eleições poderia designar a maioria dos membros da AACCS, seja por intermédio do parlamento, seja em representação do Governo.

A consagração desse acordo viria a ter expressão no artigo 39º da Constituição, que estabelece a matriz político-partidária da composição da AACCS, em termos que só poderão ser substancialmente alterados em sede de nova revisão constitucional - caso o PSD e o PS repudiem, em simultâneo, o entendimento anterior e manifestem uma concepção da missão e funções das entidades mediadoras do sistema comunicacional diferente daquela que, até agora, têm revelado.

A intenção de assegurar uma hegemonia político-partidária conheceu desenvolvimentos na Lei que regula o funcionamento da AACCS - esta já só da responsabilidade do PSD - ao determinar que seriam os membros que representam o Governo (3), a Assembleia da República (5) e o Conselho Superior de Magistratura (1), a cooptar mais 4 personalidades representativas da opinião pública, da comunicação social e da cultura.

Dado o quadro de relação de forças existente à data em que a AACCS foi constituída, o PSD ficou em condições de designar 6 dos nove membros iniciais desse órgão e, portanto, de indicar, sozinho, o perfil das personalidades em condições de serem cooptadas.

O modo como a AACCS nasceu é o seu "pecado original" e afecta a credibilidade das suas iniciativas e deliberações, perturbando o desempenho de uma eficaz função moderadora e fiscalizadora, independentemente da qualidade e isenção de muito do trabalho produzido e do empenho da generalidade dos seus membros.

Tal constatação não invalida que se possa, simultaneamente, afirmar que as afinidades e referenciais políticos, éticos e culturais da maioria dos membros da AACCS se tenham consubstanciado em tomadas de posição que não ajudaram a cimentar uma imagem de independência da AACCS face ao poder político vigente, nem criaram condições que lhe permitissem travar as batalhas pelo direito à informação que as circunstâncias impunham e a afirmação pública do órgão exigiam.

No entanto, a crítica aos critérios de composição da AACCS é um argumento que, por razões de coerência política, só poderá ser assumida por quem, como o PCP, não tenha sobre si o ónus da paternidade da sua criação. Causa portanto a maior perplexidade que o PS, que teceu também o figurino "governamentalizado" da AACCS na expectativa de uma vitória nas legislativas de 91 que lhe permitisse ocupar a maioria dos seus lugares, venha agora publicamente responsabilizá-la por revelar as características que ele próprio lhe inculuiu.

Da necessidade de um órgão mediador

Mesmo considerando que será possível assistir-se a uma profunda alteração dos critérios que presidiram ao acordo em torno da formulação do artigo 39º da Constituição no decurso da próxima revisão constitucional, deve acrescentar-se que não basta superar a situação existente, revogando o artigo em causa, para que todos os problemas se resolvam magicamente.

Com efeito, reivindicar o desaparecimento da actual AACCS implica que se assumam também a atitude, mais exigente, de procurar saber quem poderá herdar as suas competências, tendo em consideração três aspectos relevantes. Em primeiro lugar, que um vazio no terreno das entidades mediadoras apenas facilitará o aumento da intervenção do Governo na área da comunicação social a qual, no quadro legal existente, atinge proporções que são já preocupantes. Em segundo lugar que se torna crescentemente necessária a existência de órgãos que se empenhem na defesa intransigente da liberdade de informar, especialmente em vertentes como as do acesso às fontes, da independência dos jornalistas, da estabilidade do vínculo profissional e do acréscimo da intervenção dos conselhos de redacção quanto ao modo como a profissão é exercida.

Finalmente, que os direitos dos cidadãos a serem informados com rigor e pluralidade de enfoques, a exercer o seu direito de resposta e a garantir a defesa, atempada, do seu bom nome e reputação, são questões que, por si só, justificam a existência de órgãos reguladores da comunicação social.

Testemunho de uma experiência

A mera exigência do desaparecimento da AACCS, tal como tem aparecido formulada, tende a confundir-se com o desejo de uma total desregulação do sector, que ficaria exclusivamente entregue à tardia e inconstante jurisprudência dos tribunais. Embora esta perspectiva possa ser sedutora, não seria benéfica para a dimensão ética e social do sistema mediático nem para o aprofundamento da vivência democrática do regime.

A regulação necessária

Reconhecendo que a AACCS necessita de ser repensada quanto aos critérios de composição, competências e eficácia das deliberações, para que se defina o perfil de uma nova entidade que a substitua, é facto que não surgem propostas credíveis nesse domínio - o que se tem revelado a mais confrangedora lacuna do debate em curso. No entanto, é possível entender que uma entidade mediadora eficaz e interveniente só pode resultar de uma razoável conjugação de três factores estruturantes: a independência dos seus membros, entendida como dimensão da sua postura ética e cívica e não como pretenso descomprometimento político; a capacidade de intervir nos diferentes domínios do audiovisual e de fazer respeitar o quadro legal da comunicação social; a possibilidade de mediar entendimentos e atenuar conflitos entre o cidadão e os produtores de informação.

Torna-se até especialmente imperioso que a fiscalização do cumprimento da legislação em vigor em matéria de audiovisual (concessão e alienação de alvarás de rádio, respeito pelos compromissos assumidos pelos operadores de rádio e televisão) deixe de pertencer ao Governo e de estar, portanto, sujeita a uma lógica de oportunidade política e discricionariedade, para se tornar uma prática de rigor e transparência, capaz de moralizar um sector carenciado de regras de actuação e de respeito pelos princípios da concorrência leal. Se das rádios locais pouco mais resta a não ser o nome, se a noção de serviço público foi sacrificada aos interesses comerciais, se a procura de aumento de audiências se desenvolve com desrespeito pelas responsabilidades sociais dos operadores, é porque não dispomos das entidades mediadoras e fiscalizadoras do sector que as circunstâncias impõem.

Urge também pensar nos possíveis impactes das transformações em curso no panorama audiovisual (satélite, cabo, e potencialidades abertas pelo apuramento tecnológico destes transportadores de imagens e de sons), definindo um quadro jurídico suficientemente elástico para que o organismo regulador possa relacionar-se com as novas realidades mediáticas e nelas definir a sua própria intervenção.

Paralelamente seria da maior utilidade que essa entidade visse comprimidos os seus poderes de actuação no domínio mais sensível do rigor da informação, face aos poderes de que dispõe a AACCS, de modo a criar espaço para uma intervenção auto-reguladora nesta matéria ou, na sua ausência, para a criação de um novo Conselho de Imprensa público que retomasse, no essencial, as competências do que já existiu.

Enfim, a previsível crise cíclica gerada em torno da forma como a AACCS foi criada, poderia ser a ocasião propícia para uma reflexão aprofundada sobre o sentido útil a retirar desta experiência - e da que foi acumulada por organismos congéneres - tendo em vista a criação de uma entidade mediadora e fiscalizadora que estivesse efectivamente em condições de desempenhar uma acção profícua em benefício de quem informa e de quem tem o direito a ser bem informado.

No entanto, o carácter rudimentar e avulso da alteração do dispositivo legal em vigor anunciada pelo PSD e a instrumentalização da AACCS como mera arma de arremesso nos ataques políticos do PS à maioria, em circunstâncias que, aliás, carecem de um mínimo de legitimidade política dadas as responsabilidades deste partido na sua criação, fazem recear que essa reflexão está comprometida e a oportunidade de mudanças profundas uma vez mais gorada.

Em torno de acontecimentos recentes

No momento em que dois dos quatro cooptados pelo plenário da AACCS eram a escritora Lúcia Jorge e o jurista e antigo jornalista Miguel Reis, não é fácil vislumbrar os motivos que levaram o PS a considerar que o reforço do pluralismo interno da AACCS impunha a urgente alteração da forma de cooptar os seus membros. Causa também estranheza que, no decurso de uma intervenção parlamentar do PS, que se pretendeu devastadora para esse órgão, não tenha surgido um aceno de simpatia para com as pessoas que, com o seu beneplácito, nele desenvolviam uma actividade empenhada, qualificada e exercida com seriedade.

Pese embora as razões publicamente aduzidas para justificar as suas renúncias, muitas das quais obviamente pertinentes e coincidentes com as críticas à AACCS já aqui formuladas, é evidente que, tanto Miguel Reis como Lúcia Jorge, não poderiam sobreviver ao desconforto que lhes provocou tal discurso. É nesse desconforto que se devem procurar as verdadeiras motivações do seu pedido de exoneração, uma vez que a AACCS suporta o mesmo peso de defeitos e limitações que tem desde que foi criada e que também a caracterizam no momento em que eles aceitaram nela integrar-se.

Sendo compreensível a sua reacção emotiva a tal intervenção, importa ao mesmo tempo ter presente que a amplitude das oscilações das tomadas de posição do PS sobre a AACCS aconselha a relativizar o significado de cada uma e a não perder de vista as motivações conjunturais que determinam o seu teor. De outro modo, como compaginar as declarações de agora com a afirmação produzida por Jorge Lacão, no mesmo Parlamento, em 1989, quando sustentava que "a composição desta Alta Autoridade, tal como vai sair desta revisão constitucional, é a mais aberta, a mais pluralista, de todas as composições de órgãos similares em todos os países de democracia como o nosso"?

As tomadas de posição sobre a AACCS - quer as imprecisas, por falta de suporte numa análise séria da sua actividade, quer as contraditórias, como vem sendo apanágio do PS, quer as que defendem a sua dissolução sem apresentar alternativa, como as do Sindicato dos Jornalistas - não podem, por si só, determinar comportamentos que devem ser sensíveis a outras realidades.

Com efeito, a AACCS é a única entidade constitucionalmente consagrada à defesa da liberdade de imprensa e à garantia da expressão e confronto das diversas correntes de opinião - valores que devem ser defendidos em quaisquer circunstâncias, mesmo as mais adversas. A ela recorrem órgãos de soberania, partidos, associações e instituições de diversa índole e, especialmente, cidadãos comuns que se sentem afectados perante a eventual lesão dos seus

direitos a serem informados ou a serem respeitados ou a serem respeitada a sua dignidade pessoal. As suas deliberações, com as limitações já referidas, são públicas, tal como o sentido das declarações de voto que nela se produzem. Não se vislumbra portanto como se poderá abdicar de uma presença neste órgão, enquanto tiver como competência a garantia do direito à informação e enquanto nele se respeitar a dignidade e autonomia das vozes discordantes.



Encontro Nacional da CDU

Eleições para o Parlamento Europeu A prova está feita — esta União não serve

(...) Nós continuamos a dizer não à Europa dos banqueiros e dos burocratas, ao triunfo dos tecnocratas sobre a democracia e sim a uma Europa de cooperação, solidariedade e desenvolvimento; a uma Europa respeitadora das regalias sociais adquiridas e da harmonização no progresso; a uma Europa de efectiva coesão económica e social; a uma Europa de nações soberanas.

Sem dúvida que o Tratado de Maastricht no seu afã dissimulador, na sua deliberada ambiguidade, prevê que a «União», como sublinham os federalistas confessos ou não, respeite a identidade nacional dos seus Estados membros.

Respeite a "identidade" mas não a soberania nem a independência. E uma identidade sem soberania não referencia nem caracteriza um Estado.

Uma região também tem identidade. Reafirmamos que Portugal não está condenado a ser uma região sem alma numa Comunidade governada pelas

grandes potências e construída segundo os interesses das transnacionais. Mas uma Europa de efectiva cooperação e de Nações soberanas não é uma Europa de nacionalismos. É uma Europa de progresso, de paz e cooperação, uma Europa de futuro e não uma Europa de 1913. E isto é um importante separar de águas em relação àqueles que dizendo que Portugal está primeiro, como o CDS, identificam este primeiro com os interesses do grande capital, com o reforço da exploração dos trabalhadores, com a implacável destruição dos direitos, regalias e protecções sociais conquistadas pelos trabalhadores e pelos povos.

Federalismos

A amplitude da crise e a luta dos trabalhadores em toda a Europa contra as consequências das políticas de Maastricht, já teve também como resultado que os federalistas «metessem a viola no saco» mesmo aqueles que ainda há uns meses o confessavam publicamente. Estes quando confrontados remetem agora a sua posição para a negação de tal construção europeia e para a hipocrisia de um «federalismo descentralizado» o PSD, ou para uma ambígua posição «entre o federalismo e o confederalismo» o PS.

É também neste sentido que o "Plano de Campanha" eleitoral do "Partido Socialista Europeu" recomenda que os PS's nacionais «evitem uma identificação demasiado estreita com a Comunidade Europeia e a sua situação actual» e, na procura da sua desresponsabilização e de criação de falsas esperanças, o documento de campanha advoga também que o tema principal da campanha seja "a recuperação económica e a criação de emprego".

Mas bem sabemos o que valem tais promessas e preocupações com o social em tempo eleitoral ou quando se pretende dar passos na abertura dos mercados nacionais e no aprofundamento federalista da integração.

A garantia das propostas de socialistas e liberais na criação de emprego é dado pela sua prática enquanto têm sido governo. Benefícios para o grande capital e factura dos custos para os trabalhadores.

E quanto ao aprofundamento basta recordar que há cinco anos também a Comissão Europeia e o socialista Jacques Delors faziam um grande esforço de publicidade quanto aos custos da «não-Europa», promovendo a ideia de grandes benefícios financeiros e de crescimento resultantes de uma Europa sem fronteiras, a partir de 1993. O relatório então divulgado pela Comissão previa um ganho financeiro de 200 mil milhões de ecu - quase o Produto Interno Bruto de Espanha - e a criação de 5 milhões de novos empregos!

Os resultados são conhecidos e duramente sentidos pelos milhões de desempregados.

Por isso, não é de estranhar que nestas eleições o PS tudo faça para fazer esquecer as posições que tomou quando do "não" dinamizador e as suas responsabilidades na acelerada aprovação do Tratado de Maastricht de pesadas consequências económicas e sociais. E na tentativa de, nas questões europeias, se diferenciar do PSD, vai dar relevo para a má gestão dos Fundos e centrar a sua campanha no desemprego para as promessas de "pleno emprego", como se nenhuma responsabilidade tivesse.

O PSD continuará a insistir em que a crise vem de fora e na tecla de que "estamos no bom caminho", que iremos agarrar o "pelotão da frente", "que já se vêem sinais de recuperação", versão 1994 da imagem da "luz ao fundo do túnel" no tempo do Bloco Central, tudo no sentido de fomentar o fatalismo e de procurar suscitar esperanças e expectativas. E sobretudo acenará com milhões dos Fundos Estruturais, aguçando o apetite às suas clientelas, procurando

fazer esquecer o agravamento da crise, a sua ofensiva anti-social e as suas responsabilidades pela ruína duma significativa parcela do aparelho industrial, pela ruína da agricultura e crescentes défices agro-alimentares.

Procurará também silenciar que o Governo alinhou constantemente com o que há de mais retrógrado na política europeia, designadamente em matérias como a política social e que fez da nova PAC e do Acordo do GATT grandes vitórias nacionais!

E quanto aos Fundos dirá que estes tiveram uma aplicação com alto grau de eficiência e nunca clientelar. Na verdade que o digam os responsáveis do IPSD, que como se sabe não é do PSD! E para as questões de transparência ou de promiscuidade haverá sempre uma desculpa tosca. Há dois dias, o Primeiro-Ministro descobriu que os partidos não esgotam a vida política e cívica afirmando eufórico que nos seus governos já passaram 60 independentes. Para nós, CDU, em que os independentes se contam por milhares, não pode deixar de nos fazer sorrir. Mas o que o povo gostaria de saber é quantos militantes do PSD estão à frente de empresas públicas, de hospitais, de direcções gerais e nas administrações de empresas privatizadas e privadas a quem o PSD tem prodigalizado com favores. Seria esclarecedor e útil.

Moeda de troca

Mas em relação aos Fundos Estruturais é necessário que se diga que estes não podem continuar a servir como moeda de troca em relação à entrega do nosso mercado interno, à desindustrialização, à crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira.

A título de exemplo, veja-se o que se passou com a agricultura.



O primeiro PDR canalizou para a agricultura mais de 900 milhões de contos. No entanto em 1986 ano da integração, importávamos 51% do que consumíamos. Em 1993 o défice agro-alimentar já deverá ter rondado os 70%! E é um dado objectivo que de 1986 a 1993 o rendimento real dos agricultores sofreu uma quebra de 45%!

A prova está feita! Como está feita em relação ao sector industrial. As estimativas oficiais apontam para um decréscimo de 6% na produção da indústria transformadora em 1994, quebra que se segue à de 4% em 1992 e 2% em 1991.

Os candidatos da CDU irão para estas eleições com o crédito da valiosa intervenção dos seus eleitos no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, com o crédito da sua empenhada intervenção em defesa do emprego, dos direitos e dos salários dos trabalhadores, em defesa do sector produtivo e do ambiente, em defesa do princípio da «coesão económica e social» e do nivelamento social pelo progresso, em defesa de um Portugal de prosperidade e justiça numa Europa de paz e cooperação; um Portugal independente e soberano numa Comunidade de Nações livres e iguais.

Não somos um País resignado nem condenado ao atraso económico e social.

Debate nacional

Pela nossa parte procuraremos nestas eleições que se faça um debate nacional, com serenidade e rigor sobre os caminhos da integração europeia e as propostas e soluções para que as questões que se colocam ao país neste final de século.

Assim, em coerência com a nossa acção e intervenção, a CDU assume perante o povo e os eleitores seis compromissos fundamentais, seis compromissos que não são circunstanciais, que não são meras promessas eleitorais a caírem em cesto roto logo após o acto





eleitoral, mas que têm como garantia, uma prática, uma intervenção sistemática e devotada no País e no Parlamento Europeu. As questões do desenvolvimento e da democratização das instituições, do desenvolvimento regional e do ambiente, as questões sociais e a coordenação e actividade do combate ao narcotráfico e ao branqueamento de capitais da droga, as questões da soberania e da independência estarão sempre presentes na nossa intervenção.

Os eleitos do PCP e da CDU (e não só o cabeça de lista como defende agora o CDS) não irão para o Parlamento Europeu pelos seus altos vencimentos e regalias, pois seguirão tal como no passado o princípio de não serem beneficiados pela frente de trabalho onde se encontram.

Aproveitarão sim os novos poderes do Parlamento Europeu e o seu maior papel de fiscalização da Comissão e da administração comunitária, para defender os interesses dos trabalhadores e de Portugal, combatendo simultaneamente as tendências para a subalternização dos parlamentos nacionais e intervirão em defesa de medidas institucionais tendentes ao reforço da democraticidade e da transparência nos processos de decisão. O povo português tem nestas eleições uma boa oportunidade para dizer não à política do PSD, para dizer não à política ao serviço dos senhores do dinheiro e das clientelas e de escolher representantes que empenhadamente se batam pelos interesses nacionais.

Defenderemos nas instituições e fora delas uma política democrática alternativa à que tem sido seguida. Uma nova política onde constituam preocupações e tarefas nacionais prioritárias, entre outras, o aumento do nível de condições de vida da população, o decidido combate à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais, um especial empenho na modificação da grave situação em que vivem reformados e pensionistas, a defesa da segurança e estabilidade no emprego, a resposta a prementes aspirações de importantes grupos e camadas sociais, como a juventude, as mulheres, os agricultores, os quadros técnicos e intelectuais, o combate ao abuso do poder, ao negocismo, clientelismo e corrupção e uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública. Defenderemos que o Estado assumira as suas responsabilidades sociais e lutaremos por um avanço corajoso para profundas reformas na saúde, na educação, na habitação e na segurança social.

Honraremos plenamente os compromissos que assumimos com os eleitores. Defenderemos firmemente os seus interesses e aspirações no plano social e político.

Empenhar-nos-emos nas instituições e fora delas, num generoso esforço e contribuição construtiva para a solução dos problemas do povo português. O reforço da CDU, a escolha dos seus candidatos será a opção mais certa, mais útil e mais eficaz para se penalizar a política do PSD, para fazer valer os interesses populares, para dar força a uma nova política, para viabilizar uma alternativa democrática ao actual Governo, para se garantir a defesa dos interesses dos portugueses e de Portugal.

Contem connosco para lutar

(...) A Comunidade Europeia vive uma grande contradição. Por um lado, investe largas somas na sua imagem e símbolos. Por outro lado, está mais distanciada em relação aos povos, a burocracia comunitária está mais longe dos cidadãos. Há uma Europa em gestação clandestina que vai alastrando perante o deslumbramento de sectores federalistas, envergonhados ou assumidos, do PS e PSD.

Para agora e para o futuro recusamos qualquer perspectiva federal e desafiamos os outros partidos, sem subterfúgios, a que se definam com clareza sobre esta matéria. Não há federalismo descentralizado, como aquele de que agora fala o PSD, porque todo o federalismo significa a amputação de aspectos determinantes e decisivos da soberania e independência de uma nação. Não há imaginosos compromissos entre o confederalismo e o federalismo, como aquele de que agora fala o PS, que possam escamotear a contemporização com a subordinação a directórios de grandes potências, com o país reduzido a um papel restrito, menor e subordinado. Nós desafiamos o PS e o PSD a que assumam também uma posição clara sobre o projecto de pseudo-Constituição europeia recentemente apresentado no Parlamento Europeu e que se comprometam a votar contra ele no próximo mandato.

Nesta batalha, para agora e para o futuro, não contem connosco para escamotear os problemas reais do País ou da Europa e dos seus povos.

A crise económica e social tem culpados e vamos apontá-los. O aparelho produtivo está ameaçado e vamos demonstrar que há outro caminho a percorrer.

(...) Pela nossa parte não receamos que nos peçam contas pelo mandato exercido no Parlamento Europeu. Os nossos deputados foram-nas prestando, vão prestá-las na próxima semana com a apresentação de uma publicação com o balanço do seu trabalho. Vamos fazê-lo igualmente ao longo da pré-campanha e da campanha eleitoral. Vamos também abordar as questões concretas que se colocam agora e para o futuro. E com uma só cara: nós não somos dos que defendem uma posição em Bruxelas ou Estrasburgo e outra posição em Portugal.

Que o PSD preste contas também. Terá que explicar a sua política interna e comunitária de natureza anti-social, executada de tantas formas e também através do apoio às receitas do chamado «Livro Branco» sobre o Crescimento, Competitividade e Emprego. Terá que explicar a sua política de desmantelamento do aparelho produtivo, de sacrifício da aproximação real das economias em benefício dos critérios de convergência nominal de Maastricht; de alinhamento subserviente com as mais retrógradas orientações a pretexto da chamada «construção europeia». Terá que explicar os prejuízos que a sua política trouxe aos agricultores, directamente e através da sua responsabilidade na reforma da Política Agrícola Comum, e aos pescadores, apoiando a Política Comum de Pescas. Terá que explicar tantos e tantos actos de delapidação de fundos comunitários, em que tantas vezes foi privilegiada a distribuição a clientelas. Terá que explicar as formas não democráticas e pouco transparentes de actuar e de gerir, como ainda agora está a acontecer com o Plano de Desenvolvimento Regional e o Quadro Comunitário de Apoio. Terá que explicar o agravamento das desigualdades regionais e a subalternização das autarquias.

Também o PS tem contas a prestar: por ter acompanhado o PSD na aprovação do Tratado de União Europeia; por ter preferido uma política de convergência nominal para viabilizar a União Económica e Monetária e a moeda única em 1996, em prejuízo da economia real, do crescimento económico, da produção e do emprego; por, nessa perspectiva, colaborar com o neoliberalismo económico e com a ofensiva contra os direitos e a protecção social; por ter, lado a lado com o PSD, secundado o impedimento do grande debate nacional do Tratado de Maastricht e do direito de o povo português se pronunciar sobre ele em referendo.

Hoje, na véspera das eleições, de acordo com as orientações que recebeu do Partido Socialista Europeu, o PS tenta uma demarcação da

direita. Mas foi com ela, nas instituições comunitárias e em boa parte dos governos, que os partidos socialistas aprovaram o Tratado de Maastricht e as políticas que agravaram a crise económica e social e preteriram políticas sociais. Quando hoje falam em rever o Tratado de União Europeia, é para o levar mais longe no caminho federalista e não para corrigir o que está mal.

Quanto ao CDS, parece que descobriu agora a soberania e as posições antifederais. As nossas diferenças são, porém, totais. O CDS está com a ofensiva do grande capital, nós estamos com as vítimas. O CDS está contra as conquistas sociais, nós estamos com elas e queremos levá-las mais longe, na sequência das lutas seculares dos trabalhadores de Portugal e dos povos da Europa. O CDS caracteriza-se pela insensibilidade social ou, pelo menos, por defender a desresponsabilização pública perante os problemas sociais, nós fazemos da preocupação com os dramas sociais a razão primeira do nosso combate.

Vamos, portanto, travar uma batalha com base na seriedade e no rigor, com base em posições concretas e claras, na prestação de contas sobre o intenso trabalho realizado no Parlamento Europeu. Que os outros fiquem com as suas responsabilidades e a tentativa de lhes fugir. Nós ficaremos com o trabalho realizado e com as nossas propostas. É com a cabeça levantada que enfrentaremos este combate.

(...) Contem connosco para lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pela defesa dos interesses, da soberania e da independência nacionais, por uma Europa de cooperação estreita entre nações livres e iguais.

Contem connosco para lutar contra a tentativa de, a pretexto do alargamento da Comunidade a outros países, pôr termo à presidência rotativa do Conselho, liquidar o português como língua de trabalho e eliminar o direito de todos os países proporem membros da Comissão.

Contem connosco, em Portugal e no Parlamento Europeu, para lutar incansavelmente a favor de um alto nível de direitos e de protecção social, pela garantia do direito à saúde, à educação e à cultura, contra a intensificação da exploração dos trabalhadores através da redução de salários, contra o desemprego e a precariedade do trabalho, por uma política de criação de empregos e de igualdade social.

Contem connosco para lutar por uma visão humanista do trabalho, não como um custo mas como a fonte da riqueza e da realização humana, e da protecção

social não como um fardo insustentável mas como uma condição da dignidade das sociedades tomadas no seu conjunto.

Contem connosco para lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pelo desenvolvimento, pela defesa da produção nacional, pela correcção de desigualdades regionais, contra a construção de um sistema económico subcontratado, apendicular e periférico e a favor de uma especialização produtiva que tenha em conta as potencialidades e recursos nacionais e a possibilidade de penetração em mercados estrangeiros.

Contem connosco para lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pela presença das políticas ambientais nas outras políticas, designadamente de carácter económico, pela implementação das conclusões da Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, a ECO 92, e pela inclusão de capítulos sobre a protecção ambiental nos acordos comerciais.

Contem connosco para lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, pela paz, amizade e cooperação entre os povos e países da Europa, contra a militarização da Comunicação Europeia e o reforço da União Europeia Ocidental.

Contem connosco para lutar, em Portugal e no Parlamento Europeu, por mais participação e democracia, por altos níveis de protecção dos direitos individuais e colectivos, contra o perigo do racismo, da xenofobia, de uma Europa das polícias, autoritária e limitativa das liberdades. (...)



Excertos da intervenção de
LUÍS SÁ Cabeça de lista da CDU no PE

ENCONTRO NACIONAL DA CDU

É preciso escolher

(...) Se pensamos estar perante um desafio eleitoral importante e o afirmamos não é por uma qualquer súbita confiança nesta Europa, nos moldes em que tem vindo a ser imposta, mas exactamente por acreditarmos, num mundo onde a interdependência é cada vez maior, não ser indiferente para Portugal, os portugueses, os seus interesses quotidianos e os do seu próprio futuro, o modo como o processo de construção europeia se continuar a fazer, e a forma como os deputados portugueses exerçam nas instituições comunitárias o seu mandato em defesa dos interesses nacionais.

Uma defesa que para nós não se compadece com ambiguidades. Não tolera hipocrisias. Tem de ser sinónimo seja em Lisboa ou Bruxelas da mesma atitude. Que não pode em razão da família política que abraça refugiar-se em contradições, porque também nós, "Verdes", optámos por uma e nem por isso tivemos de abdicar dos nossos princípios, da nossa identidade e da sua defesa.

(...) Trata-se pois de uma escolha com óbvios reflexos a nível nacional. Uma escolha entre quem tem defendido ou consentido uma Europa como superpotência burocratizada, centralista, autoritária e asfixiante, assente no poder sem rosto dos eurocratas de Bruxelas; que transfere poderes fundamentais para a salvaguarda da identidade de cada país dos parlamentos nacionais para instâncias que nenhum voto legitimou e que imunes ao poder fiscalizador dos povos se colocam, e quem em contrapartida defende, agindo, uma Europa democrática. Descentralizada. Participativa. Que preserve a liberdade de cada povo decidir sobre o seu próprio destino.

A escolha entre quem tem defendido ou consentido uma Europa como mero mercado de consumidores e contribuintes, desumanizada, geradora de apartheid e insegurança, pensada à revelia dos cidadãos e contra a sua vontade imposta, e quem defende, agindo, o primado dos indivíduos, da sua participação e da sua plena dimensão humana, social e cultural.

(...) A escolha entre quem tem defendido ou consentido na degradação ecológica, teimando no absurdo do crescimento ilimitado, no produtivismo e consumismo a qualquer preço, e quem defende, agindo, novas políticas ambientais, agrícolas, de transportes e energéticas, e no fundo novas prioridades que satisfaçam as necessidades do presente sem comprometer o futuro.

(...) Cruzar os braços perante o dilema não é solução. Fazer meias escolhas impressionado por discursos balofos muito menos. Importa agir. O voto não é seguramente o único mas é também um dos instrumentos de contestação. De inconformismo. De mudança. Há que usá-lo!

Uma Europa fraterna, aberta, solidária e ecologicamente sustentada, na dimensão cultural que tem implícita, não é mais uma utopia, uma discussão adiada ou um estado de espírito. Constrói-se, e a CDU é um parceiro fundamental.■

Excertos da intervenção de

ISABEL CASTRO

Partido Ecologista "Os Verdes"



Por uma Europa democrática e solidária

(...) Na Europa comunitária, o desemprego atinge actualmente 18 milhões de pessoas (12% da sua população activa), prevendo-se que, no ano em curso, suba para 19 milhões. Entre a juventude, a taxa de desemprego é de cerca de 20% do respectivo grupo etário activo. A pobreza aumenta consideravelmente: 51 milhões de habitantes da Comunidade vivem abaixo do limiar da pobreza; 3-5 milhões de pessoas estão sem abrigo; 10 milhões vivem em más condições de habitabilidade. A precariedade do emprego aumenta e difunde-se por diversas categorias de profissionais por conta de outrem. As falências das empresas crescem. Acentuam-se, enfim, os desequilíbrios não só entre o Norte e o Sul da Comunidade e da Europa, mas também no interior de cada Estado-membro.

A inadequação das políticas nacionais neoliberais é manifesta.

Mas é igualmente evidente que a Europa-12 se depara com gravíssimos problemas económicos, sociais e financeiros, introduzidos ou agravados pelo Mercado Único, pela reforma da PAC e pela dinâmica do Tratado de Maastricht ou da UE. Efeitos perversos esses, susceptíveis de se agravarem futuramente pela eventual ratificação do GATT. Sem um adequado e eficaz controlo social e público, o Grande Mercado Unificado estrutura, no fim de contas, uma Europa dual, com o domínio dos seus países ricos sobre os mais pobres ou de menores potencialidades. Dualismo esse que se consolida pelo facto

de o Tratado de UE condicionar fortemente as políticas económicas, sociais e monetárias dos países comunitários. São consequências inerentes ao modelo de desenvolvimento europeu, concebido e accionado em termos de Grande Mercado e de aumento da competitividade da UE face à concorrência mundial.

Concorrência que os poderes políticos, nacionais e comunitários, visam ganhar não pela conjugação entre a eficácia económica e a eficácia social, mas exclusivamente pela redução dos custos do trabalho e das despesas sociais e pelo crescente sacrifício das populações.

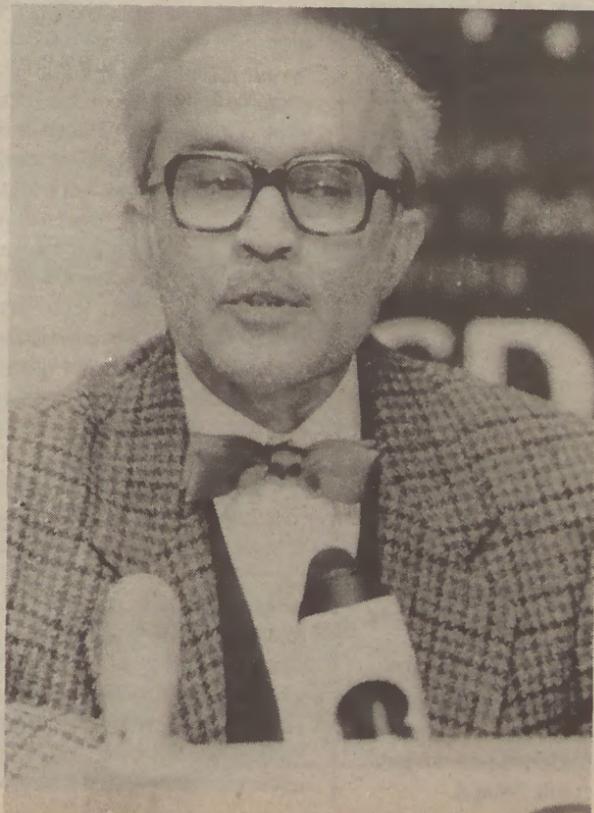
(...) Confirma-se, deste modo, que não são credíveis nem o Mercado Único nem o processo da UE. Um e outro mostram-se incapazes de lançar os alicerces de uma economia mais eficiente, económica e socialmente, e de um desenvolvimento coeso no seio de toda a Comunidade. É caso para questionarmos a valia deste tipo de construção comunitária e europeia.

(...) A ID e a CDU pretendem, afinal, que a Europa se transforme num continente melhor: mais democrático, onde as dominações cedam o lugar a cooperações, os egoísmos nacionais ou de grupo social dêem o seu espaço à solidariedade, onde os conflitos económicos ou outros se resolvam dentro de uma lógica de concórdia e de paz. Pela sua identificação com tais valores, a CDU acha-se particularmente vocacionada para protagonizar este contraproceto de construção da Europa. Daí a enorme importância da sua presença reforçada no PE.

Excertos da intervenção de

BLASCO HUGO FERNANDES

Presidente da Intervenção Democrática/ID



É naturalmente vasto o número de acontecimentos previstos para este ano, promovidos directamente ou apoiados pelo Lisboa 94, e a consulta à programação oficial acabará por se tornar indispensável para concretizar uma escolha selectiva e viabilizar a tomada de opções, ao gosto e interesse pessoal de cada um. Não nos seria possível publicar toda a programação prevista para a Capital Europeia da Cultura. A título de informação, deixamos, no entanto, as escolhas que, apenas neste mês de Março, Lisboa 94 tem para oferecer. Para quem eventualmente pergunte, «mas afinal, onde está a cultura?», a resposta poderá estar aqui...



A Festa da Capital da Cultura

Começou Lisboa 94. A cidade é, por um ano, Capital Europeia da Cultura. Na noite de sábado passado, um concerto num Coliseu remodelado e uma celebração popular nas ruas, bares e discotecas - abertos propositadamente toda a noite e incluindo na sua programação espectáculos, exposições, *happenings*, sessões de pintura e outras iniciativas - fizeram a festa, grande. Pela primeira vez, milhares e milhares de pessoas foram para as ruas chamadas pela Cultura. Inédito em Portugal. De alegria, reflexão, prazer, construção, criatividade, saber, e, claro, festa, se deseja que se faça esta Lisboa 94. Para todos nós.

Cinema e Vídeo

Depois de no domingo passado ter estreado o documentário, de Joaquim Leitão e produzido pelo Lisboa 94, gravado em alta definição, intitulado «Uma Cidade Qualquer», a programação de cinema da Capital Europeia da Cultura prosseguiu iniciando na terça-feira, no Cinema Tivoli o ciclo «100 dias, 100 filmes», uma mostra sobre os 100 melhores filmes europeus, na selecção feita em colaboração com cinematecas de todo o mundo e de grandes nomes da crítica internacional. É no cinema Tivoli e na Cinemateca Portuguesa, todos os dias às 21h30.

Todas as tardes de domingo, às 15h30, o Cinema Tivoli reabre as portas para as *matinéas* infantis.

Teatro

A propósito do Festival de Música Sul-Africana, a partir de hoje o Teatro da Graça apresenta a peça de Athol Fugard, *Playland*, encenada por Andrezej Kowalski para as interpretações de Rogério Vieira e Quintero Aguiar.

Uma criação também encomendada pelo Lisboa 94, encenada por Ricardo Pais a partir da versão dramaturgical de Luísa Costa Gomes sobre textos de António Vieira, com cenários e figurinos de António Lagarto e música de Egberto Gismonti chama-se «Clamor» e está em cena no Teatro Nacional D. Maria II a partir de amanhã.

Antes daquela estreia, estrearam já em Fevereiro o espectáculo de Fernando Gomes, para crianças, «Cinderela, revista à portuguesa», no Teatro Maria Matos, enquanto o «Breve Sumário da História de Deus» de Gil Vicente está encenado por Carlos Avilez no Teatro Experimental de Cascais com música original e tocada ao vivo pelos «Delfins». Para além disso, o Lisboa 94, embora não apoie

directamente, incluiu na sua programação a encenação de Filipe La Féria, «Maldita Cocaína» que está no Politeama.

Ainda em Março, a 26, vai estrear na Caixa Geral de Depósitos o texto «Esta Noite Improvisa-se», de Pirandello, em encenação de João Brites, Inês Câmara Pestana e Fernando Mora Ramos. Por outro lado, em termos de programação internacional, o Centro Cultural de Belém vai ser o espaço, a 12, 13 e 14 de Março, para a exibição de «Alice», um texto de Paul Schmidt feito a partir de «Alice no País das Maravilhas», de Lewis Carroll, com encenação de Robert Wilson e música de Tom Waits. A companhia é o Thalia Theater, de Hamburgo.



base estará o Quarteto Kodaly, que tocará, conforme as peças, com Gyorgy Konrád (viola), Tamás Zempléni (trompa) e Béla Kovacs (clarinete). Entretanto termina hoje a apresentação pelo Quarteto Allegri dos Quartetos de Cordas de Beethoven.

O Ciclo de Solistas, que decorre no Grande Auditório Gulbenkian oferece este mês espectáculos de Natalia Gutmán (violoncelo) com Vassili Lobanov (piano), um concerto a decorrer amanhã com obras de R. Strauss, Shumann e Chostakovitch. No dia 14 será a vez do barítono Thomas Hampson com o pianista Geoffrey Parsons, para no dia seguinte actuar Raphael Olegg (violino) e Gérard Wyss (piano).

Neste mês começará outro ciclo, o Ciclo Grandes Obras Corais, com A Criação de Haydn no dia 20 de

Março no Coliseu (orquestra do Séc. XVIII, Coro Gulbenkian dirigidos pelo maestro Frans Bruggen) e o Requiem de João Domingos Bomtempo a 24 e 25 de Março no Grande Auditório Gulbenkian (orquestra e coro da Fundação dirigidos pelo maestro Michel Corboz).

Depois de em Fevereiro termos recebido a visita da Orquestra Filarmónica de Oslo, o ciclo Grandes Orquestras apresenta no dia 12 a Orquestra Sinfónica Alemã de Berlim e no dia 30 a Orquestra Sinfónica da Rádio da Baviera, dois espectáculos a realizarem-se no Coliseu.

Quanto a espectáculos de Ópera, este mês teremos, nos dias 13, 15, 17 e 19, I Capuletti e I Montecchi de Bellini, no São Carlos; A Vida com um Idiota de Schnittke com a Ópera de Câmara de Moscovo no Centro Cultural de Belém a 22 e 23; no mesmo local estará O Nariz de Chostakovitch também com a Ópera de Câmara de Moscovo a 25 e 26 de Março enquanto de 24 a 27 será apresentada uma versão em língua portuguesa de Let's make an Opera, de Britten, a encenar no São Luiz.

Outros espectáculos de música clássica a apresentar este mês terão o Orpheus Chamber Orchestra com o solista Maurice André (trompete) no dia 16 de Março no Grande Auditório Gulbenkian (Haydn, Hummel e Mozart) e a reunião dos pianos de Pedro Burmester, Maria João Pires, Jorge Moyano e Mário Laginha (Bach e Mozart), no Centro Cultural de Belém a 28 de Março

Exposições

Estando já aberta ao público a exposição Lisboa Subterrânea no Museu Nacional de Arqueologia, durante este mês o lote de mostras vai aumentar, já a partir de hoje com Escultura Angolana no Museu Nacional de Etnologia e no dia 15 com Arte Francesa Contemporânea no Centro Cultural de Belém.

No dia 30 inauguram-se no Museu Nacional do Azulejo as mostras intituladas «Um Século de Arte de Fogo, 1890-1990» e «Querubim, obra cerâmica».

Colóquio

Um simpósio sobre olisipografia vai realizar-se de 23 a 25 de Março no Palácio Fronteira. «Lisboa em discussão» é o título. ■

Tratava-se do arranque oficial das manifestações artísticas incluídas na programação de «Lisboa - Capital Europeia da Cultura, 1994». Para a festiva ocasião, havia sido escolhida uma das mais prestigiadas orquestras mundiais - a Sinfónica de Londres - tendo à sua frente uma figura eminente da direcção de orquestra - o maestro Georg Solti - no auge da maturidade da sua brilhantíssima carreira. Das peças musicais que davam conteúdo ao programa, faziam parte obras imortais do repertório de concerto e sinfónico e, em uma delas - o 5.º Concerto para Piano e Orquestra de Beethoven -, o solista convidado pelos organizadores era

um jovem e talentoso pianista português, reputado continuador da riquíssima tradição pianística nacional - Pedro Burmester.

Aos privilegiados espectadores que enchiam por completo o Coliseu dos Recreios, inaugurado na ocasião depois das obras de remodelação e restauro, não passavam despercebidos os microfones que transmitiam para a Euro-rádio (via ex-Rádio Cultura) o concerto - mas certamente se interrogavam acerca das razões da estranha ausência de câmaras de televisão, para além da meia dúzia que, nos bastidores e nos acessos à sala de espectáculos, bisbilhotavam para os serviços noticiosos a chegada das personalidades e restantes convidados.

Conhecendo-se o verdadeiro móbil que faz movimentar os operadores privados de televisão, seria ingénuo exigir à SIC ou à TVI o dispêndio de meios avultados para a transmissão de um evento tão significativo. Mas já se afigura inadmissível que a RTP tenha primado pela ausência no evento, não apenas para fazer chegar aos espectadores portugueses as imagens e os sons do concerto mas, também, para transportá-los além-fronteiras - via Eurovisão - marcando a presença internacional de uma manifestação cultural realizada no nosso país.

Adivinhem-se os argumentos justificativos, invocando os *cachets* certamente elevadíssimos que a iniciativa comportaria. Mas há que contrapor que os milhões que o Governo injecta anualmente na RTP, mais do que serem desbaratados no sustento de uma péssima programação, deveriam servir precisamente para cobrir iniciativas culturais, de impacte nacional e internacional, que se adequam e são uma das razões de existência do «serviço público» de televisão.

Ou será que a RTP também pensou que «aquilo» mais não era do que uma imensa «pessegada» - para utilizar a expressão ladina de uma personagem de meninge esbugalhada que anteontem estive, ali ao lado, no «Terça à Noite»?...

F. C.

Música Popular

Começa amanhã, no Coliseu, o Festival de Música Sul-Africana. Sexta e Sábado, 150 músicos daquele país vão passar pelo palco da Rua das Portas de Santo Antão. Jonas Gwanga, Mango Groove, Stimela, Letta Mbulu, Caiphus Semenya, Amampondo, African Jazz Pionners, Amadodana e Holly Cross serão alguns dos nomes a conhecer «ao vivo», muitos deles pela primeira vez na Europa.

A dez de Março, o grupo artístico multidisciplinar (cenografia, artes plásticas, mecânicas, musicais) Fura dels Baus vai apresentar no Armazém 22 o seu novo espectáculo intitulado MTM.

A 12 de Março, inicia-se o ciclo de espectáculo A Mulher na Música Popular com flamenco e canções de Garcia Llorca trazidas por uma rainha dos *tablaos*, Carmen Linares.

A 18 de Março, no Coliseu tem lugar o Festival de Tunas Universitárias enquanto durante todo o mês o Johnny Guitar apresenta um programa especial de música ao vivo, em português.

Dança

O Ballet Gulbenkian apresentará de 9 a 12 de Março «Amaramália», uma coreografia de Vasco Wellenkamp sobre um arranjo musical de Nuno Vieira de Almeida a partir de fado de Amália Rodrigues. É no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian.

Música Clássica e Ópera

Decorrem já desde Janeiro dois ciclos integrados na programação de Lisboa 94. Neste mês de Março o Ciclo de Integrais prossegue com a apresentação dos Quintetos de Cordas de Mozart nos dias 17, 18, 19 no Grande Auditório da Caixa Geral de Depósitos. Na

PONTOS CARDEAIS

Em inglês

Álvaro Viegas, parlamentar do PSD, pediu ao País que legisse no sentido de as placas de aviso para as passagens de nível sem guarda serem também redigidas em inglês, explicando que é "de extrema importância que a CP possa complementar esta recomendação de 'Pare-Escute-Olhe' também em inglês, língua internacionalmente reconhecida, para que possamos evitar, no futuro, acidentes por deficiente interpretação das recomendações". Bem haja o PSD por, finalmente, resolver a preocupante questão das passagens de nível sem guarda

no Algarve. Com estes avisos, as carrinhas cheias de crianças portuguesas só voltarão a ser colhidas por comboios se, por miserável ignorância, o condutor não souber ler o inglês.

Fundos

Esta semana, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva assinou o Quadro Comunitário de Apoio (QCA), que vigorará até 1999, cujo apresenta 14 programas operacionais, contra os 60 do anterior QCA. Numa pretensa resposta às críticas que se fazem ao Governo de não ter encontrado um Plano de Desenvolvimento Regional (onde o QCA se apoia), Cavaco

Silva afirmou que o documento agora assinado "não se trata de uma amálgama de projectos, de um expediente para levantar fundos para aplicações sem critério". De facto, o novo QCA não é uma "amálgama de projectos", pelo linear facto de não ter projecto que se veja a orientá-lo. Quanto a não ser um "expediente para levantar fundos", de facto a experiência demonstra que o QCA, em Portugal e nas mãos deste Governo, tem sido mais um fundo a levantar com expediente...

Liberdades

Na sequência da chacina de Hebron e como "sinal de boa vontade", o governo israelita afirmou-se disposto a libertar cerca de mil prisioneiros palestinos, entre os mais de 10 000 que mantém encarcerados, enquanto em relação aos colonos judeus

extremistas, donde partiu a chacina contra centenas de palestinos que rezavam numa mesquita, a decisão foi a de lhes "limitar a liberdade de movimentos". A liberdade, no vocabulário sionista, pode querer dizer coisas muito diferentes.

Pela paz?

Pela primeira vez, desde a sua fundação, as forças da NATO envolveram-se numa operação militar activa contra terceiros, abatendo quatro aviões aparentemente pilotados por sérvios, nos céus da Bósnia. Dizem as agências que a comunidade internacional, incluindo a Rússia, se solidarizou com esta acção, feita em nome da ONU. Entretanto, o resultado imediatamente mais palpável desta intervenção feita em nome da paz saldou-se... num imediato recrudescer dos combates em várias frentes.

Crescimentos

Gabando o crescimento da economia checa, um estudo da OCDE afirma que, de acordo com o critério do PIB *per capita*, a República Checa é actualmente a segunda economia mais forte na Europa Central e no Leste, a seguir à Eslovénia, estando aproximadamente ao mesmo nível que os países mais pobres da União Europeia, como a Irlanda e Portugal. Mais: segundo este estudo, a República Checa apresenta melhores *performances* que Portugal na comparação de *itens* como a saúde, a alimentação e a habitação, embora fique abaixo da Irlanda. Afinal o "pelotão da frente" que, há anos, o professor Cavaco Silva diz ser o nosso, é aquele onde pedalam... os mais atrasados. E aí, pelos vistos, vamos mesmo à frente.

FRASES da SEMANA

"A televisão é um gesto totalitário dentro de uma casa"

(Maria João Seixas - «Diário de Notícias», 27.02.94)

"O IPSD é dirigido por pessoas próximas do PSD, tal como a CGTP é por pessoas próximas do PCP e a Fundação Antero de Quental por figuras próximas do PS."

(Cavaco Silva - «Diário de Notícias», 23.02.94)

"A renúncia de Leonor Beza foi negativa porque resultou, não do facto de Beza concluir que a razão estava do lado dos seus adversários, mas sim do cansaço."

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 26.02.94)

"Acontece que, ao ceder, Beza abriu um precedente perigoso."

(Idem)

"Continuo a pensar que não sou banqueiro"

(João Oliveira, Presidente do BPA - «Público-Economia», 28.02.94)

"A participação nas listas do PS deverá ser feita em posição de dignidade, mas a insistência com que este assunto está a ser focado pode dar a entender que eu estou na fila para algum lugar, o que não é verdade."

(José Barros Moura, citado em «Público», 27.02.94)

"Sem o acordo com o PS para as autárquicas, a Plataforma já não existiria: estaríamos reduzidos a um núcleo respeitável de debate político cada vez mais condenado à impotência."

(Idem)

"Se prometerem que não tosem mais, volto a tocar um extra."

(Georg Solti, para o público do Coliseu, citado em «Diário de Notícias», 28.02.94)



Teatro Rapidinho

CLINTONTONTO

1.º Acto

Clinton - Where are you from?

Repórter - Sou de Portugal.

Clinton - Oh, Portugal! Los Toreros, el flamenco, olé! Bueno. Então que há?

Repórter - Não confunda Portugal com a Espanha.

Clinton - Deixe lá. Ela não se importa. Então que há?

Repórter - Sabemos que mantém boas relações com a Indonésia.

Clinton - Suharto, grande defensor dos direitos humanos!

Repórter - O que pensa sobre Timor?

Clinton - Sim... Ovi falar... Vagamente... Como sabe, passo o tempo agarrado ao meu saxofone.

Repórter - Mas não acha...

Clinton - Acho que Cuba não respeita os direitos humanos e que o bloqueio vai continuar.

2.º Acto

Repórter - E os massacres de Dili?

Clinton - Estamos devidamente informados. Os nossos serviços já apuraram a responsabilidade de Cuba e por isso o bloqueio vai continuar.

Repórter - Portanto, nada fará.

Clinton - Talvez se faça algo, se todos os timorenses começarem a tocar saxofone. Olhe, Shuarto já está a aprender.

3.º Acto

Repórter - Shuarto é um democrata. A Indonésia é o paraíso dos Direitos Humanos. Portugal tem o flamenco. É isso?

Clinton - Como vê, estamos bem informados.

Repórter - Mas não pode ignorar os massacres.

Clinton - Vamos investigar a fundo. Prometo que Cuba será muito severamente punida. Para já, o bloqueio vai continuar. E agora convido-o a assistir ao meu solo de saxofone...

(Foi quando o PANO caiu. Pelo menos, do saxofone safou-se o repórter!)

PONTOS NATURAIS

Quadras ao (des)gosto popular

Pagam menos nos impostos os mais ricos dos montados. Pois é. Os ricos, nos gostos são sempre mais requintados...

Manjerico, manjerico, manjerico do bem-querer. Agora, quem não for rico vai ter que se arrepender...

Manjerico, manjerico, ó manjerico ao luar: quanto mais alguém for rico mais barato há-de ficar...

— Por que não pago? — dizia o rico ao trabalhador.
— Só quem é rico, hoje em dia, é que sabe dar valor...

Trabalhas? Tens de tremer.
Trabalhas? Tens de gramar.
Trabalhas? Tens de sofrer.
Trabalhas? Tens de pagar.

Passando a perna ao serviço quem é rico diz assim:
— Impostos? Não faço isso. Isso é que é feito pra mim...

Da minha janela à tua vai um salto de formiga. É do pão da nossa fome que o Governo enche a barriga.



PERSPECTIVA

Corremos o país numa excursão que pôs o audiovisual a andar à nora com o progresso bestial cagora conhece este país, e com razão.

Bem... Não dizemos que... Claro que não. Nada é perfeito e o céu também demora. Não garantimos que, pelo país fora, tudo está feito e tudo é perfeição.

Ainda se pode, aqui e ali, dar fé de uma ou de outra fábrica de pé e de um trabalhador inda empregado.

Tenham calma. Connosco, em tempo certo, há-de este Portugal ser um deserto à beira-mar de lágrimas plantado.



Mário Castro

PCP

NOVA POLÍTICA

PARA UMA VIDA MELHOR

- **Alcobaça** - Jantar em Chiqueda, com Joaquim Gomes: sábado às 19h30
- **Alhandra** - Almoço no CT: sábado
- **Alhos Vedros** - Almoço no restaurante "O Trilho", nas Arrozeiras, com Américo Leal: domingo às 13h
- **Amadora** - Almoço no Centro de Trabalho: domingo às 13h
- **Arraiolos** - Almoço-convívio, com Lino de Carvalho: domingo às 13h
- **Aveiro** - Jantar-convívio no restaurante "O Cagaréu", com Luísa Araújo: sábado às 19.30
- **Baixa da Banheira** - Almoço no Centro de Trabalho, com Joaquim Tavares: domingo às 13h
- **Benavila** - Convívio no CT de Benavila, com Leonor Xavier: sábado às 16h
- **Bragança** - Convívio no Centro de Trabalho: domingo às 17h
- **Campo Maior** - Festa-convívio no Centro de Trabalho, com Raimundo Cabral: domingo às 17h
- **Cascais** - Convívio e debate sobre a situação internacional com Miguel Urbano Rodrigues, no CT: domingo às 15h
- **Castanheira do Ribatejo** - Café-concerto da JCP no "Carril": sábado às 22h
- **Castro Marim** - Almoço no Restaurante Girassol: domingo às 13h
- **Charneca da Caparica** - Convívio no CT, com José Manuel Maia: domingo
- **Cova da Piedade** - Convívio na Quinta da Atalaia: domingo. Animação musical com o grupo "Banza"
- **Crato** - Festa-convívio no Centro de Trabalho: domingo
- **Damaia** - Almoço no Centro de Trabalho: domingo às 13h
- **Ervedal** - Convívio no CT: domingo às 15h
- **Escoural (Montemor-o-Novo)** - Convívio no CT, com Carlos Pinto Sá: sábado às 15h
- **Espinho** - Almoço no restaurante "América", com Dias Lourenço: domingo
- **Estremoz** - no CT do PCP: sábado
- **Faro** - Almoço na COOPOFA: domingo às 13h
- **Figueira da Foz** - Almoço comemorativo, integrado na 5ª Assembleia da Organização Concelhia: domingo, restaurante "O Tubarão", com Sérgio Teixeira
- **Fronteira** - Almoço-convívio no restaurante "O Pedro", em Cabeço de Vide: domingo às 13h
- **Funchal** - Jantar no restaurante "A Parreira", com Leonel Nunes e Bláqui Teixeira: sábado
- **Gaia** - Jantar no restaurante "O Tenista", Rua Ferreira de Castro, em Vilar do Paraíso, com João Sarabando: sábado
- **Gondomar** - Almoço na Escola Preparatória de Rio Tinto, com Henrique Sousa: domingo às 13h
- **Guarda** - Almoço no Centro de Trabalho, com Aurélio Santos: domingo às 13h
- **Ílhavo** - Jantar-convívio no restaurante "Cá-nada", Gafanha de Aquém, com Luísa Araújo: sexta-feira às 20h
- **Lagos** - Convívio no CT do PCP: domingo às 17h
- **Lisboa / Freguesia de Alcântara** - Almoço-convívio no CT: domingo às 13h
- **Loulé** - Almoço: domingo às 13h
- **Mala** - Jantar-convívio no restaurante "Brasa" (Castelo da Maia), com Emídio Ribeiro: sábado
- **Marinha Grande** - Almoço na sede da Ordem: domingo às 13h
- **Marinha Grande** - Encontro-debate na Sala Abril do PCP: "A clandestinidade - histórias de lutas", com Joaquim

Gomes, Dias Lourenço, Júlio Paour, Francisco Sousa, Manuel Baridó, Tomás Rato: sexta-feira às 21.30.

- **Matosinhos** - Jantar nas instalações da Esc. Secundária Nº 1: sábado às 20h
- **Monte da Caparica** - Almoço no CT, com Carlos Humberto: domingo
- **Montemor-o-Novo** - Almoço-convívio na Esc. C+S, com Raimundo Cabral: domingo
- **Mora** - Almoço-convívio, com António Gervásio: domingo
- **Olhão** - Almoço no CT do PCP: domingo às 13h
- **Oliveira de Azeméis** - Jantar-convívio no restaurante "Milite", com Dias Lourenço: sábado
- **Palmela** - Almoço na Casa do Lavrador, com Manuel Sobral: domingo às 13h
- **Pinhal Novo** - Jantar no Centro de Trabalho, com Conceição Moraes: sábado às 20h
- **Ponte de Sor** - Almoço de confraternização, com a participação de eleitos e activistas da CDU, no restaurante "Irmãos Canha", em Montargil: sábado às 13h

- **Portalegre** - Convívio no CT, com Joaquim Miranda: domingo às 16h

- **Portimão** - Almoço nas instalações da Esc. C+S da Raminha: domingo às 13h

- **Porto** - Jantar-volante no CT da Boavista, sábado, com Henrique Sousa. Animação musical com o conjunto "Banda Rosa"

- **Póvoa de Sta. Iria** - Almoço no CT: domingo

- **Pragal** - Lanche-convívio no CT, com Jorge Pires: domingo

- **Quinta do Conde** - Almoço-convívio no CT, com Domingos Abrantes: domingo às 13h

- **S. Domingos de Rana** -

Almoço-convívio no CT de Tires, com Júlio Filipe: domingo às 13h

- **S. João da Madeira** - Sessão-debate na Biblioteca Municipal, com Dias Lourenço: sábado às 16h

- **Santarém** - Almoço nas instalações da Assoc. Recr. e Cult. de Almoester, com Vítor Dias: domingo

- **Setúbal** - Almoço-convívio no restaurante "O Manel", em Vendas de Azeitão: domingo às 13h

- **Silves** - Almoço nas instalações da Escola Preparatória: domingo às 13h

- **Tavira** - Almoço no Restaurante Clube, em Sta. Luzia: domingo às 13h

- **Torres Vedras** - Jantar no restaurante "Lagartinho" (Feira de S. Pedro), com Domingos Lopes: sábado às 20h

- **Valongo** - Jantar no restaurante "Barrelo-Campo": sábado às 20h30

- **Vendas Novas** - Festa-convívio no CT, com José Soeiro: sábado às 21h

- **Vila Real de Stº António** - Almoço na Escola Secundária: domingo às 13h

Atenção!

Muitas destas iniciativas realizam-se em recintos com lotações limitadas. Inscreve-te com antecedência nos Centros de Trabalho do Partido!

*

A célula da Lisnave comemora o 73º Aniversário do PCP **trabalhando!**

Tarefa: recuperação do moinho da Atalaia que está desactivado
Domingo, na Quinta da Atalaia

Comícios

73º Aniversário do PCP - 20 anos do 25 de Abril

Lisboa

4 Março '94

21 horas

Pav. Desportos
com
Carlos Carvalhas

Porto

13 Março '94

15 horas

Mercado
Ferreira Borges
com
Álvaro Cunhal

Seixal

Domingo às 13h

Almoço no restaurante "Quinta da Valenciana"

(Fernão Ferro)

com a participação de

Carlos Carvalhas

Canções por Luísa Basto

Sintra

Sábado às 13h

Almoço no restaurante "A Tendinha" - Sala do Rio

(Estrada de Mem Martins, 211)

com a participação de

Carlos Carvalhas

Assembleias, reuniões e plenários

AVEIRO

Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro: sábado, 5, a partir das 14.30, no salão da Junta de Freguesia de Vera Cruz, com a participação da camarada Luísa Araújo.

Assembleia da Organização Concelhia de Ovar: sábado, a partir das 15.00, na Albergaria de S. Cristóvão, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

COIMBRA

Reunião plenária da Organização de Professores de Coimbra, para discussão de aspectos da situação política e social, questões de Direcção e Organização e do Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, a realizar nos dias 19 e 20 de Março: 6ª feira, 4, às 21.30, no Centro de Trabalho de Coimbra, com a participação do camarada Sérgio Teixeira.

FIGUEIRA DA FOZ

5ª Assembleia da Organização Concelhia da Figueira da Foz: domingo, 6, no Aparthotel Atlântico, com início às 10.30, seguindo-se almoço comemorativo do 73º aniversário do PCP no restaurante "O Tubarão". Participa o camarada Sérgio Teixeira.

LISBOA

5ª Assembleia da célula do PCP na Marconi, aberta a convidados: sábado, 5, das 14.30 às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória. Às 12.30, no mesmo local, almoço-convívio.

Reunião do núcleo da Ed. Caminho/Capuchos: 5ª feira, 3, às 13.00.

Reunião da célula dos Gráficos: no CT da Av. Duque de Loulé, 5ª feira, às 19.00.

Reunião do núcleo sindical da CML: 5ª feira, às 19.00, no CT Vitória.

Reunião da Comissão Dinamizadora do Convívio dos Escritórios: 2ª feira, 7, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Reunião de Quadros Téc. Bancários: 3ª feira, 8, às 17.30, no CT Vitória.

MARINHA GRANDE

Reunião de Reformados comunistas: 6ª feira, dia 4, às 15.30, no CT do PCP, para informações sobre o movimento unitário dos Reformados e assinalando também o 73º aniversário do PCP.

SANTARÉM

6ª Assembleia da Organização Concelhia de Santarém: nas instalações da Associação Recreativa e Cultural de Almoester, domingo, 6, a partir das 10.00, com a participação do camarada Vítor Dias. Às 13.00, realiza-se no mesmo local um almoço comemorativo do 73º aniversário do PCP.

SINTRA

Rio de Mouro - Plenário de militantes da freguesia, para discussão da situação política e social e tarefas do Partido. Entrega dos novos cartões 94/95. Sábado, 5, às 15.30, no CT de Rio de Mouro, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

Pero Pinheiro - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 5, às 16.00, com a participação do camarada António Cordeiro.

Sábado, 5 de Março

Romagem ao Monumento aos Tarrafalistas

no Cemitério do Alto de S. João

(Concentração às 11h — na porta principal)

TELEVISÃO

Quinta, 3

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.55 Doidinha por Homens
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos Com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.20 Lotaria Nacional
18.25 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 Isto... Só Vídeo!
22.05 Ralos e Coriscos
23.35 Os Anos de Ouro
00.25 24 Horas
01.05 Evil Toons
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Televidas
11.55 Rali de Portugal
13.00 Robert Liebling
13.45 A Caminho com Ulisses
14.15 Sem Legendas
15.20 Força Bruta
16.10 Pé Grande e os Amigos
16.35 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Rali de Portugal
18.30 A Sombra da Dúvida
19.20 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Reggan
20.50 Sem Limites
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 RTP - Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.35 Você é Excepcional
00.25 Leve-me a Casa
01.20 Magazine "Teatro"

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.40 Tostões e Milhões
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Os Monstros

QUATRO

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.05 Animação
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Rosa Baiana
16.25 Caixa de Perguntas
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Artur Albarran
23.45 Ponto Final
24.00 O Caso Cicero
(ver «Filmes na TV»)



Os Simpsons, bónus de sábado, à noite, no Canal 1

Sexta, 4

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.35 Shane
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
22.30 Concurso "1, 2, 3"
23.00 Gente Vulgar
(ver «Filmes na TV»)
01.10 24 Horas
01.50 O Crepúsculo dos Heróis
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 Robert Liebling
13.45 Segredos do Mundo
14.15 Rali de Portugal
15.15 Vida Animal
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.50 Infantil
17.45 A Sombra da Dúvida
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.25 Sinais do Tempo
00.25 Sonata de Outono
(ver «Filmes na TV»)

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Chuva de Estrelas
22.40 Na Cama Com...
23.50 Último Jornal
00.15 Os Donos da Bola
00.25 Playboy
01.00 Sentença Final
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.05 Mulherzinhas
12.25 Um Dia a Casa Cai
12.50 Dama de Rosa
13.40 A Amiga Olga
14.05 Uma Casa na Pradaria
15.00 Duque de Ouros
15.55 Fórum
16.55 A Casa do Tio Carlos
17.25 Quem Sai aos Seus
17.45 Topázio
18.25 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 O Sonho do Oeste
21.30 Musical: "A Reunião da Família Jackson"
23.45 Ponto Final
24.00 A Guerra do Marfim
(filme)

Domingo, 6

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.00 Blosson
15.00 Perseguição Infernal
(ver «Filmes na TV»)
18.45 Top Nacional
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Mandala
22.40 Os Bonecos da Bola
23.10 A Legião estrangeira
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Clips e Spots

TV 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Saudades de Portugal
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.25 Fórum Musical
13.15 Regiões
14.25 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
22.50 Artes e Letras: «Miguel Torga»
23.50 Quarto para Alugar
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Passarinhos e Passarões
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Santo
17.05 Escândalos de Hollywood
17.35 Que Bem se Está no Campo
18.35 Obras em Casa
19.05 Os Imortais
20.00 Jornal da Noite
20.40 O Primogénito
21.30 O Circo
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Conversas Curtas
24.00 Último Jornal
00.25 Os Monstros

QUATRO

10.00 Animação
10.30 A Casa do Tio Carlos
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Índia: Histórias que Fazem História (2ª parte)
14.00 Animação
14.25 Fang
14.55 Vamos ao Circo
15.55 Já Tocou na Faculdade
16.25 O Novo Caminho das Estrelas
17.15 Sherlock Holmes
18.55 Moda
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.50 Passados dos Carretos
21.20 Maravilhas
23.20 Caixa de Perguntas
23.55 Informação
00.10 Modelo e Detective

Segunda, 7

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.40 Boeing, Boeing
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.30 A Filha da Cornélia
23.00 As Teias da Lei
23.55 Quando Toca a Vez
00.25 24 Horas
01.05 Harley Davidson e o Cowboy do Asfalto
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Televidas
12.00 Missa
13.00 Um Advogado em Berlim
13.50 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.20 A Fama no Séc. XX
16.10 Pé Grande e os Amigos
16.35 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 A Sombra da Dúvida
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Epidemias
20.40 Crimes
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
21.55 Gala do Prémio Niki (transm. directa)
23.30 Remate
23.40 Amazônia
00.35 Magazine «Cinema»

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
17.00 E o Resto é Conversa
18.00 Notícias
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Ora Bolas, Marina
22.10 Comandos para Vencer
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola
00.55 Os Monstros

QUATRO

12.00 Um Dia a Casa Cai
12.30 Animação
12.40 Rosa Baiana
13.30 A Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 A Amiga Olga
16.00 Quatro Ventos
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Especial Informação
23.05 Desporto
23.35 Ponto Final
23.50 Modelo e Detective
00.45 Fórum

Terça, 8

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Questão de Conveniência
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Sarilhos com Elas
16.55 Crime, Disse Ela
18.00 Marina, Marina
18.25 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.30 Mandala
21.35 Os Inocentes
22.15 Nico d'Obra
22.45 Guarda do Palácio
00.15 De Caras
01.45 24 Horas
02.25 Um Realizador em Apuros
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.25 Um Advogado em Berlim
13.40 Djembefola
14.15 Sem Legendas
15.00 Para Além do Ano 2000
15.50 Pé Grande e os Amigos
16.15 O Trienador
16.45 Infantil
17.20 Rali de Portugal
17.50 A Sombra da Dúvida
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10



Shamrock and Roll - sob este nome se reúnem num programa a transmitir, no sábado, às 13.30, na TV2 os irlandeses que na música se impuseram além-fronteiras. Entre eles, Sinéad O'Connor.

Amazônia
22.55 Remate
23.15 Ideias com História
23.55 A Gaiola das Malucas II
(ver «Filmes na TV»)

SIC

12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Assuntos de Família
18.00 Notícias
17.00 E o Resto é Conversa
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 A Brincar, a Brincar
22.10 Terra à Noite
23.20 Amor e Guerra
23.50 A Bolsa e a Vida
23.55 Último Jornal
00.20 Internacional Sic
00.50 Os Monstros

QUATRO

12.00 Um Dia a Casa Cai
12.40 Rosa Baiana
13.30 A Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 A Amiga Olga
16.00 Os Construtores da História
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Perdidos e Achados
22.00 A Corrida Mais Louca do Mundo
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Ponto Final
00.30 Maigret

Quarta, 9

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.50 Escândalo ao Sol
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Crime, Disse Ela
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Verão Quente
19.50 RTP-Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 Vamos Jogar no Totobola
20.55 Mandala
21.50 Sozinhos em Casa
22.25 A Mão que Embala o Berço
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
00.55 Imunidade
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 Um Advogado em Berlim
14.00 Universidade Aberta
14.30 Sem Legendas
15.15 Pé Grande e os Amigos
15.40 Futebol: Polónia-Portugal
18.00 A Sombra da Dúvida
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.00 O Último Show na Terra
20.45 Realce
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.00



RTP/Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Ouvir e Falar
24.00 Heimatt II
00.55 Magazine «Ver Artes»

SIC

12.05 E o Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 Os Donos da Bola
14.15 Futebol
16.00 O Passageiro Imprevisto
16.30 Notícias
16.40 Dias Felizes
17.00 E o Resto é Conversa
18.00 Notícias
18.10 O Mapa da Mina
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Falas Tu ou Falou Eu
22.40 O Pecado Mora Aqui
23.40 Sessions
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Os Monstros

QUATRO

12.00 Um Dia a Casa Cai
12.30 Animação
12.40 Rosa Baiana
13.30 A Dama de Rosa
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 A Amiga Olga
16.00 Informação Religiosa
16.30 Animação
16.45 A Casa do Tio Carlos
17.15 Quem Sai aos Seus
17.50 Topázio
18.35 Estrela
19.30 Informação Quatro
20.00 O Justiciero
20.55 Rua Jump, 21
21.45 Queridos Inimigos
23.05 A Semente da Tragédia
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Ponto Final



The Jackson's Five, agora crescidinhos, reunidos num concerto de gala feito para «consertar» a imagem abalada principalmente do mais lucrativo dos seus membros, Michael Jackson: sexta à noite na Quatro

«Por isto e por aquilo...»

O Caso Cícero (Quinta, 24.00, Quatro)

Um aparentemente pacato e inofensivo mordomo da embaixada inglesa em Ankara, Diello, resolve começar a entregar aos nazis informações ultra-secretas, a troca de bom dinheiro, para o que se serve dos favores da condessa Staviska, pela qual entretanto se apaixonou. Entre esses documentos, o nosso espião (que escolheu o nome de Cícero), faz chegar aos alemães os planos de desembarque dos aliados na Normandia, mas estes não levam o caso a sério, enquanto que, pelo seu lado, Cícero acabará por descobrir que havia sido pago com dinheiro falso... Este famoso filme de espionagem de Joseph L. Mankiewicz (livremente inspirado em factos reais que serviram de inspiração ao livro *Operação Cícero*, de L. C. Moyzich) ficou na história do género como uma das suas obras-primas, impregnado de um calmo suspense, e, ainda, envolvido pelo humor extremamente subtil que rodeia a fabulosa interpretação de James Mason. Um filme que, junto com obras como *Eva*, *Júlio César* ou *Cleópatra*, faz parte do excelente ciclo que em boa hora a Quatro hoje começa a transmitir, dedicado a Joseph L. Mankiewicz - um dos mais inteligentes realizadores de Hollywood, verdadeiramente apaixonado pelo teatro (no que apresenta alguns traços comuns a um Luchino Visconti, por exemplo), com uma brilhante carreira abrangendo praticamente todos os géneros e com um estilo sofisticado, elegante e simultaneamente discreto que envolve um olhar sobre o mundo, a um tempo lúcido, sereno, caloroso e pessimista. Um grande senhor do cinema que, ao contrário de alguns dos seus pares contemporâneos, privilegiava a inteligência dos diálogos às artificiais redundâncias da acção.

Shane (Sexta, 14.35, Canal 1)

Outra obra-prima a iluminar uma semana particularmente parca em grandes acontecimentos cinematográficos na televisão - e, mesmo assim, infelizmente transmitido num horário que não lhe presta a devida homenagem -, é *Shane*, uma das obras míticas do western norte-americano. *Shane* é a figura clássica do homem solitário que vem de «parte nenhuma» e chega a um vale, em Wyoming, onde os pequenos proprietários das fazendas estão em luta contra os grandes rancheiros que os pretendem expulsar das terras que consideram «suas», servindo-se, como «argumento», dos serviços de um impiedoso pistoleiro vestido de negro. É ali que *Shane* ganha a confiança de uma família de pequenos proprietários - em particular do filho do casal, que positivamente o transforma em seu ídolo - e permanece ao seu serviço. Realizado com a noção exacta do tempo narrativo cinematográfico - que era uma das grandes qualidades de um dos mais meticolosos realizadores do cinema norte-americano, George Stevens -, *Shane* desenvolve-se numa série de sequências em que a tensão e a distensão dramáticas alternam, até chegarmos ao confronto final entre o cowboy solitário e o pistoleiro profissional. Pelo meio, Stevens encena momentos de verdadeira antologia no género, como a cena em que *Shane* se recusa, pela primeira vez, a usar a violência para responder às provocações dos capangas de um grande proprietário; ou a da famosa entrada no saloon do pistoleiro a soldo deste, simbolicamente sublinhada pelo plano do cão a abandonar em pânico o local; ou, ainda, a da comovente sequência final da despedida entre *Shane* e o filho do casal. Um filme em que avultam a esplendorosa fotografia de Loyal Griggs, justamente premiada com um Oscar, para além das brilhantes interpretações de Alan Ladd (seguramente no seu melhor papel no cinema), de Jack Palance (sinistro e imponente na composição da figura do pistoleiro, praticamente sem «linhas de diálogo» atribuídas) e, ainda, de Van Heflin, Jean Arthur e do jovem Brandon De Wilde, na família que acolhe *Shane*.

Gente Vulgar (Sexta, 23.00, Canal 1)

Se *Shane* parece resistir inabalável ao tempo - e, tal como os vinhos, quanto mais velho é, mais sabor se lhe encontra - não se sabe se a agradável impressão da estreia de Robert Redford no cinema (*Gente Vulgar*) resistirá com a passagem dos anos. A memória que perdura é que se trata de um filme com um argumento dramático credível e eficazmente posto em cena, embora deixando traçar um estilo que não se afasta muito dos melhores trabalhos televisivos - talvez porque a planificação para aí o empurra, talvez porque é fundamentalmente um filme de actores: a família Jarrett, que vive nos subúrbios de Chicago, é atingida pela morte do filho mais velho, afogado na sequência de um naufrágio quando velejava, e este facto marca em particular o filho mais novo, que se considera responsável e é em consequência internado numa casa de repouso onde conhece uma rapariga que vem mais tarde a suicidar-se, o que agrava ainda mais a «consistência nervosa» do jovem. Um filme feito de longos silêncios, quase sem palavras, em que o diálogo entre os membros da

família é quase inexistente - substituído que é, no caso do pai, pelo ensaio forçado e nevrótico de alguns desajeitados sorrisos com que tenta comunicar com o filho - até ao ponto de a situação se tornar insuportável para a mãe, que cede à «lei da ética e das aparências» e abandona o lar. As interpretações de Donald Sutherland, Mary Tyler Moore e Timothy Hutton contribuem seguramente para o êxito de um filme que caiu nas «boas graças» da Academia, já que foi galardoado com três Oscars (Melhor Actor Secundário para Timothy Hutton, Melhor Realizador, para Robert Redford, Melhor Argumento, para Alvin Sergent e, algo exagerada e surpreendentemente, Melhor Filme).

Sonata de Outono (Sexta, 00.25, TV 2)

Ao fim de trinta e cinco anos de carreira (e quatro décadas após Ingmar Bergman se ter estreado no cinema), Ingmar Bergman viu finalmente chegada a oportunidade para trabalhar num filme com a sua compatriota - uma oportunidade que ficou a constituir, afinal, a última aparição da grande atriz no cinema. Percebemos, agora, que Ingmar esperou que chegasse a oportunidade de atribuir a Ingrid um papel que finalmente estivesse à sua altura - o que veio a resultar, nem mais nem menos, na melhor interpretação da sua brilhantíssima carreira, excelentemente acompanhada, aliás, por essa outra grande intérprete que é Liv Ullmann. Ambas representam admiravelmente os papéis de mãe e filha: a primeira, uma amosa pianista - o que nos faz recordá-la nas duas versões de *Intermezzo*, a de George Molander (1936) e a de Gregory Ratoff (1939); a segunda, que tem a seu cargo um outra irmã, gravemente padecendo de uma doença nervosa, que fora retirar a uma instituição de saúde onde a mãe de ambas a colocara. Este profundo drama fami-

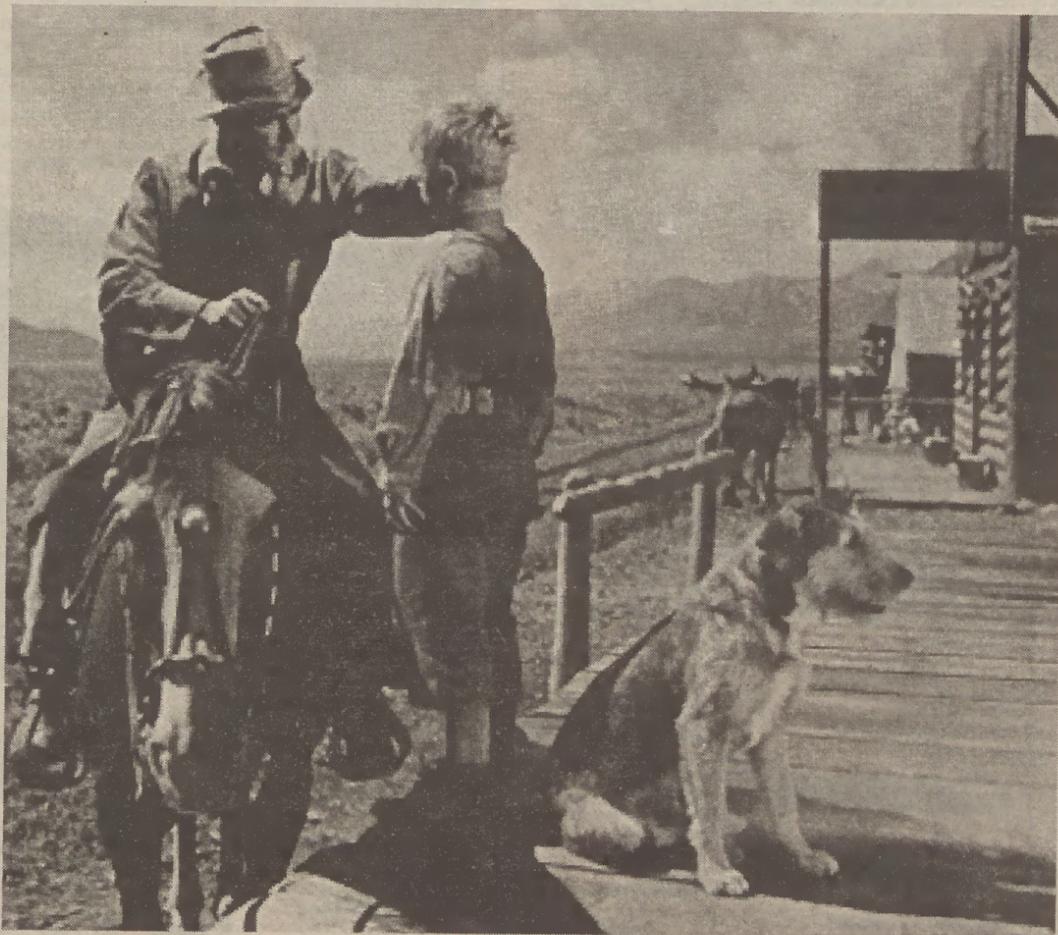
das câmaras de um escritor e argumentista - William Peter Blatty - que soube erguer um thriller invulgar.

Passarinhos e Passarões (Domingo, 14.30, SIC)

A crítica cinematográfica Emanuelle Neto sintetiza do seguinte modo o significado deste filme de Pier Paolo Pasolini: «Conto filosófico onde se demonstra o diálogo impossível entre o intelectual (homem da clarividência e da verdade) com o povo (esses bárbaros, de inocência perfeita)». Há que ver nesta irónica e insólita observação (que se compreende perante o insólito contexto do filme) uma perfeita correspondência com o seu amargo e irresistível argumento: pai e filho, errando pelas ruas, encontram um corvo estranhamente dotado para falar, o qual, acompanhando-os sempre na sua vária itinerância, constantemente discute e opina sobre os acontecimentos que vão ocorrendo. Até que, cansados das suas absurdas teorias, ambos decidem finalmente desembaraçar-se dele... comendo-o à beira da estrada! Vai uma espreitadela?

O Circo (Domingo, 21.30, SIC)

«É natural que *O Circo* vá agradar intensamente àqueles que esperavam mais de *A Quimera do Ouro*, mas, ao mesmo tempo, poderá desapontar um pouco todos os que se regalaram com a poesia, o pathos e o fino humor desta sua anterior aventura. Os filmes de Chaplin lembram-nos aquele escocês que dizia que todo o whiskey é bom mas que algumas marcas são melhores que outras. Chaplin nunca falha em espicaçar a fantasia de cada um. Ele faz saltar as máscaras dos deprimidos ou dos cínicos e acaba por lhes mostrar os



A famosa cena final de «Shane», de George Stevens, em que Shane (Alan Ladd) se despede do seu jovem amigo Joey (Brandon De Wilde)



Mary Tyler Moore e Timothy Hutton, em «Gente Vulgar», de Robert Redford



Charlotte (Ingrid Bergman) tenta uma aproximação à sua filha Eva (Liv Ullmann), em «Sonata de Outono», de Ingmar Bergman

rostos transformados pela alegria.» Assim rezava o *New York Times* à época da estreia de *O Circo*, um filme em que vamos encontrar o vagabundo Charlot, vítima de uma falsa acusação, a ser perseguido pela polícia no interior de um circo ambulante, e, finalmente ilibado, ser ali acolhido como um dos seus membros. O leitor facilmente adivinha a série de arriscadas aventuras em que ele se mete, as paixões e as desilusões amorosas em que se envolve, até que é despedido por indecente e má figura, não sem que, antes, nos espante com um hilariante e fabuloso número na «corda bamba». Um filme que, repleto de situações hilariantes (que o autor não deixa de compensar com a habitual dose de sequências comoventes), foi contemplado, no primeiro ano em que a Academia de Hollywood atribuiu os seus prémios,

com um Oscar especial, «pela versatilidade e o génio da escrita, da representação, da direcção e da produção».

Escândalo ao Sol (Quarta, 14.50, Canal 1)

Nos nossos dias completamente ultrapassado (e mesmo arriscando-se a sossobrar no ridículo), *Escândalo ao Sol* foi, à época, um tremendo êxito de bilheteira, por tratar de uma temática muito explorada pelos produtores de Hollywood dos anos 50 - essa imagem do *american way of life*, invadida pelas histórias mais ou menos proibidas de paixões tórridas entre adolescentes, em contestação aos adultérios e aos divórcios entre adultos, tudo se passando em vivendas luxuosas à beira do mar... Hoje um objecto de verdadeiro *kitsch*, o filme de Delmer Daves constituiu, à época, um esforço apreciável do realizador para se adaptar às modas vigentes. Daí o destaque.

liar, em que a mãe é confrontada com o egoísmo a que a sua carreira profissional a votara e com a sua incapacidade de enfrentar a doença da filha mais nova, desenrola-se ao longo de uma longa noite de insónias em que as duas personagens principais gradualmente se afrontam, por entre gritos e sussurros, na sua troca de acusações, memórias, insultos e mútuos temores e terrores - que o grande cineasta espelha no fabuloso e simbólico conflito acerca da interpretação de um Prelúdio de Chopin. Um filme em que, à espantosa «estrela de cinema», que sempre foi Ingrid Bergman, o realizador Ingmar Bergman vai arrancar a outra (e também verdadeira) face da fabulosa atriz - uma mulher esplendorosa em cujos lábios, na justa expressão de Roger Ebert, sempre se adivinhou o pensamento das palavras, antes de elas serem ditas...



Charlot na corda bamba, a famosa cena de «O Circo», de Charlie Chaplin

O Crepúsculo dos Heróis (Sexta, 01.50, Canal 1)

Um asilo militar para loucos, dirigido por um oficial não menos louco, alberga uma série de personagens, cada qual o mais excêntrico e demente, que se degladiam ferozmente como forma de iludir a crueldade e a indiferença perante os conflitos em que todos eles estiveram envolvidos nas guerras em que participaram. Um ambiente de cortar à faca, a justificar imagens fortes e disputas violentas, numa catadupa de diálogos que despertam no espectador a hilariedade mas também a reflexão, face às constantes «provocações» a que está sujeito. Foi a brilhante estreia atrás

Francisco
Costa

Guardado está o bocado...

Talvez por constantemente se confrontar com uma situação de cada vez mais profunda degenerescência da actual oferta televisiva, a crítica especializada - mesmo a mais exigente - sente-se obrigada a agarrar-se aos mínimos «sinais positivos» das programações dos vários canais, para não desesperar de todo face à imagem negativa do que é diariamente proposto aos espectadores portugueses.

É assim que, numa posição de muitíssima boa vontade - e pondo agora de parte a vergonhosa vertente de divertimento dessas programações, que jamais atingiu tão baixo nível - chegamos a considerar, como «aceitável», a única relativa melhoria que o advento dos operadores privados de televisão veio trazer, directa ou indirectamente, aos vários programas de informação, em concreto aos chamados *telejornais* dessas mesmas estações. Sem retirar uma vírgula ao que já aqui temos largamente escrito quanto a importantes questões relativas à exclusão ideológica e ao sectarismo que, com maior ou menor escândalo, continuam a verificar-se na generalidade dos serviços informativos - é evidente que, aqui e ali, passou a ser mais claro ao espectador que, afinal, há neste país personalidades, instituições, partidos, organizações sociais que surgem perante a opinião pública a contestar os vários aspectos da profunda degradação política, económica, social e cultural da realidade nacional - e a apresentar soluções alternativas.

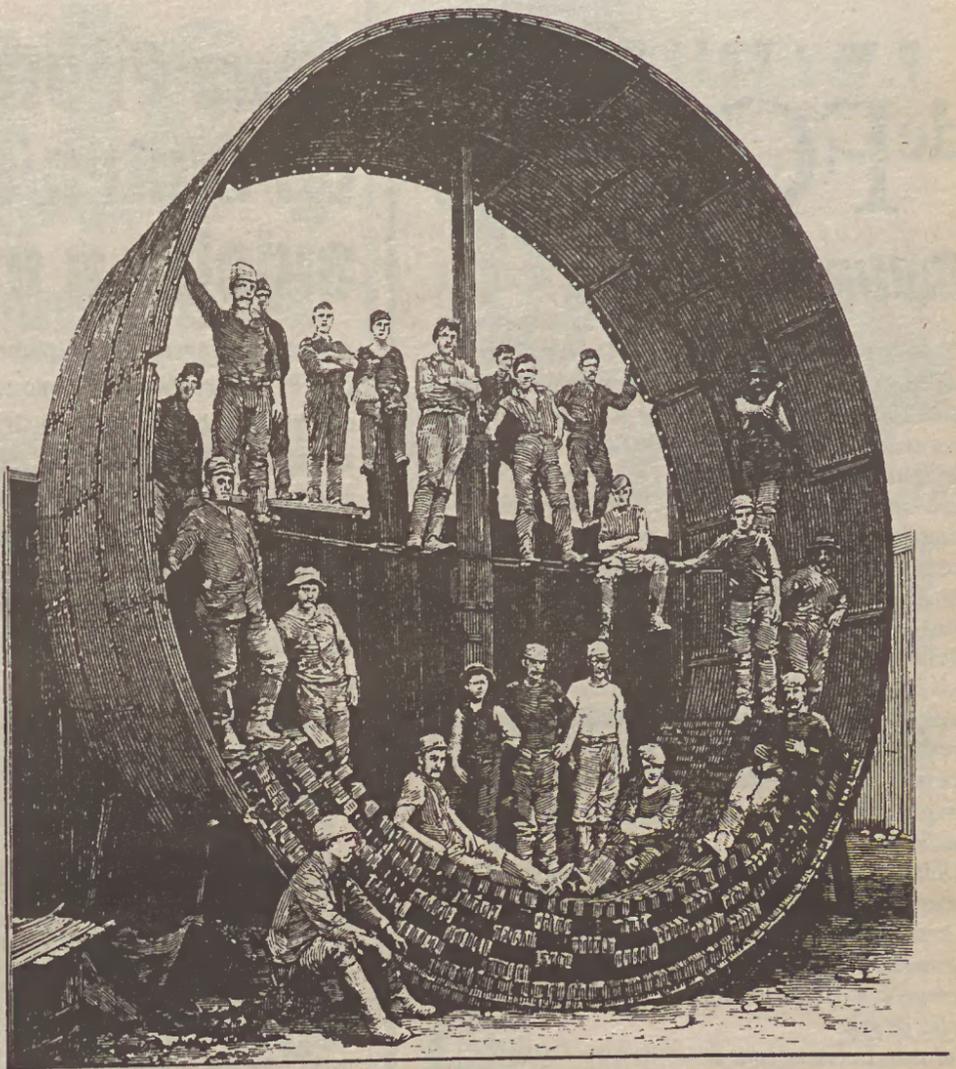
Dito isto, não deixa de ser importante continuar a denunciar essa outra face, cada vez mais preocupante e abjecta, da nossa informação televisiva: a progressiva tendência para transformar grossa fatia do conteúdo dos *telejornais* do «horário nobre» em *sucursais audiovisuais* dos pasquins que por aí proliferam e em que abundam as notícias que se sustentam do *jornalismo de pacotilha*, na exploração de todos os *voyeurismos* e *primarismos* latentes, ao privilegiar acriticamente o crime, a agressividade e a violência de toda espécie - um género de informação que, ainda por cima, tem a sua duplicação em múltiplos espaços «especializados» da restante pro-

gramação - perante a indiferença ética e deontológica e, dir-se-ia mesmo, o desejo de protagonismo dos próprios jornalistas, que parece não quererem perceber que estão a ser transformados em verdadeiros «abutres», chafurdando no que de mais podre e rasteiro a sociedade é capaz de gerar.

É assim interessante constatar, como excepção à regra, que é possível fazer um outro tipo de informação, sobretudo tendo como «fonte de abastecimento» os vários ângulos do retrato da dinâmica da economia e das movimentações sociais na chamada «sociedade ocidental» - os verdadeiros motores da realidade contemporânea neste final de século.

É o que modestamente faz, em cinco minutos diários, um programinha que dá pelo nome de «RTP - Financial Times» e que, significativamente, o Canal 1 e a TV 2 relegam, como espaço quase «clandestino», para aqueles momentos em que é suposto o espectador estar a premir os botões do seu «(des)controlo à distância», à procura da (menos má) *tele-novela*.

Se o leitor quiser fazer uma pequena comparação entre o que



de supérfluo lhe impingem e o que de importante lhe escamoteiam, no *Telejornal*, perca alguns minutos a «ver», em alguns excertos que nesta página publicamos, o que a RTP «escondeu» nas várias edições da semana passada do «RTP-FT».

E vai ver que encontrará, nas linhas e entrelinhas dos textos das notícias, muitas coisas interessantes de que, se calhar, não fazia nenhuma ideia...

«O salário médio de um trabalhador checo é de 35 contos por mês: este é o principal atractivo de uma economia em rápida transição para o mercado. Praga é uma cidade com sinais de semelhança cada vez maiores com a Europa ocidental. (...) Com o apoio de capital estrangeiro, a República Checa inaugurou este mês a sua primeira estação de televisão privada.»

«Eles perceberam qual o melhor meio de comunicação para divulgar a sua mensagem. Na Europa central, a maioria das pessoas tem televisão.»

(Ronald Lander - Central European Development Corporation)

«A República Checa, em termos económicos e culturais, é ocidental, o que gera um clima que faz com que um estrangeiro vindo do Ocidente se sinta em casa...»

(Heinrich Sittler - Credit Lyonnais)

«(...) a jóia da coroa da economia checa é a fábrica de automóveis Skoda, detida em 80% pela alemã Volkswagen. (...)»

«A BMW mostrou-se hoje disponível para comprar à Honda a sua posição na Rover. Os alemães poderão, assim, vir a controlar a 100% o grupo britânico. Esta manhã, em Tóquio, os japoneses confirmaram a decisão de vender a sua participação de 20% no grupo Rover, cujo controlo foi

adquirido há três semanas pela BMW.»

(«RTP-FT» - Canal 1 e TV 2, 21.02.94)

«Estamos a apenas seis dias do termo do prazo final das negociações para alargar a União Europeia. (...) Mas há grandes divisões nos *dossiers* agrícola, das pescas e dos transportes. (...) Os agricultores finlandeses derrubaram, em Helsínquia, a bandeira da União e congelaram as estradas, numa ilustração de que climas frios não se compadecem com a PAC. (...) Madrid vetou em Bruxelas a proposta de Helsínquia de uma ajuda especial à sua política agrícola e regional. No sector das pescas, é também a Espanha a liderar, ao lado da França e da Irlanda, a oposição às exigências da Noruega: é o peixe importado mais barato que fez zangar os franceses, enquanto os espanhóis afiam os arpões para lutar pelo regresso às águas norueguesas, de onde foram expulsos em 81.»

«1 de Janeiro de 1993: em Bratislava é içada, pela primeira vez, a nova bandeira da Eslováquia. Um ano depois, a transição para a economia de mercado tem sido lenta e dolorosa: o desemprego situa-se nos 14,5%, a inflação nos 25% (...) 65 mil pessoas perderam o emprego. A indústria de construção naval, agora privatizada, procura no Ocidente novos mercados, mas os investidores ocidentais não se mostram entusiasmados; queixam-se das hesitações e da falta

Zabia que...

de transparência da política económica de Bratislava. (...)»

«Em Itália, os sindicatos conseguiram travar um novo plano do Grupo Fiat para despedir mais 16 mil pessoas. (...)»

«Na Alemanha, cresce o movimento de contestação liderado pela IG Metal, a poderosa central sindical metalúrgica. De segunda-feira a oito dias, começa uma nova série de greves que poderá atingir cerca de um milhão e meio de trabalhadores e paralisar a Alemanha.»

(Londres: Unilever despede 7500 pessoas.)

(«RTP-FT» - Canal 1 e TV 2, 22.02.94)

«A Comissão Europeia parece estar disposta a ceder às pressões da indústria farmacêutica no sentido de acabar com os preços controlados dos medicamentos. Os governos de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Grécia e Luxemburgo controlam ainda, directamente, o preço das especialidades farmacêuticas - uma situação que tem sido alvo da contestação das multinacionais, que acusam os governos dos seis países de, ao redu-

zirem a margem de lucro das companhias farmacêuticas, estarem a prejudicar a pesquisa de novos medicamentos. (...)»

(«RTP-FT» - Canal 1 e TV 2, 23.02.94)

«Tempos bem mais difíceis enfrenta a Ucrânia. Em nenhum outro país a desintegração da União Soviética teve um impacto tão negativo.»

«Parte do que importa dizer é que o velho sistema centralizado funcionava melhor que o actual.»

(Richard Portes - Centro de Pesquisa Económica)

«(...) O estado da economia é caótico: a hiperinflação atingiu os 3000% em 93. (...) Dois anos

depois da independência, o PIB caiu 25% e a produção industrial diminuiu um terço. (...) Com eleições em Março, poucos ucranianos acreditam na mudança e estão preocupados com a simples sobrevivência do dia-a-dia.»

(«RTP-FT» - Canal 1 e TV 2, 24.02.94)

«Frankfurt: Alemanha vai exportar Cadillacs para os Estados Unidos.»

(«RTP-FT» - Canal 1 e TV 2, 25.02.94)

Últimas!

Foi no *Telejornal* da última segunda-feira: o jornalista Cândido de Azevedo acompanhou o périplo dos membros do PSD nessa espécie de «deputância aberta» pelo estado da ecologia e do ambiente que, pelos vistos, tanto os preocupa. A certa altura, o jornalista refere com incontido espanto, que Demétrio Alves estivera presente durante a visita à Estação de Tratamento de Frielas (como se fosse um acto «normal» os autarcas alhearem-se da discussão frontal dos problemas que afectam os municípios para que foram eleitos). E qual foi a única frase que, com imagem e som, Cândido de Azevedo escolheu das declarações feitas na ocasião pelo Presidente da Câmara de Loures?: «Agora sim, a coisa vai!» Um pândego... este cândido!



de FOICE

Cultura

"Cultura, cultura, cultura, cultura..." Deviam ser para aí umas duas da manhã quando o grito solitário se fez ouvir numa 24 de Julho em plena hora de ponta. Rivalizando com as filas de carros na prática do "devagar, devagarinho e parado", pontuada por toques de buzina para espantar sonos e enfados, milhares de pessoas de todas as idades deslocavam-se para baixo e para cima em vagas aparentemente sem rumo, adquirida há muito a certeza de que fosse o que fosse estava a rebentar pelas costuras.

Bandos de adolescentes eufóricos, indiferentes à chuva, palmilhavam a "sétima colina", na esperança de um copo qualquer e de alguma coisa com que entreter o estômago, sedentos e famintos desde que no Parque Eduardo VII se apagaram as últimas luzes do fogo de artifício que como, sempre soube a pouco na confirmação da sua efémera qualidade.

A história tinham já passado os palhaços que muito tempo antes invadiram as Portas de Santo Antão, as vaías a Cavaco Silva, os apupos aos casacos de peles, os comentários chistosos aos carros de luxo que entupiram os acessos do Coliseu. Desabafos de quem fica de fora em noites de gala.

Foi assim Lisboa na noite de estreia como Capital da Cultura.

Por uma vez, o público superou a oferta e cultura - que a houve - não chegou para as encomendas.

Ao contrário do que certas cabeças "bem pensantes" e reconhecida incontinência verbal andam por aí a proclamar, não há memória de enfartes de cultura ou indigestões por empanturramentos da dita.

Ao contrário do que alguns pensam e dizem despidoradamente nos privilegiados meios de comunicação que até lhes pagam pelo que debitam, há muito boa gente para quem o acesso à cultura não é uma pessegada.

É claro que para esses milhares e milhares de pessoas que não se podem dar ao luxo de dar um saltinho a Madrid, rumar até Paris ou Londres, voar até aos 'states', Lisboa Capital da Cultura é uma oportunidade única a não perder, na medida do possível, por muito que isso incomode os 'habitués' das salas meio vazias de súbito invadidas por hordas de público sem gravatas de seda nem trajos de lantejoulas para coluna social ver.

O problema no pontapé de saída de Lisboa Capital da Cultura foi outro.

A verdade é que o pessoal levou a sério essa palavra de ordem em boa hora inventada de "Lisboa não pára" e saiu para a rua, a mostrar ao mundo dos bem pensantes que nestas coisas de brios ninguém nos vence e não são umas rabanadas de vento, uns aguaceiros que não lembram ao diabo e o pão-nosso-dos-engarrafamentos-de-todos-os-dias que impedem as lusas gentes de mostrar que estão vivas e mais do que disponíveis para aproveitar até ao tutano a oportunidade de participar em eventos a que de outra forma não podem chegar, que se a vontade é muita nem por isso os meios deixam de ser escassos.

O pior foi o resto. É que o que para alguns empanturra - de barriga cheia falando -, para outros sabe a pouco. E no caso vertente a oferta foi menor do que a procura. O que não é o mesmo dizer, da primeira, que não houve ou não foi de qualidade, mas que ficou aquém das expectativas. Quase dá para pensar que as múltiplas adesões à iniciativa não acreditaram na sua própria capacidade de persuasão e, por causa das moscas, se cortaram nas encomendas, acabando por ficar com o ónus do já acabou, dos stocks esgotados, do tenha paciência mas estamos cheios, volte cá amanhã e outras coisas do género.

Valeu, na ocorrência, o desportivismo das hostes. O espectáculo já foi? Ao menos, come-se alguma coisa... venha um pastelinho de bacalhau... Não tem? Seja o copinho de aguardente. Também não? Improvise! O resultado até que não foi mau. Que o diga a polícia, em trabalho extra a desviar trânsito, fechar olhos a infrações, orientar tresmalhados, e a chegar à manhã de domingo com um suspiro de alívio e sem nada de particularmente grave a registar.

Passadas as dores de cabeça, fortalecidas as pernas de tanto palmilhar, a cultura que se cuida. A fome é negra e Lisboa não pára.

AF

Área Protegida de Sintra/Cascais sujeita a especulação

A «mais viva apreensão e repúdio» foram manifestados pelo PCP a propósito da anunciada decisão do Governo de levantar a proibição de construção imobiliária em áreas florestais atingidas por incêndios, no que respeita à zona do Raso, no Guincho, «tanto mais, que esta decisão incide sobre uma zona particularmente sensível e de elevado valor ambiental inserida na Área de Paisagem Protegida de Sintra/Cascais sobre a qual de há muito são conhecidas as pretensões de construção por parte de grandes sociedades imobiliárias designadamente ligadas à família Champalimaud», lê-se numa nota a esse propósito emitida pelo Gabinete de Imprensa do Partido Comunista Português.

A decisão governamental contraria o estabelecido em legislação especial pelo próprio Governo aprovada em 1990. A nota de imprensa do PCP, distribuída na sexta-feira, sublinha aliás que a legislação publicada sobre áreas protegidas e a criação do Parque Natural de Sintra/Cascais «se traduz em matéria de ordenamento e de política urbanística

pela centralização no Governo de ilimitados poderes nesta matéria, retirados aliás aos municípios».

O PCP associa esse facto a esta decisão que nitidamente favorece interesses particulares, e diz que tal «deixa antever uma solução permissiva e subordinada a interesses económicos especulativos em detrimento da defesa dos valores ambientais

que é necessário combater e impedir».

Para os comunistas «ficou agora claro que a centralização autoritária de poderes não é para proteger o ambiente, mas sim a especulação imobiliária».

Anunciando que o Grupo Parlamentar do PCP, na sequência da posição já tomada na Assembleia da República, proporá uma audição sobre este tema, com vista ao esclarecimento integral da questão, a nota apela «a uma decidida intervenção de todos os agentes, instituições e população, para obstar à consumação de decisões negativas e irremediáveis sobre uma zona que é património regional».

O PCP exige ainda «uma resposta clara e uma pronta clarificação do Governo sobre as razões subjacentes à decisão adoptada e das suas intenções

de posicionamento face aos interesses e pressões imobiliárias manifestadas» e apela, «em particular», para que «as Câmaras de Sintra e Cascais, agora de maioria PS, se empenhem em posições de firmeza, rectificando as práticas (lamentáveis) desses partidos nestes concelhos», lê-se.

Finalmente, o Partido Comunista Português chamou a atenção «para a incoerência entre o discurso e a prática governamental em domínio de política ambiental» e reclamou «que as autarquias envolvidas tenham uma palavra decisiva sobre os projectos em concreto».

8 de Março

Além do que noticiamos no Suplemento, registamos a realização das seguintes iniciativas comemorativas do Dia Internacional da Mulher, todas programadas para dia 8: em **Setúbal**, realiza-se às 15 horas, no salão nobre da Câmara Municipal, um debate subordinado ao tema «Políticas locais para a Democracia Paritária»; em **Coimbra**, às 14 horas e no Hotel Almedina, um outro debate sobre «A Mulher e a violência»; em **Lisboa**, estará patente na Praça da Figueira uma exposição alusiva às lutas e conquistas das mulheres.

Exposições estão também previstas em **Alhandra** - «Mulheres, como vêem e sen-

tem a Arte», de 6 a 12 de Março - e em **Sesimbra**, no Posto de Turismo, onde podem ser vistas pinturas alusivas de 8 a 13.

Por outro lado, realizam-se em numerosas localidades convívios, almoços e jantares comemorativos. Assinalamos os de **Constância**, Lisboa (jantar no «Pintado de Fresco»), **Coimbra**, **Covilhã**, **Lagos** e **Alhandra** (jantares) - todos a realizar no dia 8 - e o de **Grândola**, que é um almoço previsto para dia 12.

Assinale-se ainda a realização de provas desportivas, um concurso literário em **Grândola** e um concerto por músicos da Orquestra Metropolitana de Lisboa no Clube Sesimbrense, em **Sesimbra**.



Eurodeputados do PCP prestam contas

A divulgação de um balanço da actividade no Parlamento Europeu dos eurodeputados do PCP durante o presente mandato e a apresentação pública de uma revista dedicada a este tema foram os motivos para um encontro com a comunicação social realizado na passada terça-feira no Solar do Vinho do Porto, em Lisboa. Presentes estiveram os eurodeputados Joaquim Miranda da Silva, Sérgio Ribeiro e José Barata Moura e o cabeça de lista da CDU às próximas eleições para o Parlamento Europeu, Luís Sá.

Vinte anos de Abril comemorados na rua

Os vinte anos do 25 de Abril vão ser comemorados nas ruas, tal como tem acontecido ano após ano, com a adesão de milhares e milhares de pessoas que participam no tradicional desfile popular. Este ano, de novo, tal irá acontecer, depois da confirmação oficial, segunda-feira, feita pela Comissão Promotora das Comemorações Populares da data. A exemplo dos anos anteriores, a Comissão Promotora do desfile é constituída por numerosas personalidades independentes e de vários quadrantes da vida política, social e cultural do nosso país.

A Comissão Promotora das Comemorações Populares do 25 de Abril está sediada na Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio - Rua da Palma, 256-A, 1100 LISBOA - e pode ser contactada pelo telefone 881619.



06294